

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



“Homicídio de jovens no Brasil: o desafio de compreender a consequência fatal da violência”

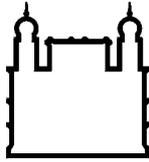
por

Juliana Guimarães e Silva

Tese apresentada com vistas à obtenção do título de Doutor em Ciências na área de Saúde Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edinilsa Ramos de Souza

Rio de Janeiro, abril de 2014.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Esta tese, intitulada

“Homicídio de jovens no Brasil: o desafio de compreender a consequência fatal da violência”

apresentada por

Juliana Guimarães e Silva

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. José Ignacio Cano Gestoso

Prof.^a Dr.^a Cynthia Ozon Boghossian

Prof. Dr. Cosme Marcelo Furtado Passos da Silva

Prof.^a Dr.^a Kathie Njaine

Prof.^a Dr.^a Edinilsa Ramos de Souza – Orientadora

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

S586 Silva, Juliana Guimarães e
Homicídio de jovens no Brasil: o desafio de compreender a
consequência fatal da violência. / Juliana Guimarães e Silva. -
- 2014.

141 f. : tab. ; graf.

Orientador: Souza, Edinilsa Ramos de
Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública
Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2014.

1. Homicídio. 2. Adulto Jovem. 3. Mortalidade.
4. Violência. 5. Vulnerabilidade Social. 6. Estudos de Casos.
I. Título.

CDD – 22.ed. – 364.152

Agradecimentos

À Deus, por me guiar nessa caminhada e por haver me proporcionado a oportunidade de realizar mais um projeto de vida.

Agradeço imensamente a todos que de alguma me acompanharam e apoiaram no processo de construção deste trabalho.

Agradeço especialmente a Edinilsa Ramos de Souza, minha orientadora, pelos ensinamentos e pela troca de conhecimentos que muito influenciaram a minha vida pessoal e profissional durante estes anos. Agradeço profundamente a Fabiana Castelo Valadares e Adalgisa Peixoto Ribeiro, companheiras de estudos e pesquisas, sempre disponíveis a dividir seus conhecimentos em diversos momentos da elaboração deste trabalho. Sou grata também a todos os profissionais do CLAVES, entre pesquisadores, professores, funcionários e alunos que comigo compartilharam esses anos de formação.

Aos meus pais, pela dedicação e ensinamentos tão importantes para a minha formação pessoal e profissional. Ao meu avô, pelo exemplo de integridade humana e pelo ensinamento de princípios e valores, o meu muito obrigada. Ao meu irmão, Rafael, que em seu silêncio torce pelo meu crescimento.

Ao companheiro Bruno, pela força e apoio sempre transmitidos nos momentos mais difíceis, permeados pela angústia e pelo cansaço, e pelo reconhecimento da importância dessa etapa da minha vida. Obrigada!

Aos colegas da minha turma de doutorado que tornaram esse percurso de formação extremamente especial transformando-o em uma caminhada mais leve, alegre e agradável. Aos meus amigos “de perto” e “de longe”, em especial Manuela Theophilo, Amanda Brummer, Luiza Jane Eyre e Aline Passos Maia por ouvirem angústias e preocupações e me proporcionarem o apoio e o carinho de sempre.

Aos professores do Doutorado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, pelos conhecimentos transmitidos e pela dedicação à missão de formar pesquisadores.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio financeiro para a realização deste estudo.

Por fim, agradeço aos gestores, profissionais e jovens que aceitaram participar desta pesquisa. Meu agradecimento especial aos familiares que perderam seus jovens de

forma extremamente violenta e, ainda assim, aceitaram falar desta perda irreparável. A generosidade desses atores em compartilhar suas experiências, conhecimentos e angústias tornou possível uma maior compreensão sobre as mortes violentas de jovens apontando possíveis caminhos para o seu enfrentamento e prevenção.

*“Onde restou o homem sobreviveu semente,
sonho a engravidar o tempo.
Esse sonho se ocultou no mais inacessível de nós,
lá onde a violência não podia golpear,
lá onde a barbárie não tinha acesso.”*

(Mia Couto)

Resumo

Buscou-se nessa tese compreender o motivo pelos quais os espaços sociais, no caso os municípios brasileiros, apresentam comportamentos distintos em relação às taxas de homicídio de jovens. Realizou-se um estudo socioepidemiológico da mortalidade por homicídio de jovens em municípios brasileiros, no período de 1990 a 2010.

Seu ponto de partida, apresentado no primeiro artigo, abordou os homicídios na população geral nos municípios de Paulista/PE e Jaraguá do Sul/SC. Ainda que não se configurem como objetos desta tese, a investigação acerca dos homicídios nesses municípios possibilitou a definição dos homicídios de jovens como objeto de pesquisa e viabilizou uma perspectiva comparativa entre os homicídios na população geral e entre os jovens. Permitiu também o aprimoramento da metodologia que foi utilizada nos dois artigos subsequentes.

A combinação das abordagens quantitativa e qualitativa foi utilizada na perspectiva de triangulação de métodos. Iniciou-se por um estudo epidemiológico, que buscou identificar padrões de semelhanças e diferenças na distribuição dos homicídios de jovens em Lauro de Freitas/BA e Petrolina/PE, mapear o padrão de distribuição dessas mortes entre os grupos etários segundo o sexo e verificar os meios utilizados na perpetração da violência letal contra os jovens. Na abordagem qualitativa e compreensiva, buscou-se conhecer nesses municípios as percepções de gestores, profissionais e jovens acerca dos homicídios juvenis e a trajetória de vida de um jovem vítima de homicídio em cada um deles. Analisou-se as condições individuais, relações sociais e contextos locais relacionadas aos homicídios de jovens. A triangulação metodológica foi feita mediante a integração das informações geradas pelos métodos quantitativos e qualitativos na qual se efetuou uma análise dialogada dos indicadores socioeconômicos dos municípios verificando-se aproximações e distanciamentos encontrados nas realidades dessas cidades, buscando-se uma visão complexa da problemática abordada.

Os resultados apontam que tanto para a população geral quanto para os jovens, as cidades com as mais elevadas taxas de homicídio pertencem às regiões metropolitanas de cidades do Nordeste do Brasil – Paulista/PE e Lauro de Freitas/BA. Nelas também são mais elevadas a proporção de jovens, as taxas de desemprego e predomina a inserção da população no mercado de trabalho informal. Lauro de Freitas/BA se destacou com as melhores condições sociais, econômicas, mais intensa

urbanização e maior IDH. No entanto, com o Índice de Gini mais elevado revelando-a como a cidade em que são maiores as desigualdades sociais. Os meios mais utilizados para perpetração das mortes de jovens foram as armas de fogo. A análise qualitativa revelou como importantes determinantes nas distintas dimensões do modelo ecológico: (i) individual: uso de álcool e drogas ilícitas e cor da pele; (ii) relacional: família, violência intrafamiliar e entre parceiros íntimos e relações de poder estabelecidas entre os jovens; (iii) comunitárias: educação e profissionalização de jovens; disputa de território; violência armada; violência policial e (iv) sociais: tráfico de drogas; crescimento desordenado e desorganizado das cidades; políticas sociais; mídia e apelo ao consumo e desigualdades sociais. Tais categorias também se descortinaram nas trajetórias de vida dos jovens vítimas de homicídio.

Conclui-se que, de forma geral, nos municípios nos quais há uma tendência de redução das taxas de homicídios, parece haver uma maior sinergia entre as políticas macrossociais e macroeconômicas e os contextos locais que envolvem a organização social do município e a participação comunitária. Já naqueles nos quais se observa a tendência de aumento nas taxas de homicídios, são vivenciadas situações de privação de oferta de serviços públicos e de proteção social e as políticas sociais de educação, geração de emprego e renda, saúde, segurança pública, habitação entre outras, são frágeis e ineficazes.

Palavras-chave: homicídio, adultos jovens, mortalidade, violência, vulnerabilidade social, estudos de caso.

Abstract

We sought to understand why this thesis in which social spaces, where the municipalities, have different behaviors in relation to youth homicide rates. We conducted a study of socioepidemiological youth homicide mortality in Brazilian municipalities over the period 1990-2010.

His starting point, presented in the first article, addressed the homicides in the general population in the cities of Paulista/PE and Jaraguá do Sul/SC. Although not configure how objects of this thesis, the investigation of the homicides in these cities led to the definition of youth homicides as a research object and enabled a comparative perspective of homicides in the general population and among young people. Also allowed the improvement of the methodology that was used in the following two articles.

The combination of quantitative and qualitative approaches was used in perspective triangulation methods. It started by an epidemiological study that sought to identify patterns of similarities and differences in the distribution of youth homicides in Lauro de Freitas/BA and Petrolina/PE, map the distribution pattern of these deaths across age groups according to sex and verify means used in the perpetration of lethal violence against young people. The qualitative and comprehensive approach, aimed to investigate these municipalities perceptions of managers, professionals and young people about youth homicides and life trajectory of a young murder victim in each of them. We analyzed the individual conditions, social relationships and local contexts related to youth homicides. The methodological triangulation was made by integrating the information generated by quantitative and qualitative methods in which it made a dialogic analysis of socioeconomic indicators of the municipalities checking for similarities and differences found in the realities of these cities, seeking a complex overview of the problem addressed.

The results show that both the general population and for young people, the cities with the highest homicide rates belong to the metropolitan areas of cities of Northeast Brazil - Paulista/PE and Lauro de Freitas/BA. They are also the highest proportion of young people, unemployment rates and predominates the inclusion of the population in the informal labor market. Lauro de Freitas/BA stood for the best social, economic, intense urbanization and higher HDI conditions. However, with the highest Gini index revealing it as the city that are larger social inequalities. The most frequently used for perpetration of youth deaths were firearms. Qualitative analysis revealed as important determinants in the different dimensions of the ecological model: (i)

individual: use of alcohol and illicit drugs, and skin color; (ii) relational: family, family violence and intimate partner and power relations established among the young; (iii) Community: education and professionalization of youth; turf war; armed violence; police violence and (iv) social: drug trafficking; cluttered and disorganized growth of cities; social policies; media and appeal to the consumer and social inequalities. These categories also revealed in the life course of young murder victims. We conclude that, in general, in municipalities where there is a downward trend in homicide rates, there appears to be greater synergy between macrosocial and macroeconomic policies and local contexts that involve the social organization of the municipality and community participation. Have those in which we observe the increasing trend in homicide rates, are experienced situations of deprivation of public services and social protection and social policies in education, employment and income generation, health, public safety, housing and other are weak and ineffective.

Keywords: homicide, young adults, mortality, violence, social vulnerability, case studies.

Sumário

Lista de Siglas

Lista de Figuras

1. APRESENTAÇÃO	11
2. PERCURSO TEÓRICO	14
2.1. Violências: conceitos e teorias	17
2.2. Homicídio: a consequência fatal da violência	25
2.3. Juventude e sua inserção social no mundo globalizado: exposição à situações de vulnerabilidade e a violência letal	31
2.4. O Modelo Ecológico como proposta para compreensão da dinâmica dos homicídios de jovens	43
3. PRESSUPOSTOS E OBJETIVOS	52
4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	44
5. ARTIGOS	
5.1. O desafio de compreender a consequência fatal da violência em dois municípios brasileiros	
5.2. Mortes de jovens por homicídio no Nordeste Brasileiro: magnitude, semelhanças e diferenças	63
5.3. “ <i>Muitos para não virarem vítimas, viram autores</i> ”: uma abordagem complexa dos homicídios de jovens	82
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
7. REFERÊNCIAS	124
ANEXOS	

Lista de Siglas

CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de óbitos

CLAVES – Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

OMS - Organização Mundial da Saúde

PIB - Produto Interno Bruto

SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade

TMH - Taxa de Mortalidade por Homicídio

Lista de Figuras

Figura 1 – Modelo ecológico da violência, proposto pela Organização Mundial da Saúde, 2002.

1. APRESENTAÇÃO

O processo de elaboração de uma tese enquanto um trabalho autoral é diversas vezes solitário. Nesse longo percurso de construção da minha trajetória humana e da minha formação como pesquisadora contei com contribuições que em muito ajudaram tanto a desenhar metodologicamente essa pesquisa, como a refletir e aprofundar a questão das mortes violentas de jovens em nosso país.

O interesse em estudar este tema surgiu da minha prática como enfermeira na unidade de emergência de um hospital público de referência do município de Fortaleza/CE, dada a crescente demanda das vítimas de agressões nas salas de atendimento de emergência, porta de entrada desses casos quando eles chegam ao sistema público de saúde. Minha atuação nas situações de atendimento envolvia momentos pontuais de muito estresse na tentativa de salvar o que ainda restava de vida.

As inquietações, no entanto, extrapolavam as portas da sala de reanimação cardiopulmonar. A intensidade da violência, representada nos inúmeros assassinatos de jovens, a repercussão daquelas perdas nas famílias, que vi muitas vezes serem expressas pelo desespero pleno e, em outras, descritas por elas mesmas como “*uma sensação de alívio*”, além da naturalização ou mesmo do julgamento dessas mortes como sendo sempre ligadas às drogas e à criminalidade, pela maior parte dos profissionais de saúde, me mobilizaram a compreender a dinâmica envolvida nos homicídios de jovens.

Foram esses os sentimentos que me trouxeram ao doutorado e ao Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (CLAVES/ENSP/FIOCRUZ), que vem me proporcionando a possibilidade de participar de diferentes estudos acerca da violência e de seus impactos na saúde. Pude então participar do “Estudo Multicêntrico da Mortalidade por Homicídios na América Latina”, realizado pelo CLAVES no âmbito do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Violência, Democracia e Segurança e Cidadã. Nele, se buscou investigar o impacto dos homicídios no conjunto das causas externas, bem como compreender este fenômeno em países da América Latina dos quais foram participantes o Brasil, a Argentina, a Colômbia, o México e a Venezuela.

Foi a partir desse estudo maior, em que os jovens se destacaram como o grupo mais atingido pelos homicídios nesses países, que comecei a construir o meu problema de pesquisa: por que os espaços sociais, representados nesta pesquisa pelos municípios, apresentam comportamentos diferentes em relação às taxas de homicídios de jovens e quais são os aspectos contextuais dessas localidades que influenciam no aumento ou

redução desses índices? A proposta foi de abordar a problemática dos homicídios ocorridos na juventude por meio de um estudo sócio-epidemiológico da mortalidade por homicídio desse grupo etário em duas cidades do Brasil.

Início o texto da tese apresentando alguns dados epidemiológicos relacionados à violência para mostrar a sua magnitude enquanto problema de saúde pública no Brasil. Faço uma breve caracterização das violências no país, buscando mostrar suas manifestações mais frequentes e os grupos mais afetados.

Em seguida abordo os conceitos e teorias relativas à temática da violência buscando discutir a importância dessa questão dos homicídios de jovens para o setor saúde. Na terceira parte, escrevo especificamente acerca dos homicídios, colocando-o como uma das manifestações da violência letal e trago conceitos e teorias que, de diferentes perspectivas, buscam explicar a sua dinâmica.

Posteriormente, apresento um capítulo no qual abordo a exposição dos jovens às diferentes situações de vulnerabilidade e o seu envolvimento com a violência letal. Nessa etapa, o ponto de partida é a discussão da juventude e a sua inserção e participação social no mundo globalizado.

Na sessão seguinte, apresento o Modelo Ecológico, proposto pela Organização Mundial de Saúde, que norteou as análises feitas nesta pesquisa. Esse modelo foi adotado partindo-se do princípio de que uma multiplicidade de condições interage e determinam a ocorrência dos homicídios de jovens, possibilitando uma visão mais ampla sobre este tema.

Após a apresentação do percurso metodológico cumprido para a realização desta pesquisa, apresento os três artigos que a constituem. O primeiro artigo buscou compreender os homicídios por meio da abordagem sistêmica complexa, aplicando-se o Modelo Ecológico que envolve condições individuais e relacionais dos sujeitos e do contexto. Neste artigo são apresentados dois estudos de caso realizados em Paulista/PE e Jaraguá do Sul/SC nos quais se triangulou dados quantitativos e qualitativos. Esse trabalho analisa parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla e aponta a necessidade de estudos que aprofundem o conhecimento sobre os homicídios de jovens agregando ao objeto da tese uma perspectiva comparativa. O segundo artigo traz uma análise epidemiológica na qual se discute a magnitude, as semelhanças e as diferenças na mortalidade de jovens por homicídio em dois municípios do Nordeste Brasileiro – Lauro de Freitas/ BA e Petrolina/PE. No terceiro artigo, os homicídios de jovens são analisados, em Lauro de Freitas/BA e Petrolina/PE, mediante o referencial dos sistemas complexos implícito no Modelo Ecológico que inclui condições relacionadas aos

indivíduos, às relações sociais e contextos locais. Em uma abordagem qualitativa, as percepções de diferentes atores sociais sobre as mortes violentas de jovens e as histórias de vida de jovens vítimas de homicídios são o ponto de partida para a busca de explicações acerca desses óbitos.

Por fim, nas considerações finais, busco integrar o conhecimento gerado nos três artigos anteriormente citados. Nesse capítulo realizo um diálogo entre os indicadores e as aproximações e distanciamentos encontrados nas realidades dos municípios. Busco na complementariedade das interpretações, uma visão complexa da problemática dos homicídios de jovens, identificando caminhos possíveis para o seu enfrentamento e prevenção.

2. PERCURSO TEÓRICO

Para aprofundar o estudo acerca dos homicídios de jovens faz-se necessário traçar um breve panorama epidemiológico e abordar o contexto das violências no qual ele se insere uma vez que essas violências atingem a população brasileira cotidianamente constituindo-se como um problema social com forte impacto na saúde. Devido à sua magnitude, repercussão na sociedade e alterações provocadas no padrão dos problemas de saúde no Brasil, tornou-se um dos principais temas para estudo e discussão no âmbito da saúde pública.

Mostrando-se como um fenômeno complexo, multifacetado, que tem atraído a atenção pública, a violência tem também exigido intervenções no âmbito governamental e no campo sociocultural. Para Minayo¹ a violência não é uma, é múltipla. Para a autora, este termo origina-se do latim – *vis*, e significa força referindo-se às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro. Definir violência não é uma tarefa fácil, pois se trata de um fenômeno que resulta de experiências vivenciadas pelo indivíduo e pela coletividade que tem como manifestações a forte carga emocional em quem a comete, em quem a sofre, e em quem a presencia.

Nas metrópoles mundiais e em alguns países, como no Brasil, a violência tem vitimizado ampla camada de populações com características quase universais atingindo sobremaneira grupos de pessoas jovens, do sexo masculino, residentes em áreas periféricas e menos favorecidas das grandes metrópoles urbanas e, portanto, socioeconomicamente carente¹. Assim, no que se refere à mortalidade, a violência é qualificada como constituinte de uma segunda seleção social, já que a primeira continua sendo exercida pela mortalidade infantil².

O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, da Organização Mundial da Saúde, informa que mais de um milhão de pessoas morrem e tantas outras sofrem lesões não fatais em função de atos violentos. Além disso, o mesmo relatório estimou que em 2000 ocorreram 1,6 milhões de óbitos por suicídio, violência interpessoal ou coletiva no mundo, correspondendo a uma taxa de mortalidade de 28,8/100.000 habitantes. O *National Violent Death Reporting System*, afirma que 50.000 pessoas morrem ao ano nos Estados Unidos devido a lesões provocadas pela violência^{3,4}.

No Brasil, tem-se observado o crescimento deste fenômeno como importante causa de morte na população, constituindo-se como um subgrupo da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e correspondendo aos códigos V01 a Y98 do seu capítulo XX, sob a denominação de causas externas⁵.

Diversos estudos apontam que o crescimento da mortalidade por causas externas, acidentes e violências, ocorreu, no Brasil, principalmente a partir da década de 80 quando estas passaram a ocupar a segunda posição dentre os óbitos por todas as causas respondendo por 9,3% das mortes^{6,7,8}. No ano de 2011 ocorreram 145.842 óbitos por acidentes e violências, representando uma taxa de mortalidade de 75,8/100.000 habitantes⁹.

No Brasil, a mortalidade por acidentes e violências segue um padrão diferenciado quando comparado à maioria dos países membros da OMS. Nele, predominam os óbitos por homicídios (36,3%) e relacionados ao trânsito (29,7%), em relação às causas externas, no ano de 2011, enquanto na maior parte dos países o suicídio (51%) e os óbitos devido a guerras e conflitos civis (11%) são mais frequentes^{9,7}.

Constituindo-se em uma das múltiplas expressões da violência e seu indicador universal, o homicídio é definido como a morte por agressão independentemente da sua tipificação legal¹⁰. Na CID 10, estes se referem aos códigos compreendidos entre X85 e Y09 sob o título de óbitos por agressões. Na classificação proposta pela Organização Mundial de Saúde para os diferentes tipos de violências, os homicídios enquadram-se como violência interpessoal e, associados às outras tipologias da violência, são responsáveis pelos altos índices de morbimortalidade que afetam a população mundial^{11,5,3}.

Em 2002, a OMS divulgou um número estimado de 520.000 homicídios, o que correspondeu a uma taxa global de 8,8 por 100.000 habitantes. Os homens representaram 77% em relação ao total de homicídios e tiveram taxas que eram mais de três vezes superiores (13,6/100.000 hab.) às do sexo feminino (4,0/ 100.000 hab.). As maiores taxas de homicídios no mundo encontram-se entre os homens com idades compreendidas entre os 15-29 anos (19,4/100 000 hab.)³.

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes divulgou que, em 2010, ocorreram 468.000 homicídios, o que correspondeu a uma taxa global de 6,9 por 100.000 habitantes. O continente africano foi responsável por mais de 36,0% desses óbitos, seguido pelas Américas (31,0%), Ásia (27,0%), Europa (5,0%) e Oceania (1,0%). Ressalta-se que nas Américas a taxa de homicídio (15,6/100.000 hab.) representa mais que o dobro da taxa mundial. Os homens jovens com idade entre 15 e 29 anos respondem pela TMH de 21/100.000 habitantes em 2010¹⁰.

No Brasil, dados preliminares do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) para o ano de 2010 mostram que os óbitos por causas externas ocupam a terceira posição no panorama da mortalidade geral, sendo responsável por 12,5% das mortes. Já no grupo das causas externas, as agressões estão em primeiro lugar com 35,4% do total de óbitos por acidentes e violências. Reportando-se às regiões brasileiras para o mesmo ano, 36,2% dos óbitos por agressão ocorreram no Nordeste, 30,5% no Sudeste, 12,9% no Sul, 11,9% no Norte e 8,5% na região Centro Oeste⁹.

Reichenheim *et al.*,⁷ pontuam que desde a década de 1980 os homicídios responderam pelo aumento da mortalidade por violência. Em 1991, a mortalidade subiu de 26,8 por 100.000 pessoas para 31,8 por 100.000 habitantes em 2001. No entanto, as estatísticas mostram uma redução da taxa de mortalidade por homicídios a partir de 2003 apresentando oscilações nos anos subseqüentes para os quais os dados estão disponíveis (24,7/100.000 habitantes em 2007). A reversão da tendência da taxa de mortalidade por homicídio no Brasil, registrada nos últimos anos, é heterogênea ao se analisar as regiões do país. Os fatores que estão influenciando nesse declínio ainda não são claros e estão sendo estudados por pesquisadores.

Ressalta-se que no Brasil, igualmente ao contexto mundial, os jovens de 15 a 29 anos são as principais vítimas dos homicídios. Dos 52.807 homicídios ocorridos no país em 2011, 52,9% atingiram esse grupo etário específico⁹. Destaca-se ainda que os homens jovens constituem as vítimas preferenciais desses eventos. Comparando-se homicídios e internações e por agressão, estudo apontou que, em 2007, os homens responderam por 92,0% dos homicídios e por 81,7% das internações por causas externas. Dos 47.707 homicídios ocorridos nesse mesmo ano, 40,3% foram de jovens entre 20 e 29 anos caracterizando-se como o grupo etário mais afetado. Em relação às internações hospitalares, as agressões masculinas foram responsáveis por 31,5% das 44.216 que ocorreram no mesmo ano⁷.

Apesar dos jovens na faixa dos 20 aos 29 anos de idade serem os mais fortemente vitimizados pelos homicídios, com taxa de mortalidade de 53,4/100.000 habitantes em 2007, ressalta-se a importância de incluir os adolescentes de 15 a 19 anos no estudo sobre homicídios uma vez que, neste grupo, o crescimento da TMH aconteceu de forma mais intensa (42,2/100.000 habitantes) no mesmo ano.

Nesse sentido, *Peres et al.*,⁸ reforçam que os homicídios ocupam o primeiro lugar entre as causas de morte na população jovem com idade entre 15 e 24 anos, constituindo-se como a primeira causa de anos potenciais de vida perdidos no Brasil e

em algumas de suas capitais. No Mapa da Violência, Waiselfisz¹² afirma que, em 2011, ocorreram no Brasil 52.198 homicídios, sendo que 18.436 foram de jovens de 15 a 24 anos. Entre 1980 e 2011 houve um incremento de 326,1% na TMH nesse grupo etário, aumentando de 17,2/100.000 hab., em 1980, para 53,4/100.000 habitantes, em 2011. Em 2010, dos 49.932 óbitos por agressões, 26.743 ocorreram na faixa de 15 a 29 anos que corresponde a mais da metade (53,6%) do total de óbitos por homicídios⁹.

Ressalta-se que o jovem se relaciona com a violência, de maneira geral e, especificamente no caso dos homicídios, de forma ambivalente. Ora são vítimas, ora são autores desses eventos. Essa relação complexa suscita a necessidade de compreender a dinâmica do fenômeno dos homicídios nesse grupo específico.

Considerando que alguns temas são centrais para este estudo, seu marco teórico-conceitual fundamenta-se nos referenciais de violência e homicídios, juventude e seu contexto de inserção social, globalização e vulnerabilidade dos jovens ao envolvimento com a violência fatal.

2.1. Violências: conceitos e teorias

Quando se fala em violência, logo vem ao imaginário o crime e a delinquência social. Constituindo-se em apenas dois aspectos deste fenômeno, estes eventos geram medo e insegurança na sociedade, pois representam uma ameaça à vida humana.

Apesar do grande impacto social causado pela criminalidade, não se pode simplificar a violência a essa única expressão, dada a sua complexidade nos dias atuais. Minayo¹ pontua que a relevância para a delinquência e a criminalidade não abrange nem a magnitude nem a complexidade do fenômeno da violência. Diante dessa afirmação, cumpre aprofundar, portanto, a reflexão sobre suas expressões e compreendê-las como componentes da vida social e tecidas no âmbito das relações humanas.

Partindo deste entendimento, Domenach¹³ sustenta a idéia de que a violência é construída no âmbito das consciências e subjetividades e se encontra inscrita e arraigada nas relações sociais. O autor afirma ainda que a violência é, historicamente, um fenômeno humano e que, a partir do momento em que a pessoa é reconhecida como cidadã, a sociedade reconhece o seu direito à liberdade e à felicidade, o que torna a violência um fenômeno associado ao emprego ilegítimo da força física, moral ou política contra a vontade do outro.

Nessa linha de pensamento Wieviorka¹⁴ afirma a necessidade de compreender a violência atual, considerando que esta possui raízes na história e nos processos sociais, uma vez que as suas expressões se modificam e mudam também as percepções e os comportamentos em relação a ela.

Assim, fundamentando-se nestes autores, pode-se afirmar que violência faz parte da história humana e se modifica conforme valores culturais de cada sociedade suscitando diferentes abordagens de acordo com a época, sociedade e contexto. Em função da pluralidade e da sua característica mutante, adota-se neste estudo o termo “violências” para assim evitar a redução deste fenômeno.

Minayo¹⁵ afirma que “quem analisa eventos violentos descobre que eles se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas segundo normas sociais mantidas por usos e costumes ou aparatos legais da sociedade”.

Analisando os conceitos até aqui expostos, percebe-se que a força e o poder constituem-se em categorias centrais envolvidas na definição das violências no contexto atual. Nessa relação, o poder configura-se como o canal pelo qual a força, seja ela física ou simbólica, é aplicada para atingir um determinado objetivo. Como consequência expressam-se danos físicos, mentais e/ou morais originados pelas violências entre indivíduos, grupos, instituições ou organizações da sociedade civil.

No campo sociológico, uma série de elementos é apresentada como fundamentais na definição das violências. Tais elementos são identificados por Santos¹⁶ e Santos¹⁷ como sendo: (i) as violências como forma de sociabilidade; (ii) força, coerção e dano em relação ao outro; e (iii) relação social de excesso de poder que impede o reconhecimento do outro.

Na primeira perspectiva, os autores consideram que as violências podem configurar-se como uma forma de sociabilidade na qual ocorre a afirmação de poderes legitimados por uma norma social, atribuindo-as a forma de controle social. As violências então se constituem em um dispositivo de controle contínuo. Já a noção de coerção ou de força pressupõe um dano produzido em outro indivíduo ou grupo social pelos atos de excessos presentes nas relações de poder. Esses atos podem atingir diferentes classes ou categorias sociais, gêneros ou etnias podendo ser exercidos pelo Estado (nível macro) ou por grupos sociais (nível micro), o que caracteriza, para estes

estudiosos, a violência social contemporânea. Além disso, as violências podem se configurar por relações sociais de excesso de poder que impedem o reconhecimento do outro – indivíduo, classe, gênero, raça – mediante o uso da força e da coerção, provocando danos ou mesmo dilaceramento da sua cidadania, e configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea. Assim, os autores pontuam que as violências envolvem uma multiplicidade de dimensões materiais, corporais e simbólicas nas quais se efetivam os danos.

À esta visão contemporânea das violências pelos autores anteriormente citados, se pode acrescer a discussão de Wieviorka¹⁴ em relação à reestruturação produtiva e ao declínio do movimento operário. Este autor afirma que, diferentemente do período industrial, no mundo atual faltam mecanismos de expressão de conflitos. Dessa forma, as violências encontram espaço muito mais propício para se exprimir quando a realidade social não se encontra estruturada por tipos de conflitos passíveis de serem tratados por seus atores. Sobre essa questão, Minayo¹⁵ considera que as violências traduzem a existência de problemas sociais que não se transformam em tema para debate e busca de solução para a sociedade.

Inserindo os determinantes sociais da violência por homicídios nesta discussão, há na área de sociologia, teorias bastante consolidadas acerca das causas de crimes violentos.

Segundo uma dessas teorias, criminalidade e violência são atribuídas essencialmente a fatores de natureza econômica: privação de oportunidades, desigualdade social e marginalização. Tais fatores se configurariam como estímulos ao comportamento criminoso^{18,19}.

A outra teoria explica os atos violentos dos delinquentes e criminosos como uma transgressão às normas da sociedade e lhes imputa um baixo grau de integração moral. Conseqüentemente, a punição do crime seria uma necessidade ao restabelecimento dos valores centrais do núcleo normativo^{20,19}.

Há ainda uma outra abordagem teórica que argumenta que o crime seria resultado de dois mecanismos distintos, porém relacionados entre si: a privação relativa²¹ e a privação absoluta¹⁹.

No primeiro, a violência seria fruto de um processo de frustração de indivíduos privados de bens socialmente legítimos. Já no segundo, a violência seria decorrente da própria pobreza, de um estado de penúria e de dificuldade em lidar com tais prvações, que levariam os indivíduos submetidos a essas condições a uma escalada de ações

violentas. Segundo Beato Filho¹⁹, esses processos articulados possibilitam o florescimento de uma subcultura da violência. Os elementos dessa subcultura causariam a violência, indiretamente, através da pobreza¹⁸.

Após uma revisão das teorias explicativas do fenômeno da violência, Minayo²², sintetizou-as em quatro correntes principais por serem mais abrangentes. Tais correntes são apresentadas a seguir:

- Teorias biologicista e psicologicista – a primeira teoria tem seu foco no fato de que os homens são dotados de um instinto agressivo e inato, inerente à natureza do indivíduo. Já a teoria psicologicista, interpreta que qualquer modificação no comportamento e nas relações sociais só é possível após uma mudança no psiquismo do homem. Por não considerar os fatores sociais na formação dos modelos inatos, internos e adquiridos da conduta humana, a teoria psicologicista foi fortemente criticada. Ambas as teorias reduzem os fenômenos e processos sociais a problemas de conduta individual e de predominância do individual sobre o social.
- Um segundo grupo trata os efeitos deletérios dos rápidos processos de mudança social, provocados pela industrialização e urbanização aceleradas, como determinantes da violência. As subculturas, à margem das leis e normas sociais (as denominadas “classes perigosas”), cujas aspirações estão dissociadas das realizações, constituiriam o foco gerador e explicativo da criminalidade, nas grandes cidades.

Minayo²² considera que esta corrente de pensamento, tanto quanto a primeira, tem uma visão nostálgica, de retorno ao passado, e de autoritarismo, que atribui ao urbano, à favela e à periferia a responsabilidade pela violência. Ainda de acordo com a autora, esta concepção de violência da transição ignora a violência estrutural, a do Estado e a cultural, colocando como criminoso potencial a população imigrante das classes trabalhadoras.

- O terceiro grupo de teorias enfatiza o desenvolvimento dos processos e condutas violentas como estratégias de sobrevivência das camadas populares vítimas das contradições do capitalismo. Interpreta a violência ora como a revolta dos despossuídos, ora como um nível elementar da luta de classes, em que as razões econômicas são privilegiadas como explicativas do fenômeno. Para Minayo²², trata-se de uma visão exterior, considerando a violência como uma força instrumental de reposição da justiça, e reduz a violência a resultante apenas de problemas econômicos, deixando de fora os aspectos sócio-culturais.

- O quarto grupo de teorias explica a violência, reduzindo-a a delinquência e à conduta dos indivíduos, pela falta de autoridade do Estado, através do poder repressivo dos aparatos jurídicos e policiais. Coloca o Estado como árbitro neutro e fora da questão de classes, cujo papel autoritário no desenvolvimento sócioeconômico é absolutizado. As críticas a esta linha de pensamento enfatizam sua tendência a omitir o papel da violência como instrumento de dominação econômica e política das classes dominantes.

Há ainda os modelos explicativos que propõem a análise da violência por meio de abordagens multifatoriais partindo-se do pressuposto de que este é fenômeno inserido em uma teia de relações sociais e, em sua complexidade, precisa ser analisada em rede.

Neste sentido, Briceño-Leon²³ sugere um modelo sociológico explicativo para a violência urbana na América Latina a partir de três níveis de compreensão: estrutural, mesosocial e micros social. O nível estrutural se refere a aspectos de natureza macrosociais que atuam sobre a gênese da violência e fazem com que ela perdure por longos períodos de tempo. O autor pontua que não é fácil identificar a associação imediata entre os fatores estruturais e a violência e nem se pode afirmar que eles determinam, necessariamente, a sua ocorrência. No entanto, tais fatores são capazes de determinar transformações na sociedade que criam uma base para o desenvolvimento de comportamentos violentos. Os aspectos macrosociais se configuram nas condições mais difíceis de ser modificadas e, talvez por esse motivo, sejam mais relevantes como causas principais da violência. Como fatores macrosociais Briceño-Leon²⁴ aponta: aumento das desigualdades sociais, melhora da educação acompanhado do contraditório aumento do desemprego, ampliação de aspirações pessoais e a impossibilidade de satisfazê-las, redução do controle social exercido pela família e pelas religiões.

O segundo nível, remete aos aspectos chamados pelo autor de mesosociais que contemplam fatores de origem menos estruturais relacionados aos efeitos de situações específicas e da cultura sobre o comportamento. Neste nível se encontram os fatores que fomentam a violência, encorajando ou mesmo facilitando a sua perpetração. Entretanto, são mais facilmente passíveis de modificação, uma vez que a liberdade dos indivíduos em relação à esses fatores é maior do que sobre os fatores estruturais. A segregação social, que produz a divisão das cidades, e a densidade urbana, o mercado local de drogas e a cultura machista se estabelecem como condições que influenciam no comportamento e podem ter como efeito, a violência.

O terceiro nível aborda os fatores microsociais que são também denominados facilitadores, pois são de natureza individual e atuam facilitando o comportamento violento ou mesmo o tornam mais prejudicial ou letal. Nesse nível se encontram o incremento do uso das armas de fogo, o consumo de álcool e a incapacidade que algumas pessoas possuem de expressar verbalmente seus sentimentos.

Percebe-se então que a diversidade de abordagens teóricas da temática da violência e sua classificação em tipologias distintas se dão de acordo com o campo disciplinar, com as escolas de pensamento e com as funções profissionais. Considerando-se contexto específico dos homicídios, pode-se afirmar que nenhuma delas, isoladamente, parece suficiente para explicar a sua complexidade. Na dinâmica das mortes violentas devem ser consideradas as formas de sociabilidade, os excessos nas relações de poder, entre pessoas, grupos sociais, instituições ou excessos cometidos pelo Estado para o controle social. Associados a estes elementos há ainda a falta de um espaço de diálogo e negociação diante dos problemas sociais o que inviabiliza a expressão de conflitos e sua resolução por seus atores.

A inserção da problemática das violências no campo da saúde aconteceu recentemente. Em 1993 a Organização Mundial da Saúde elegeu a prevenção de traumas e acidentes como tema para a celebração do Dia Mundial da Saúde¹⁵. Em função da elevada morbimortalidade mundial por violências lançou o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde³.

Neste relatório, as violências são definidas como o *“uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”*³.

Esta definição associa a intencionalidade com a prática do ato violento, independente do resultado produzido, e exclui os incidentes não intencionais a exemplo das lesões provocadas pelo trânsito. No entanto, a conotação acidental atribuída às lesões ocorridas no trânsito deve ser relativizada, uma vez que estes eventos são previsíveis e preveníveis. No Brasil, as violências foram incluídas oficialmente na agenda da saúde em 2001 por meio da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências²⁶. Este documento trata a temática das violências como um problema social e histórico, situando-o nos marcos da promoção da saúde e qualidade de vida. Além disso, diferencia o conceito de violência e acidentes²⁵.

Nessa política a violência é conceituada por Minayo e Souza como “o evento representado por ações realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações, que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e ou espirituais a si próprio ou a outros” (BRASIL, 2001)²⁶. O documento reforça ainda a concepção de que as violências apresentam raízes profundas nas estruturas sociais, econômicas e políticas, bem como nas consciências dos indivíduos numa relação dinâmica entre os envolvidos²⁵.

Refletindo sobre este conceito, Minayo^{26,15} propôs uma tipologia da violência:

(i) *violência criminal*: é perpetrada mediante agressões graves às pessoas ou por meio do atentado à sua vida e aos seus bens. Demanda do setor de segurança pública (polícia, ministério público e poder judiciário) ações de repressão ou prevenção. No Brasil são consideradas expressões da violência criminal as gangues, as redes de exploração sexual, o tráfico de seres humanos, exploração do trabalho escravo, infantil e juvenil e o tráfico de drogas e de armas;

(ii) *violência estrutural*: traduzida nos diferentes modos de manutenção das desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias, étnicas, de acesso ao mercado de trabalho e ao consumo de bens essenciais à vida. A sociedade é então separada em classes, econômica e politicamente dominantes, e utiliza leis e instituições para manter uma situação de privilégios. A naturalização da manutenção dessas desigualdades e privilégios se torna a arena para o surgimento de diversas formas de relação violenta;

(iii) *violência institucional*: É efetuada no interior das instituições por meio de suas regras e normas de funcionamento e das relações políticas e burocráticas que propiciam a reprodução de estruturas sociais injustas. O modo como são ofertados os serviços públicos ou mesmo a negação destes, contituem uma das modalidades desse tipo de manifestação violenta;

(iv) *violência interpessoal*: se constitui em um modo de relação e de comunicação que envolve interações que se dão com prepotência, discriminação, raiva, intimidação e, costumeiramente, produz danos morais, físicos ou mesmo psicológicos podendo levar, inclusive à morte. Caracteriza-se pela inabilidade de resolução de conflitos por meio do diálogo e da negociação. Neste contexto os homicídios se configuram como uma manifestação extrema desse tipo de violência nos quais, acrescidos de outras condições tais como desemprego, acesso a armas, dentre outras, sofrem o reflexo do exacerbamento das relações sociais;

(v) *violência intrafamiliar*: Referem-se aos conflitos familiares que se transformam em abusos, intolerância e opressão. Configura-se como uma consequência das relações independentemente dos laços de parentesco, se consanguíneo ou por afinidade

(vínculo conjugal formal ou informal). A agressão física, abuso sexual, violência psicológica e a negligência podem estar presentes no âmbito familiar sendo praticadas por um ou mais autores;

(iv) *violência autoinfligida*: sob esta denominação se encontram os suicídios, as tentativas, as ideações suicidas e as automutilações;

(v) *violência cultural*: inseparável da violência estrutural se apresenta inicialmente sob a forma de discriminações e preconceitos que se transformam em mitos, prejudicando, oprimindo ou mesmo eliminando os diferentes. Relaciona-se diretamente aos grupos vulneráveis: crianças e adolescentes, idosos, mulheres nas relações de gênero, homossexuais, portadores de necessidades especiais e doentes mentais, moradores de favelas, entre outros. Abrange todas as formas de expressão cultural que diminuam a criatividade humana e a liberdade. Classificam-se como violência cultural a violência de gênero, a violência racial e a violência contra a pessoa deficiente.

Envoltos neste exercício de conceituação da violência e de busca de modelos explicativos, os homicídios de jovens encontram-se inseridos em uma complexa rede constituída por questões sociais, econômicas, políticas, culturais e individuais que suscitam um olhar diferenciado capaz de integrar essas distintas condições na possibilidade de uma compreensão mais aprofundada deste fenômeno enquanto problema social.

2.2. Homicídio: a consequência fatal da violência

Os homicídios se configuram como um problema para vários setores da sociedade entre eles, a saúde, a segurança pública, as instituições judiciais e prisionais. Ocupando lugar de destaque entre as causas básicas de morte, constitui-se em um problema de saúde pública de elevada magnitude.

Para o sistema de saúde o homicídio, denomina-se como morte por agressão independente da sua tipificação legal concreta. Na Classificação Internacional de Doenças (CID) encontra-se sob a rubrica de Agressões na qual se enquadram as agressões intencionais cometidas por um terceiro, que utiliza qualquer meio para provocar danos, lesões ou a morte da vítima. Na CID-10⁵, a versão atualmente corrente, se a morte for identificada entre os códigos X-85 e Y-09, que se referem aos ferimentos infligidos a outra pessoa com a intenção de ferir ou matar, esta é considerada homicídio^{28,10}. Ressalta-se que a conceito de agressões, conforme está descrito na CID-10⁵, inclui também os eventos não fatais. Entretanto, este trabalho tem seu foco nas agressões fatais aqui tratadas como homicídio.

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes define o homicídio intencional como os atos em que o autor, por suas ações, pretende causar ferimentos graves ou a morte. Este conceito exclui os óbitos relacionados a conflitos ocasionados por imprudência ou negligência ou os assassinatos considerados justificáveis pela lei penal, tais como as mortes cometidas por agentes da lei no cumprimento de seu dever ou em autodefesa. Assim, o homicídio é portanto, a morte ilegal e intencional causada a uma pessoa por outro indivíduo. Acresce ainda que todos os atos de homicídio envolvem o uso da força mal dirigida contra uma pessoa¹⁰.

Cabe aqui uma ressalva em relação ao fato de as mortes perpetradas pelas forças policiais, conhecidos no Brasil por meio da classificação administrativa de “autos de resistência”, não serem consideradas homicídio. Ao mesmo tempo em que este dispositivo ampara o policial em seu cotidiano de trabalho permitindo a autodefesa e o protegendo do risco de ser punido com pena de detenção ou mesmo de ser condenando, pode favorecer graves distorções na ação policial, principalmente se há indícios de que é rotineira a não investigação sobre as condições nas quais se deu a resistência desse agente.

Sem desconsiderar a gravidade e as implicações de determinadas formas de violência, tais como o sequestro, o deslocamento forçado e a tortura, o homicídio, por

seu caráter irreparável e por constituir a negação definitiva de todos os direitos, configura-se no ato violento com as implicações humanas e sociais mais sérias²⁸.

A etiologia dos homicídios e os contextos em que estes ocorrem são bastante diversificados o que dificulta a elaboração de teorias explicativas para estes eventos. Alguns homicídios resultam de crimes violentos contra a propriedade. No entanto, outros ocorrem em consequência de conflitos políticos, interpessoais, da violência doméstica ou entre parceiros íntimos e do envolvimento com o crime organizado^{29,10}.

Fazendo-se uma relação entre os conceitos e os contextos apontados pelos autores, até aqui apresentados, pode-se afirmar que a interação entre a vítima e o agressor, mediada pelas relações desiguais de poder, bem como o uso intencional da força nessa interação fazem parte da dinâmica dos homicídios.

Neste trabalho são apresentadas algumas teorias fundamentadas em questões estruturais que consideram a renda e a desigualdade como determinantes para os homicídios e as teorias centradas na perspectiva vitimológica. Entretanto, Cano e Santos²⁹ afirmam que não existe consenso quanto a um único modelo teórico capaz de elucidar as inúmeras questões trazidas pelos homicídios. Os autores pontuam que a discussão sobre os determinantes estruturais da violência esteve focada com frequência em esclarecer se a pobreza estimula ou não a criminalidade e em que proporção. Assim, a possibilidade de o nível de renda e a sua distribuição configurarem-se como fatores importantes na determinação das taxas de homicídio é apenas uma parte dessa questão mais ampla²⁹.

Uma das teorias que apóia a relação entre renda e homicídios é a do comportamento racional de maximização de renda, o *homo economicus*, proposta por economistas para analisar o crime²⁹. Essa teoria tem sido utilizada para explicar comportamentos adotados para a geração de renda, o assim denominado crime contra a propriedade, tendo consequências mais amplas. O pressuposto desse quadro teórico é o de que uma vez que a violência constitui-se no meio necessário para a prática dos crimes contra a propriedade, um aumento nas taxas de roubo, ocasionarão um maior índice de homicídios. No entanto, Cano e Santos²⁹ referem que nem todos os casos de homicídios têm relação direta com questões econômicas uma vez que sua etiologia é diversa. Os autores referem ainda que essa teoria poderia explicar, na melhor das hipóteses, os homicídios que resultam do comportamento ilícito de maximização do lucro. Nessa perspectiva, o comportamento ilegal e violento supostamente gera uma renda mais alta do que o emprego legal para os que o cometerem, ainda que seja considerada a punição aplicada em caso de detenção.

A hipótese da frustração-agressão constitui-se em outro modelo teórico que busca explicar os homicídios pela sua relação com a renda. Esta teoria parte da hipótese de que as necessidades ou expectativas frustradas podem ocasionar a agressão como forma de liberar a frustração. Neste caso, a agressão pode ser dirigida a pessoas ou instituições consideradas responsáveis por tais frustrações, como no caso da hipótese da privação relativa como explicação para as revoluções sociais e políticas^{30,29}.

No que se refere a esta teoria, Cano e Santos²⁹ acrescentam que a agressão pode também ser expressa de forma difusa, contra objetos que não estão diretamente relacionados à frustração original. O comportamento é frequentemente irracional, uma vez que as conseqüências da agressão poderão contribuir para o aumento da frustração. Assim, as dificuldades econômicas induziriam à frustração entre as pessoas com menos recursos e estas passariam a expressar-se de forma agressiva e generalizada, o que provocaria os homicídios. Os autores reforçam que a extensão da ocorrência dessa frustração pode ocasionar um estado de anomia social, no qual as estruturas normativas e sociais entrariam em colapso e a violência reinaria incontestável.

Pode-se perceber que tanto a teoria do comportamento racional de maximização da renda quanto a teoria da frustração-agressão, partem do pressuposto de que a população menos abastada irá tornar-se mais violenta e, em última instância, poderá cometer mais homicídios. Assim, ambas se referem aos perpetradores da violência letal apesar de que as informações disponíveis se relacionam mais comumente às vítimas do que aos agressores. Partindo dessa concepção faz-se necessário conhecer as teorias que buscam explicação dos homicídios pelo prisma da vítima.

Nessa perspectiva Cano e Santos²⁹ apresentam a hipótese de que a renda pode atuar como fator de proteção contra a violência letal, ao considerar que os indivíduos que possuem renda mais alta teriam menor probabilidade de serem assassinados do que os de menor renda. Na explicação dessa teoria os autores justificam que os mais abastados podem pagar pela sua proteção utilizando a segurança privada e, além disso, podem residir distante das áreas de risco das cidades. Ressalta-se que as teorias apresentadas por Cano e Santos²⁹ relativas aos níveis de renda e desigualdades remetem às condições pertencentes à dimensão social do Modelo Ecológico.

Prosseguindo a discussão sobre os homicídios pela perspectiva da vítima, as teorias que adotam essa abordagem são estudadas pela vitimologia e ao se estabelecer um paralelo entre essas teorias e as dimensões do Modelo Ecológico, estas se mostram relacionadas às dimensões individual e relacional. Viano³¹ afirma que esse campo do conhecimento se concentra no lado mais frágil da díade agressor vítima. Entre as

diferentes teorias que buscam explicar a vitimização por homicídios, duas delas têm destaque: a que se refere à *interação social* e a relativa à *abordagem das atividades rotineiras*³¹.

Nessa concepção teórica Viano³¹ refere que Benjamin Mendelsohn e Hans Von Hentig, considerados os primeiros vitimologistas, enfatizavam a idéia de provocação da vítima, o que indicava o interesse em entender o que a vítima havia feito para desencadear a reação violenta. Os debates teóricos abordavam como a dinâmica criminoso-vítima acabava por resultar na morte da vítima. Von Hentig, em seus debates, chamava a atenção para o relacionamento entre agressor e vítima criando para tal a expressão “dueto do crime”. Na visão deste autor, as vítimas atraíam para si as atividades criminosas³¹. Posteriormente, em 1968, Schafer afirmava que de certa forma, mesmo se o crime for motivado por razões abstratas, a vítima é sempre a sua causa e reforçava que a vítima não apenas cria a possibilidade do crime, mas a provoca³¹.

Percebe-se, no entanto, que esta teoria aponta para a culpabilização da vítima, uma vez que a análise está centrada na relação construída entre a ela e o agressor, desconsiderando as possibilidades de ambos para a mediação de conflitos e a interferência de outros fatores na dinâmica do homicídio.

Estudo realizado por Wolfgang (1958) sobre os casos de homicídio na Filadélfia, EUA, com base nos registros policiais que ocorreram entre 1948 e 1952, gerou a base empírica que mostrou que 26% de todos os homicídios entre os 150 casos investigados, foram provocados pela vítima, o que significa que esta iniciou o confronto fatal. Fundamentado nesse estudo de 1958, Wolfgang definiu homicídios provocados pela vítima como a situação em que a vítima final foi a primeira, no ato do homicídio, a usar a força física contra o seu ofensor, a usar ou mostrar uma arma letal, a dar o golpe inicial na discussão, a começar o conflito. Foram também caracterizados alguns fatores típicos dos homicídios provocados pelas vítimas, tais como o existência de um relacionamento prévio entre a vítima e o agressor, a exacerbação de um conflito que pode ocorrer a curto prazo ou ser resultante de um longo e exaustivo processo e o uso de álcool e/ou drogas pela vítima³¹.

Na perspectiva teórica das atividades rotineiras e do estilo de vida, os vitimologistas mencionam que ambos ajudam a compreender as diferenças na vulnerabilidade das pessoas à violência. Nessa concepção os conceitos de estilo de vida, papel social e atividades rotineiras são articulados para buscar o entendimento da vitimização por homicídios.

O estilo de vida se refere à forma como as pessoas utilizam o tempo e o dinheiro, no trabalho e no lazer e aos papéis sociais que desempenham na sociedade. Os estilos de vida podem ser escolhidos livremente e podem também ser impostos pelas condições socioeconômicas, a exemplo da utilização de transporte público, residir em áreas perigosas da cidade, entre outros³¹.

O papel social desempenhado na sociedade pode igualmente resultar em vitimização, principalmente quando envolvem comportamentos que aumentam o risco de ser agredido ou mesmo assassinado. Como exemplos tem-se o homem que tem o estereótipo de defender a sua honra ou de sua mulher, o adolescente que fica pelas ruas bebendo ou usando drogas e/ou álcool, a procura por determinados tipos de diversão também pode aumentar a vulnerabilidade³¹.

As atividades rotineiras são ainda consideradas importantes para explicar as diferenças em termos de risco. Três fatores e sua mútua interação são destacados: a facilidade de acesso a alvos disponíveis (pessoas ou bens), a presença de agressores motivados e a falta de proteção³¹.

Assim, a análise das atividades rotineiras e dos estilos de vida possibilita uma melhor compreensão das situações sociais em que os homicídios ocorrem uma vez que estes influenciam nas probabilidades de alguém se tornar uma vítima em função da ampliação de sua vulnerabilidade³¹.

Além desses modelos teóricos, a ocorrência dos homicídios é também permeada por questões ligadas às relações de gênero e aos modelos de masculinidade. Viano³¹ pontua que a violência homicida é, tipicamente, um problema masculino. Esse fato pode ser observado nas pesquisas sobre homicídios^{32,7,33}.

Neste sentido, a masculinidade é definida por Gomes³⁵ (2008) como o espaço simbólico que possibilita a estruturação da identidade de ser homem, modelando atitudes, comportamentos e emoções capazes de representar um conjunto de signos, valores, funções e condutas esperadas de um homem em uma determinada cultura.

Ampliando esta discussão, Nascimento, Gomes e Rebello³⁴ ponderam que, além de se relacionarem a outros aspectos estruturais, como raça e classe social, os modelos de masculinidade e feminilidade se associam a contradições internas e rupturas históricas, originando diversas masculinidades e feminilidades. No entanto, algumas dessas identidades podem ocupar um lugar de hegemonia enquanto modelo de gênero a ser seguido. No caso da masculinidade, esse modelo exprime uma ideologia que se baseia na heterossexualidade, na racionalidade e no privilégio de infligir a violência.

Relacionando a violência homicida com o modelo hegemônico de masculinidade, pode-se afirmar que este modelo aumenta a vulnerabilidade do homem aos homicídios, enquanto vítima e agressor, o que pode indicar que na explicação da dinâmica dos homicídios, também devem ser considerados esses modelos culturais.

Existem diferenças entre os homicídios de homens e de mulheres e elas prevalecem em todos os aspectos, desde o incidente em si, passando pelas características das vítimas e agressores, até a relação entre a vítima e o ofensor. Foram apontadas como principais diferenças em relação às vítimas: a maior probabilidade de a mulher ser morta em casa em decorrência de uma discussão doméstica, enquanto o homem é comumente assassinado nas ruas em discussão potencializada por bebidas alcoólicas; a vítima mulher ser mais jovem que o seu agressor e a vítima homem mais velha que seu ofensor; as vítimas femininas terem menor probabilidade de serem mortas por outras mulheres do que a vítima masculina e ser mais provável uma mulher ser morta por seu parceiro íntimo, ao passo que o homem é mais comumente assassinado por amigos ou conhecidos. Em relação aos agressores tanto o homem quanto a mulher tem a mesma probabilidade de morrer com arma branca ou outro instrumento perfuro-cortante e uma percentagem similar de vítimas de ambos os sexos tem a mesma idade que seus agressores.

Dentre as teorias que buscam explicar a relação entre as taxas de homicídios e a criminalidade, a *Teoria da Desorganização Social* foi elaborada por autores da Escola de Chicago como Thomas e Znanieki (1918) que mostraram como o rápido desenvolvimento econômico e populacional, bem como a intensidade de migração interna, ocorrida em Chicago no século XX, influenciou na desintegração e desorganização das forças sociais tradicionais criando um ambiente propício ao aumento da criminalidade. Neste sentido, a *Teoria da Participação Social*^{35,36,37} parte do pressuposto de que o engajamento e a participação em atividades comunitárias desenvolveriam nas pessoas uma sensação de pertencimento que, por sua vez, fortaleceria a coesão social e coibiria os crimes e delinquência. Ao contrário, a desorganização social seria uma resultante da inabilidade de uma comunidade para concretizar objetivos comuns e buscar a resolutividade de seus problemas, tais como deterioração territorial, laços de comunicação frágeis, pobreza, entre outros. Assim esta teoria defende que as taxas de homicídio e criminalidade se mostravam mais elevadas em locais onde havia, compartivamente, um alto teor de desorganização social.

Ressalta-se que os modelos teóricos aqui apresentados podem auxiliar na compreensão dos diferenciais e da dinâmica dos homicídios de jovens para os quais

ainda há lacunas. No entanto, reforça-se a concepção de que tais modelos são insuficientes para explicar somente por meio da renda, das desigualdades, ou da perspectiva das vítimas a complexidade que envolve a violência letal.

2.3. Juventude e sua inserção social no mundo globalizado: exposição às situações de vulnerabilidade e o envolvimento com a violência letal

A temática da juventude sempre foi discutida na sociedade e se constitui como uma pauta freqüente na mídia, nos espaços acadêmicos e nas agendas para o desenvolvimento de políticas públicas. Cotidianamente o conceito de juventude vem sendo construído socialmente de acordo com o momento histórico e cultural pelos quais passa a sociedade assumindo funções, representações e significados diferenciados.

Configurando-se como categoria social, a juventude pode ser entendida como uma concepção, representação ou criação simbólica construída pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens para simbolizar comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Modifica-se de acordo com a classe social, grupo étnico/racial, nacionalidade, gênero, contexto histórico nacional e regional, dentre outros aspectos³⁸. Constitui a fase da vida sobre a qual existe maior expectativa social correspondendo a um estágio do desenvolvimento de construção social associada às transformações biológicas, que vão da pré-adolescência até a fase adulta. Historicamente, essa etapa da vida está se ampliando cada vez mais, e há uma tendência universal de se caracterizar como jovem a população com idade entre 15 e 30 anos^{39, 40}.

O conceito de juventude pode adquirir conotações diversificadas e passíveis de serem identificadas a depender dos interesses de cada área de conhecimento. Os termos jovens e adolescentes são comumente utilizados como sinônimos.

Para a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e Organização Mundial da Saúde (OMS), a adolescência constitui um processo biológico, na qual ocorre um rápido desenvolvimento cognitivo e estruturação da personalidade e subdivide-se em duas etapas: pré-adolescência (10-14 anos) e adolescência propriamente dita (15-19 anos). Já a juventude, enquadra-se na dimensão sociológica em que o indivíduo se prepara para assumir a função de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos⁴¹.

Diante desta breve exposição dos conceitos de juventude e antes de abordar a problemática dos homicídios de jovens, faz-se necessário considerar o contexto no qual

se inserem esses jovens, caracterizado por intensas transformações sociais, econômicas e políticas em um mundo globalizado.

A globalização é concebida por Santos⁴² como um fenômeno multifacetado, com dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas e jurídicas, interligadas de forma complexa, para o qual não há um consenso. Para compreendê-lo é necessário buscar os determinantes históricos que apontam o seu início nos anos 1980, mais especificamente após a *Guerra Fria*. A consolidação do capitalismo, as crises do pós-guerra e o modelo de industrialização provocaram uma reorganização da economia, em bases internacionalistas, que anunciaram o fim do sistema nacional enquanto núcleo das atividades e estratégias humanas organizadas⁴². Como característica da globalização, o Estado perde a capacidade de responder isoladamente às demandas do sistema globalizado e de prover bens e serviços à sua população sem estabelecer cooperação internacional, o que atribui ao Estado-nação novos contornos e funções⁴².

Além disso, a estruturação da sociedade em um sistema de classes são características marcantes que, na análise de Santos⁴², constitui-se em um sistema injusto que gera apenas um tipo de redistribuição: o da massa da população para a burguesia estatal, as multinacionais e o capital local, o que resulta nas desigualdades sociais.

São inegáveis os avanços alcançados com a globalização. Por um lado possibilitou o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, como o acesso instantâneo à informação, ao conhecimento imediato das inovações e aos acontecimentos do mundo. Por outro, fatores políticos ligados a esse processo acarretaram o surgimento de um espaço dominado pelo mercado global. Representou um marco na história e na sociedade e trouxe consigo um período de crise que afeta a vida em todos os seus setores⁴⁴.

Assim, uma nova ética surge entre as relações sociais e interpessoais por valorizar o individualismo e a competitividade gerando problemas sociais sustentados pelos poderes que regulam as atividades econômicas globais, acarretando a crise como resposta à exclusão das sociedades.

As conseqüências do processo de globalização têm-se expressado de diversas maneiras nas guerras religiosas e étnicas, na especialização em negócios ilegais estabelecendo uma conexão perversa à economia global, na migração em massa para os países centrais e na busca de alternativas para a grande proporção da população marginalizada que gera violências e outros males⁴⁴.

Na medida em que os países centraram seus modelos de desenvolvimento na economia, em detrimento das necessidades humanas, ocasionaram dificuldades de acesso das suas populações a serviços básicos como saúde, educação, segurança e mercado de trabalho formal o que acarretou o empobrecimento das massas populacionais, exclusão social e do consumo equitativo de bens materiais e culturais que resultaram e aprofundaram as desigualdades sociais.

Nesse sentido torna-se importante refletir que o contexto de globalização trouxe consigo repercussões para as condições de vida e de saúde das populações. Barata⁴⁵ pontua que tais repercussões, no campo acadêmico das investigações científicas sobre as desigualdades sociais, ganham espaço na perspectiva da iniquidade, ou seja, como injustiça social.

Para abordar o tema das desigualdades sociais, faz-se então necessário definir as terminologias próprias deste campo de conhecimento. O termo desigualdades sociais, aqui adotado, refere-se àquelas que além de injustas, são iníquas e, portanto, moralmente inaceitáveis gerando indignação e mobilização social. Resultam da opressão social expressa na segregação, discriminação e perseguição, na presença de diversidade, desigualdade, diferença ou distinção. Relaciona-se à extrema ausência de equidade, resultantes do efeito de estruturas sociais perversas, e do exercício de políticas iníquas geradoras de desigualdades sociais eticamente inaceitáveis⁴⁶.

Nessa linha de pensamento, Barata⁴⁵ afirma que o conceito de desigualdade refere-se à repartição desigual produzida pelo próprio processo social, ou seja, a percepção de que o acesso a bens e serviços e a um dado nível de saúde está fortemente determinado pela posição que os indivíduos ocupam na organização social. Castellanos⁴⁷ afirma ainda, que nem toda diferença na situação de saúde pode ser considerada iníqua, mas toda diferença ou desigualdade redutível, vinculada às condições heterogêneas de vida, constitui iniquidade.

Diante do exposto pode-se afirmar que o contexto histórico e o modelo de desenvolvimento econômico explicitados desenham juntos este cenário global no qual o Brasil está inserido, um país emergente e periférico, que tem uma pequena parcela de sua população incluída neste novo sistema e a maioria dela encontra-se excluída e marginalizada desse processo.

Corroborando esta afirmação, Santos⁴⁸ pontua que vivemos num mundo de exclusões, agravadas pela desproteção social, atributo do modelo neoliberal, igualmente

criador de insegurança. O autor acrescenta ainda que a globalização cria uma perversidade sistêmica que resulta na violência estrutural, que se encontra na base da produção de outras violências, e constitui a violência central original. Para Santos⁴⁸ a violência estrutural, na era da globalização é resultado da presença e das manifestações conjuntas do dinheiro em estado puro, da competitividade em estado puro e da potência em estado puro conduzindo à emergência de novos totalitarismos.

Assim, há que se reconhecer os vínculos entre globalização e violências uma vez que essa última é alimentada pelas desigualdades e pela exclusão, acabando por reforçar a violência estrutural, não deixando de citar que a fragmentação cultural, também encorajada pela mundialização, constitui-se em outro campo de produção e reprodução das violências.

Sobre esta questão Wieviorka⁴⁹ considera que as ligações diretas da fragmentação social e cultural com a mundialização da economia contribuem com a mundialização da violência, com suas formas fragmentárias. Dessa forma, estaria ocorrendo, atualmente no Brasil, uma resignificação da violência, sendo sua compreensão dependente dos arranjos societários dos quais emerge.

Nesse cenário marcado pelas desigualdades sociais e pelos processos de exclusão e segregação social, os jovens vivenciam de forma intensa as dificuldades de inclusão social que se expressam por privações no acesso a bens materiais e culturais, entre eles a precária inserção no mundo do trabalho ou mesmo o desemprego, o que pode influenciar no seu envolvimento com a violência letal. Associados a estes, o comprometimento das condições de vida cotidiana dessa população e políticas públicas ineficazes voltadas para este grupo, configuram-se como condições que afetam a relação dos jovens com as violências. Nesse sentido, a sociedade da “modernidade tardia” é caracterizada pela reprodução estrutural da exclusão social, por uma disseminação das violências, com rupturas de laços sociais e desfiliação de várias categorias tais como a juventude, uma das grandes vítimas da mundialização⁵⁰.

A vida do jovem tem sido uma luta para adaptar-se à violência ou superá-la, no período atual de mundialização. A segregação social e espacial das populações, o aumento do desemprego e os recursos ineficazes do aparelho social e do sistema judiciário podem ser fatores explicativos para a violência difusa. Nesse cenário também podem ser identificadas situações de desigualdade econômica e social, condições de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, a vitimização dos jovens⁵⁰.

Nesse contexto, a mundialização da economia e suas ligações diretas com a fragmentação cultural e social contribuem para a mundialização da violência com suas formas fragmentárias, uma vez que esta se alimenta das desigualdades e da exclusão que se reforçam com o mercado globalizado.

O fenômeno da globalização acaba então por impactar de forma perversa àqueles que ficam à margem dos processos de desenvolvimento econômico e social. Ele traz para os contextos locais, nos quais faltam serviços básicos, opções de lazer e oportunidades de engajamento no mercado de trabalho formal, questões internacionais a exemplo do tráfico de substâncias ilícitas que, nesses contextos se tornam uma opção de inclusão, construção e afirmação de identidade, principalmente para os jovens, tornando-os mais expostos e vulneráveis à violência.

Ressalta-se que as tensões e ansiedades vivenciadas pelos jovens nesse contexto de privações e incertezas podem desencadear comportamentos agressivos para reforço de identidade ameaçada, transformando-o em agentes da violência. Em contrapartida, ao adotar este comportamento violento os jovens acabam por se expor a agressões, tornando-se vítimas da violência⁵¹.

Para além dos aspectos comportamentais e individuais dos jovens que os expõe à violência letal, Peres⁵² afirma que são os elementos contextuais aliados às características individuais que, conformam os fatores de risco e proteção para os homicídios. Estes fatores permeiam as relações sociais e atuam na determinação de situações de violência que modulam a dinâmica de vitimização.

A multiplicidade de determinantes e sua dinâmica de inter-relações configuram as violências, enfocada nos homicídios de jovens, como um problema extremamente complexo não sendo possível analisá-lo dissociado do seu contexto social, cultural e histórico.

Ilustrando estas relações Morin⁵³ ressalta que o desafio da globalidade é também o da complexidade. O autor afirma que é necessário perceber o contexto e compreendê-lo de forma multidimensional, evitando a fragmentação.

Para atender a essa complexidade, o conceito de vulnerabilidade traz uma nova forma de abordar a ocorrência de agravos, dentre o quais pode ser incluído os homicídios de jovens, ao incorporar as diversas condições envolvidas e ao considerar as múltiplas interferências das relações e do contexto social.

Ayres⁵⁴ refere-se à vulnerabilidade como o movimento de considerar a chance de exposição dos indivíduos ao adoecimento como resultado de um conjunto de aspectos individuais, coletivos e contextuais que aumentam a suscetibilidade à infecção e ao adoecimento, associado a uma menor disponibilidade de recursos para se proteger de ambos.

Delor e Hubert⁵⁵ propõem três níveis de inteligibilidade para a compreensão do conceito de vulnerabilidade. O primeiro deles é a *trajetória social* que se refere à posição no curso da vida, que pode ser compartilhada por diferentes indivíduos, sendo este nível essencial para o entendimento da adoção de determinados comportamentos. O segundo é o nível em que *duas trajetórias se cruzam*, que reflete a dimensão da interação entre os indivíduos e os elementos implicados nesta interação, tais como as diferenças de status e poder, que influenciam de forma direta as possibilidades frente ao risco. O *contexto social* constitui-se como o terceiro nível e envolve as configurações sociais e normas culturais que atuam diretamente nos modos e interesses que regem o encontro entre duas trajetórias.

Os autores⁵⁵ reforçam que o processo de síntese no qual esses níveis se situam é a construção da identidade que, por sua vez, é entendida como um processo que se destina a manter, expandir ou proteger o espaço de vida em que o sujeito é reconhecido socialmente, sendo que o confronto com riscos diversos exige a constante construção e reelaboração desse processo por meio do qual o sujeito esforça-se em produzir uma síntese, sempre temporária, desses três níveis. Ainda de acordo com os autores, se faz necessário apreender as relações existentes entre as noções de risco, enquanto evento adverso ou potencialmente hostil, identidade e vulnerabilidade, para compreender as situações de vulnerabilidade a que estão expostos os indivíduos, considerando-as como circunstâncias em termos de momentos e lugares específicos.

Assim, Ruotti, Massa e Peres⁵⁶ consideram que o quadro de vulnerabilidade possibilita a compreensão dos modos pelos quais os indivíduos enfrentam os eventos adversos e adotam determinados comportamentos sob a perspectiva de um sujeito inserido em um sistema dinâmico de relações e constrangimentos de diferentes ordens – sociais, políticos e econômicos - que influenciam nas suas escolhas e condições de existência.

Assim análises de vulnerabilidade de jovens aos homicídios permitem perceber os significados concretos das vivências dos indivíduos frente às distintas situações de exposição ao risco possibilitando sua prevenção. Pode-se afirmar que este se constitui como um grande desafio, uma vez que entender o significado da exposição, voluntária ou involuntária, do jovem à situação de risco, implica na busca da compreensão de processos sociais que modificam sua socialização e, por consequência, interferem na construção das suas trajetórias de vida.

Ruotti, Massa e Peres⁵⁶ ponderam que a configuração do risco como categoria central na sociedade contemporânea, coloca em discussão as transformações que incidem sobre os elementos constitutivos da modernidade.

Ressalta-se que essas transformações influenciam sobremaneira a trajetória dos jovens tornando-os vulneráveis à violência letal. As desigualdades e a exclusão social a que está exposta a juventude no atual contexto de globalização, acabam por colocá-los em contato com as diversas situações de vulnerabilidade, alterando a trajetória individual de suas vidas.

Nesse sentido, a perspectiva do curso de vida fundamenta-se na premissa de que o estado de saúde de cada grupo é determinado pela trajetória pessoal influenciada pelo contexto social e pelas condições materiais de vida⁵⁷. Krieger⁵⁸, estabelecendo um glossário para a epidemiologia social, afirma que o estado de saúde atual dos indivíduos é resultado das trajetórias de desenvolvimento pessoal no decorrer do tempo, moldadas pela história de cada um inserida no contexto social, econômico, político e tecnológico das sociedades nos quais essas trajetórias se desenvolveram.

Nessa perspectiva, a maioria das populações em desvantagens materiais está vinculada a diversas exposições psicossociais adversas (fracasso, frustração) que caracterizam a situação de miséria e exclusão social⁵⁷.

Estabelecendo-se um paralelo entre a abordagem da perspectiva do curso de vida e as situações de vulnerabilidade do jovem, este acaba por desenvolver a sua trajetória entre a sorte da inserção social e o risco da exposição às violências, considerando a sua posição social e os recursos disponíveis para o seu desenvolvimento.

Essas distintas situações de vulnerabilidade são representadas, principalmente, pela própria transição para a vida adulta, período no qual as condutas de risco podem ser

adotadas pelos jovens frente a incerteza na condução da própria vida, a necessidade de afirmação da identidade, a falta de acesso a direitos, a dificuldade de inserção social e a precarização do trabalho e o desemprego, que levam o jovem a buscar novas formas de ganhar dinheiro ou mesmo de “ganhar a vida”. No entanto, a vivência dessa fase e o contexto social e econômico do jovem determinam a sua conduta em relação a essas vulnerabilidades e influenciam na decisão de arriscar-se.

Em relação à concepção de risco Le Breton (2000) *apud* Ruotti, Massa e Peres⁵⁶, pontua que a passagem para a vida adulta na modernidade representa um momento crucial em que as condutas de risco tornam-se emblemáticas e adotadas fortemente. Diante da indeterminação social da modernidade e da ausência de ritos de passagem que legitimem o ingresso na vida adulta, esta simbolização é feita pelo próprio jovem na busca de uma resposta às suas expectativas. Nessa ocasião as condutas de risco configuram-se em um rito por meio do qual os jovens procuram um sentido que justifique as suas vidas.

Reforçando essa concepção, La Mendola⁵⁹ afirma que os comportamentos arriscados adotados pelos jovens, mesmo os aparentemente mais irresponsáveis, refletem uma necessidade implícita de responsabilidade e apontam para a busca de identidade. Le Breton (2000) *apud* Ruotti, Massa e Peres⁵⁶, indicam ainda que perante a falta de limites simbólicos que sirvam de orientação, é na experiência corporal que esse sentimento é buscado, por isso, o risco, mesmo que seja de morte, adquire importância nesse processo.

Assim, no período da juventude, a ação de arriscar-se se caracteriza como um momento de forte indeterminação social e identitária. A esse processo geral, comum à juventude, associa-se a presença de profundas diferenças na vivência dessa fase permeadas pela posição social desses jovens, até mesmo em relação à exposição às violências. Apesar da semelhança dos desafios, as conjunturas e recursos no seu enfrentamento são variáveis, dando margem a diferentes situações de vulnerabilidade⁵⁶.

Nessa complexa rede de interações, na qual as formas excludentes vivenciadas pelos jovens suscitam a busca de outras formas de inserção, principalmente no mercado de trabalho, surgem na sociedade contemporânea como opção as redes informais ou mesmo ilegais. Nesse sentido, Telles⁶⁰ ressalta que no campo social, atravessado pelas desigualdades inerentes ao capitalismo contemporâneo, formas excludentes de emprego

se conjugam à expansão de circuitos de consumo de bens materiais e simbólicos, originando novas maneiras de “ganhar a vida” e diferentes estratégias de participação. Destacam-se o endividamento na compra desses bens e a inserção em atividades que podem tangenciar a informalidade ou até a ilegalidade. Diretamente conectada a essa economia globalizada encontra-se a expansão do mercado organizado do tráfico de drogas, que absorve, entre outros, grande parcela de jovens, inclusive pela via de atração que constitui o uso de drogas⁶¹.

O crescimento desse mercado configura-se como uma situação de vulnerabilidade para muitos jovens que, diante das dificuldades de inserção no mercado formal e legal de trabalho, encontram no tráfico de drogas uma opção que possibilita o acesso a bens de consumo, conformação de uma identidade, por meio do reconhecimento perante o grupo, e renda. No entanto, ao mesmo tempo, estes assumem o risco de morte iminente em decorrência das atividades do próprio tráfico ou da ação policial.

As estratégias de resposta ao risco de morte, para os jovens envolvidos com o mercado ilegal de drogas, variam desde a tentativa de contorná-lo até o engajamento no narcotráfico. Neste sentido, pesquisa sobre os fatores determinantes da violência interpessoal realizada com 1.067 jovens de oito regiões administrativas do Distrito Federal, apontou que as escolhas pessoais, ligadas ao comportamento do jovem aumentam a sua vulnerabilidade, tanto como autor ou como vítima de atos violentos. No estudo, os fatores comportamentais que mais influenciam os atos de agressão são: a utilização de armas de fogo (15,1%), o porte ilegal de armas (10,7%), o consumo de cocaína (10,6%) e da maconha (6,7%), a falta de referência pessoal (6,2%) e o uso de álcool (4,8%)⁶².

A utilização das armas de fogo “empoderam” negativamente os jovens fazendo-os sentir-se em situação de vantagem em relação à vítima, além disso, ter uma arma confere a eles poder e prestígio. Ressalta-se que as armas de fogo foram responsáveis pelo incremento nas mortes por homicídios no Brasil, principalmente no período entre 1980 e 1996^{62,63,64}.

O fato de assumir o risco revela uma dinâmica que vai além de aspirações a uma mobilidade social desviante, compreendendo diversos sentidos de existência e opções

de vida para melhor lidar com a experiência do risco, perante a ausência de organização familiar, social e política⁵⁶.

Reforçar os referenciais de organização familiar, social e política constitui-se em um dos caminhos para pensar o enfrentamento e a prevenção do envolvimento de jovens com a violência na sua expressão mais agressiva, os homicídios. Mobilizar a organização social, envolvendo os cidadãos nela inseridos, pode viabilizar a proteção dos jovens frente à violência letal.

Nesse sentido, o capital social concebe a organização social como um sistema formado por partes articuladas e em colaboração para alcançar um objetivo determinado. Por sua vez, essas partes correspondem aos estratos sociais que possuem a solidariedade como forma predominante de relação nas sociedades sadias e, nas sociedades adoecidas, essas relações são marcadas pela anomia, ou seja, em seu funcionamento predominam os conflitos e nela emergem as desigualdades. Assim, o capital social tem seu foco central nas relações sociais que se constituem no interior dos grupos e entre os grupos na sociedade. Ainda nessa concepção, a coesão social, resultante da confiança cívica entre os cidadãos, da participação ativa na vida associativa e de outras manifestações de organização da sociedade civil, configura o capital social na comunidade e potencializa o bem-estar dos indivíduos⁵⁷.

Em contextos de vulnerabilidade, no que toca ao envolvimento de jovens com os homicídios, o capital social fortalece a idéia de rede de proteção, da própria comunidade articulada, para prevenir os efeitos negativos da exposição do jovem ao risco, uma vez que o ato de arriscar-se constitui uma característica própria da juventude.

Assim, ser jovem na sociedade atual implica conviver com os diversos desafios impostos pelas mudanças sociais. Esses desafios envolvem aspectos subjetivos tais como a transição para a vida adulta, a construção da identidade e aspectos objetivos traduzidos na precarização do trabalho e na sua inserção social.

No entanto, estes são desafios comuns a todos os jovens. O contexto social e cultural, bem como a posição social do jovem influencia substancialmente na forma de lidar com esses novos elementos e impactam na sua trajetória de vida. A atitude de assumir riscos faz parte do processo de enfrentamento desses desafios fazendo com que

esse jovem, muitas vezes sem uma rede de apoio para seu suporte, torne-se vulnerável às violências.

Nessa dinâmica, em contextos de privação das condições sociais e econômicas, falta de acesso a direitos, dificuldade de inserção social, o jovem acaba por envolver-se em atividades ilícitas, a exemplo do tráfico de drogas, que pontualmente podem oferecer-lhe uma identidade, poder de consumo e status. Ao mesmo tempo associa a sua trajetória de vida a diversos riscos, entre eles o risco iminente de morte, que finda no desfecho fatal dos homicídios.

Diante dessa realidade faz-se necessário a compreensão da complexa rede de interações, vulnerabilidades, riscos e “opções”, permeada pelo contexto social, cultural, econômico e político da sociedade globalizada, para entender o envolvimento dos jovens com a violência letal. Resgatar a cidadania, nessa conjuntura, é parte da ação de enfrentamento e prevenção dos homicídios de jovens.

2.4. O Modelo Ecológico como proposta para a compreensão da dinâmica dos homicídios de jovens

Em meio a estudos que vêm sendo efetuados no sentido de propor modelos explicativos para a violência em suas diversas expressões^{24, 23}, adota-se nesta pesquisa o Modelo Ecológico proposto pela Organização Mundial da Saúde, no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde³. Essa opção parte do princípio de que há uma multiplicidade de condições que interagem e determinam a ocorrência dos homicídios de jovens, possibilitando uma visão mais ampla e complexa do assunto.

A primeira aplicação desse modelo ocorreu na década de 1970, quando se buscou compreender os episódios de abuso infantil e, posteriormente, os casos de violência juvenil. Foi também utilizado por pesquisadores para entender os abusos contra idosos e a violência entre parceiros íntimos³.

O Modelo Ecológico põe em foco a multicausalidade da violência e analisa as inter-relações entre condições individuais e contextuais considerando que ela resulta da influência de quatro diferentes dimensões sobre o comportamento: (i) **individual**, que focaliza as características do indivíduo que podem favorecer sua implicação em atos violentos (características biológicas, demográficas, abuso de substâncias, dentre outras).

No contexto dos homicídios, o fato de ser homem e jovem coloca o indivíduo em maior risco de vitimização; (ii) **relacionais**, que identificam como o risco para vitimização ou perpetração da violência pode aumentar pela influência de relações sociais próximas (família, parceiros íntimos, amigos); (iii) **comunitários**, que relaciona as condições dos cenários em que se dão as relações e possibilitam o envolvimento com a violência (escolas, locais de trabalho, vizinhança), e (iv) **social**, que analisa os fatores sociais e culturais mais amplos que influenciam os índices de violência (políticas de saúde, educacionais, econômicas e sociais)³.

A figura 1 mostra de forma esquemática como estas diferentes dimensões estão relacionadas, auxiliando a compreender a complexidade da violência.

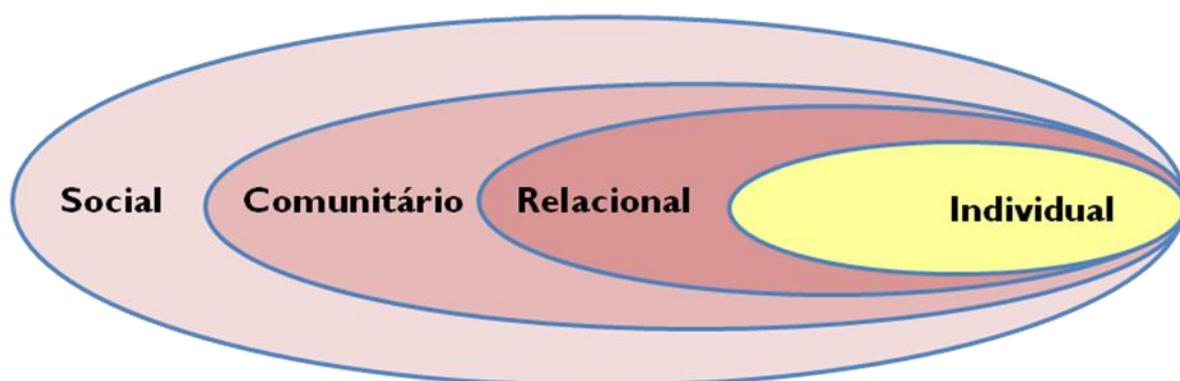


Figura 1 – Modelo ecológico da violência, proposto pela Organização Mundial da Saúde, 2002.

Ressalta-se que as dimensões propostas pelo modelo ecológico se intercomunicam. Nesta perspectiva, Bronfenbrenner⁶⁵ conceitua o ambiente ecológico como um conjunto de estruturas organizadas em diferentes dimensões, no qual cada um deles contém o outro. O autor argumenta ainda que a capacidade de formação de um sistema depende da existência das interconexões sociais entre este sistema e outros. Assim, todas as dimensões do modelo ecológico são interdependentes e, portanto, requerem participação conjunta dos diferentes contextos e uma comunicação entre eles.

O uso da abordagem ecológica no presente estudo visa compreender a articulação das diversas condições que interferem no aumento ou redução do fenômeno da violência letal entre os jovens buscando uma compreensão mais ampla e aprofundada das mortes desses jovens no Brasil.

3. PRESSUPOSTOS E OBJETIVOS

Partindo-se da compreensão de que o panorama dos homicídios de jovens no Brasil se apresenta em suas regiões de forma complexa e heterogênea, esta pesquisa norteia-se por alguns pressupostos. O primeiro deles considera que as desigualdades nas condições de vida proporcionam aos jovens diferentes vulnerabilidades que se expressam nos aspectos individuais, relacionais, comunitários e sociais e que, por sua vez, se combinam para determinar o seu envolvimento em mortes violentas, tornando-os alvos preferenciais de homicídios.

O segundo pressuposto defende que a organização do espaço nas regiões brasileiras reflete processos sociais específicos, tais como urbanização, industrialização, desigualdades sociais e econômicas e criminalidade. Assim, as contradições sociais, a distribuição desigual da renda, e/ou o aumento da pobreza e miséria contribuem para a manutenção da violência estrutural que acaba por criar outros processos sociais, tais como a inserção dos jovens no mercado informal e ilegal expondo-os ao risco de morte por homicídios.

Objetivo Geral

- Realizar estudo socioepidemiológico da mortalidade por homicídio de jovens em municípios brasileiros, no período de 1990 a 2010.

Objetivos Específicos

- Identificar padrões de semelhanças e diferenças na distribuição dos homicídios de jovens em municípios brasileiros;
- Mapear o padrão de distribuição dos homicídios de jovens segundo grupos etários e sexo;
- Identificar os meios utilizados na perpetração da violência letal contra os jovens;
- Conhecer as percepções de gestores, profissionais e jovens acerca dos homicídios de jovens em municípios do Nordeste brasileiro;
- Conhecer a trajetória de vida de um jovem vítima de homicídio em cada um dos municípios estudados;
- Analisar aspectos individuais, relacionais e contextuais envolvidos na dinâmica dos homicídios de jovens em municípios do Nordeste do Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Esta tese apresenta uma análise sócio-epidemiológica acerca dos homicídios de jovens no Brasil. Para melhor alcançar a complexidade do objeto desta investigação optou-se por utilizar a combinação das abordagens quantitativa e qualitativa.

Essa forma particular de se combinar essas duas abordagens na pesquisa social vem sendo estudada por diversos autores como Denzin^{66,67,68,69,70, 71} sob o termo *triangulação metodológica*, cujo conceito é utilizado para designar processos que envolvem: a combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista, a visão de múltiplos informantes e o uso de múltiplas técnicas de coleta de dados acompanhando todo o trabalho investigativo e permitindo assim a interação, a crítica intersubjetiva e a comparação⁷⁰.

A intenção do uso da triangulação neste estudo foi de abordar o tema por diferentes ângulos possibilitando uma análise mais ampla da problemática abordada, aqui considerada complexa e multifacetada. O tipo de triangulação adotada foi o explanatório sequencial. Nesta perspectiva de abordagem de métodos mistos, as etapas quantitativa e qualitativa, acontecem sequencialmente constituindo-se em duas fases distintas, porém interativas, nas quais as informações qualitativas possibilitam um aprofundamento dos dados apresentados e analisados mediante a etapa quantitativa da investigação⁷².

Os municípios analisados foram Lauro de Freitas/BA e Petrolina/PE, ambos localizados na região Nordeste. A seleção desses municípios foi realizada a partir de uma análise regional dos dados de mortalidade do Brasil buscando-se identificar a região com a taxa mais elevada de homicídios de jovens, no período de 1990 a 2010, na qual se destacou a região Nordeste do país.

A partir desta informação, procedeu-se uma análise dos municípios desta região segundo os seguintes critérios: ter população superior a 100 mil habitantes, excluindo-se as capitais tendo em vista o fenômeno de interiorização da violência que aponta para a importância de privilegiar estudos nas regiões do entorno das capitais brasileiras e no interior do país; possuir dados para o período analisado e apresentar comportamentos opostos em relação às taxas de mortalidade por homicídios de jovens, obedecendo às seguintes condições: um município com *aumento da taxa de homicídios de jovens mesmo com piora da qualidade da informação* e o outro com *queda da taxa de homicídios de jovens mesmo com melhora da qualidade da informação*. A qualidade da informação se refere ao subgrupo de óbitos por lesões com intenção indeterminada. Os

dados de mortalidade foram coletados no Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM, do Ministério da Saúde. Foram considerados como óbitos por Agressão àqueles registrados sob os códigos E800, da 9^a Classificação Internacional de Doenças⁷³ e X85 a Y09, da 10^a revisão⁵.

Nestas duas cidades foram determinados grupos junto aos quais foram coletadas, durante a etapa qualitativa da investigação, informações pelas técnicas de *entrevista semi-estruturada individual e em grupo* (anexos 1 a 3)⁷⁴ e histórias de vida^{75,76,77}. Das entrevistas individuais participaram gestores da área da saúde, segurança pública, assistência social, juiz da vara da infância e juventude ou conselheiro tutelar e familiar de jovem vítima de homicídio. Das entrevistas em grupo, participaram: profissionais da estratégia saúde da família (ESF), policiais militares, professores e estudantes de escolas públicas e particulares e jovens inseridos em programas de prevenção da violência.

Para a operacionalização da pesquisa de campo nos municípios estudados foram contactados pesquisadores locais com experiência prévia em relação à temática da violência. A estes pesquisadores foram atribuídas as funções de caracterizar aspectos sociais, econômicos, políticos, e culturais das cidades, bem como organizar e operacionalizar o trabalho de campo.

A caracterização dos municípios incluiu a coleta de informações sobre indicadores de criminalidade locais, identificação da rede local de serviços, governamentais ou não, de saúde, educação, segurança, cultura e lazer, proteção social e promoção dos direitos humanos, associações, entre outros e verificação da existência de grupos/movimentos sociais e comunitários, conselhos, dentre outros aspectos políticos do município, direcionados aos jovens. Após a coleta este material foi enviado à autora da presente pesquisa para análise.

As atividades de organização para o trabalho de campo também foi efetuada pelos pesquisadores locais que identificaram os sujeitos a serem entrevistados, solicitaram autorização das instituições envolvidas e efetuaram o contato e agendamento das entrevistas individuais e em grupo. Posteriormente à organização da logística e envio do agendamento de tais atividades, a autora da pesquisa visitou cada um dos municípios para realizar o trabalho de campo propriamente dito mediante a execução das entrevistas e observação local.

Os resultados provenientes destes procedimentos metodológicos e seus detalhamentos encontram-se descritos nos três artigos que constituem essa tese.

O primeiro artigo “O desafio de compreender a consequência fatal da violência”, publicado na *Revista Interface – Comunicação, Saúde e Educação* no ano de 2013, apresenta uma análise acerca dos homicídios no Brasil, mais especificamente em Paulista/PE e Jaraguá do Sul/SC, buscando compreender este fenômeno a partir das dimensões individuais e relacionais dos sujeitos e dos contextos, por meio da utilização do Modelo Ecológico. Embora não tenham se configurado como objetos desta investigação, a compreensão dos homicídios na população geral nestes dois municípios possibilitou ampliar a consistência das informações e trouxe, no contexto da elaboração e desenvolvimento desta tese, a perspectiva comparativa. Esta publicação faz parte do processo de formação na trajetória de doutoramento e a partir dela foi possível definir os homicídios de jovens como objeto de pesquisa e aprimorar a metodologia a ser utilizada nos dois artigos subsequentes. Este refinamento do método de investigação qualitativa se deu pela inclusão da técnica da história de vida^{75,76,77}, pela introdução de diferentes atores e pelo aperfeiçoamento dos roteiros de entrevista individual e em grupo.

O segundo artigo, “Mortes de jovens por homicídio no Nordeste Brasileiro: magnitude, semelhanças e diferenças” se constitui em um estudo epidemiológico descritivo dos óbitos por homicídio entre jovens de 15 a 29 anos em Lauro de Freitas/BA e Petrolina/PE, no período de 1990 a 2010. Partindo-se da magnitude com que os homicídios incidem sobre a juventude, foram analisados os padrões de semelhanças e diferenças na distribuição da mortalidade de jovens por homicídios nos dois municípios estudados. Indicadores socioeconômicos, tais como IDH, Índice de Gini, proporção de jovens, entre outros, foram extraídos DATASUS e do Censo 2010 e utilizados para caracterizar as cidades. Nesse sentido, foi possível estabelecer uma análise comparativa entre os indicadores sociais e as taxas de homicídios de jovens nas duas localidades e conhecer os reflexos das questões demográficas, macro políticas e econômicas e das políticas públicas sobre as mortes desses jovens.

O terceiro e último artigo, “Muitos para não virarem vítimas, viram autores: uma abordagem complexa dos homicídios de jovens” analisa as mortes violentas de jovens, em Lauro de Freitas/BA e Petrolina/PE, a partir do referencial dos sistemas sociais complexos⁷⁸ e utilizando-se o Modelo Ecológico³. As percepções de múltiplos atores e as histórias de vida de jovens vítimas de homicídios possibilitou a compreensão das formas de interação entre as condições individuais, relacionais e dos contextos locais e sua influência nas mortes de jovens por homicídio. Para esta etapa foi utilizada a metodologia qualitativa com a realização de estudo de caso definido como uma

investigação empírica que analisa um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre este e o contexto não são claramente evidentes. Em outras palavras, o estudo de caso deve ser utilizado quando se deseja compreender um fenômeno da vida real em profundidade considerando suas condições contextuais, uma vez que estes são pertinentes ao fenômeno em estudo⁷⁹.

Os resultados deste estudo foram integrados sob a perspectiva de triangulação efetuada mediante a busca de distanciamentos e aproximações, entre os indicadores e realidades dos municípios pesquisados, com o objetivo de explicar o comportamento das taxas de homicídios de jovens em cada uma dessas localidades. Para tal, os dados e informações gerados pela aplicação dos métodos quantitativo e qualitativo foram integrados por meio da aplicação do modelo ecológico, de acordo com suas diferentes dimensões – individual, relacional, comunitário e social. Nesta análise, na qual dialogam os indicadores socioeconômicos e as semelhanças e singularidades dos contextos locais dos municípios, se procurou, a partir de um referencial teórico, se ter uma complementaridade de interpretações. Assim, as informações qualitativas, ajudaram a interpretar e aprofundar os dados quantitativos; os resultados objetivos deram materialidade a uma interpretação de um comportamento/atitude; e os resultados discordantes trouxeram à tona a complexidade do que se está analisando; e a síntese explicativa possibilitou uma melhor compreensão da problemática dos homicídios de jovens.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/FIOCRUZ sob o parecer 10733. Ressalta-se que na operacionalização do estudo epidemiológico desta pesquisa não houve abordagem de seres humanos por serem utilizados apenas dados secundários do SIM e IBGE.

Para a realização do estudo qualitativo foram seguidos os preceitos da Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que dispõe sobre pesquisas com seres humanos⁸⁰. Foi assegurado sigilo quanto à identidade dos entrevistados. Cada um dos envolvidos assinou *um termo de consentimento* (anexos 4 a 6) dando ciência de que as informações obtidas não seriam acompanhadas dos nomes dos participantes, mas sim de nomes fictícios. Aos sujeitos foi resguardada a liberdade de retirarem seu consentimento a qualquer momento e/ou deixar de participar da pesquisa sem que isto trouxesse qualquer penalização. Eles foram também esclarecidos quanto às implicações advindas de sua participação nesta investigação. A pesquisa maior na qual se fundamentou esta

tese recebeu apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) – Violência, Democracia e Segurança Cidadã e bolsa de estudos concedida durante o percurso do doutorado.

5. ARTIGOS

O desafio de compreender a consequência fatal da violência em dois municípios brasileiros

Juliana Guimarães e Silva¹
 Fabiana Castelo Valadares²
 Edinilsa Ramos de Souza³

GUIMARÃES E SILVA, J.G.; VALADARES, F.C.; SOUZA, E.R. The challenge of understanding the fatal consequences of violence in two Brazilian municipalities. *Interface (Botucatu)*, v.17, n.46, p.535-47, jul./set. 2013.

It was sought to understand murders through a complex systemic approach by applying the ecological model, which involves the individual and relational conditions of the subjects and context. Two cases were studied, with triangulation of quantitative and qualitative data. The municipalities selected (Paulista, Pernambuco, and Jaraguá do Sul, Santa Catarina) showed opposite behavior in relation to homicide rates between 1980 and 2007. Qualitative analyses revealed the following, for each dimension of the ecological model: individual: low education level and drug use; relational: domestic violence and drug use by family members; social and community: work and unemployment; public education; public security; drug trafficking; and religiosity. It was concluded that homicides involve combinations of vulnerability, precariousness and breakage of bonds within the individual and social dimensions. These issues can be addressed through an inclusive, interdisciplinary and intersectoral perspective.

Keywords: Homicide. Case study. Violence. Social vulnerability.

Buscou-se compreender os homicídios por meio da abordagem sistêmica complexa aplicando-se o Modelo Ecológico (ME), que envolve condições individuais e relacionais dos sujeitos e do contexto. Foram realizados dois estudos de caso triangulando dados quantitativos e qualitativos. Os municípios selecionados, Paulista, Pernambuco, e Jaraguá do Sul, Santa Catarina, apresentaram comportamentos opostos em relação às taxas de homicídios entre 1980 e 2007. Na análise qualitativa, descortinou-se, em cada dimensão do modelo ecológico: individual - baixa escolaridade e uso de drogas; relacional - violência intrafamiliar e uso de drogas por membros da família; comunitário e social - trabalho e desemprego; educação pública - segurança pública; tráfico de drogas e religiosidade. Conclui-se que os homicídios envolvem a combinação de vulnerabilidades, precariedades e rupturas de vínculos na dimensão individual e social, passíveis de enfrentamento em uma perspectiva inclusiva, interdisciplinar e intersectorial.

Palavras-chave: Homicídio. Estudos de casos. Violência. Vulnerabilidade social.

¹ Doutoranda em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz).
 Av. Brasil, 4036, 7º andar, sala 700, Manguinhos. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
 21040-361.
 ju.guimaraess@gmail.com
^{2,3} Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli (Claves), Ensp, Fiocruz.

Introdução

O homicídio, uma das múltiplas expressões da violência e seu indicador universal, é caracterizado como a morte que ocorre por agressão, independentemente da sua tipificação legal. No Brasil, o homicídio contribuiu para o aumento significativo das mortes por causas violentas, no conjunto dos óbitos por todas as causas, desde o final da década de 1980. Só a partir de 2003 observou-se uma inflexão das taxas de mortalidade por homicídio (TMH), em municípios como São Paulo e Rio de Janeiro, e em outras áreas urbanizadas do país; e a primeira década dos anos 2000 foi marcada pela denominada interiorização da violência, que se caracteriza pelo incremento das TMH nos municípios do interior dos Estados (Peres et al., 2011; Rechenheim et al., 2011; UNODOC, 2011; Waiselfisz, 2011; Souza, Lima, Bezerra, 2010).

Considerado um fenômeno complexo, o homicídio se distribui de forma heterogênea e tem sido estudado, sobretudo, por meio de abordagem quantitativa, na qual se analisam: sua distribuição segundo áreas, grupos populacionais mais afetados e sua tendência no tempo (Andrade et al., 2011; Rechenheim et al., 2011; Sant'anna, Aerts, Lopes, 2005). Mesmo os estudos que buscam explicá-lo em sua complexidade, considerando o contexto em que ocorrem, ainda são incipientes e também priorizam enfoques quantitativos (Duarte et al., 2012; Meneguel, Hirakata, 2012; Peres et al., 2012; Andrade et al., 2011; Peres et al., 2011).

Estudiosos do tema têm proposto modelos explicativos que captem os aspectos qualitativos dessa violência, tentando abordá-la com uma visão compreensiva (Briceño-Leon, 2005, 2002). Uma dessas iniciativas é o Modelo Ecológico adotado pela Organização Mundial de Saúde. Tal modelo se fundamenta na multicausalidade da violência e analisa as inter-relações entre condições individuais e contextuais, considerando que ela resulta da influência de quatro diferentes dimensões: (a) individual, que focaliza as características do indivíduo que podem favorecer sua implicação em atos violentos (condições biológicas, demográficas, abuso de substâncias, dentre outras); (b) relacional, que identifica como a vitimização ou perpetração da violência pode ser influenciada pelas relações sociais próximas (família, parceiros íntimos, amigos); (c) comunitária, que focaliza as condições dos cenários em que se dão as relações e que possibilitam o envolvimento com a violência (escolas, locais de trabalho, vizinhança); e (d) social, que analisa as condições sociais e culturais mais amplas que influenciam os índices de violência (políticas de saúde, educacionais, econômicas e sociais) (OMS, 2002).

Neste artigo pretende-se compreender o fenômeno dos homicídios por meio da abordagem dos sistemas sociais complexos (Luhmann, 2006), a partir de um estudo empírico que combina o método quantitativo e qualitativo e utiliza o Modelo Ecológico como fio condutor.

Metodologia

A pesquisa que originou este artigo investigou o impacto dos homicídios em quatro países da América Latina - Brasil, Argentina, Colômbia e México. Envolveu um estudo epidemiológico e estudos de caso com o objetivo de obter uma visão complexa do objeto de investigação. Assim, as abordagens quantitativa e qualitativa foram combinadas na perspectiva da triangulação de métodos (Minayo, Assis, Souza, 2005). Neste texto faz-se um recorte da pesquisa original e apresenta-se a análise qualitativa dos dois estudos de caso realizados no Brasil.

Os critérios de escolha dos municípios estudados, definidos na etapa quantitativa do estudo, foram: (1) população superior a cem mil habitantes, excluindo-se as capitais; (2) possuir dados de mortalidade por homicídios disponíveis para o período de 1980 a 2007, e (3) apresentar diferentes comportamentos em relação às TMH: um com aumento da taxa de mortalidade por homicídios mesmo com piora da qualidade da informação (grupo de óbitos por lesões ignorado intencionalmente); e o outro com queda da TMH, mesmo com melhora da qualidade da informação. Considerando-se o último triênio analisado, foram selecionados Jaguará do Sul/SC, com a menor TMH, e Paulista/PE, com a maior taxa. Para esses municípios, foram coletados indicadores como: Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Gini, proporção de pobres, taxa de analfabetismo, taxa de desemprego, taxa de mortalidade geral e por

homicídios, dentre outros. As fontes pesquisadas foram o Censo 2010 realizado pelo IBGE e o Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM.

Buscou-se identificar e compreender as condições que, sob a ótica dos atores locais, podem influenciar a ocorrência e a dinâmica dos homicídios, considerando-se as dimensões do *modelo ecológico* (OMS, 2002). Foram investigadas as percepções dos sujeitos acerca dos homicídios no seu município, indagando-lhes sobre: as suas explicações para a ocorrência deste fenômeno; a realização de ações institucionais voltadas à prevenção destes eventos, e as iniciativas que poderiam ser implementadas para reduzi-los.

Entre novembro e dezembro de 2010, foram realizadas 12 entrevistas individuais semiestruturadas e 12 grupos focais. Foram entrevistados: gestores da segurança pública e da assistência social, prefeitos, conselheiros tutelares, policiais e lideranças comunitárias. Dos grupos focais participaram: profissionais da estratégia saúde da família, jovens religiosos e em conflito com a lei, professores e estudantes de escolas públicas, e familiares de jovens, totalizando 64 informantes-chave. Os depoimentos foram gravados com a autorização dos sujeitos, transcritos e checados quanto à fidedignidade do relato oral.

A análise seguiu as etapas de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e interpretação (Minayo, 2006). Na pré-análise, foi feita a leitura flutuante dos relatos e a constituição do *corpus* no qual se pautou a comparação entre os municípios. Na exploração do material, os agrupamentos e categorizações dos textos foram ancorados nas dimensões do *modelo ecológico*. Foram identificados como temas as dimensões: individual, relacional, comunitária e social. Em cada um deles, emergiram as seguintes categorias: (i) individual: escolaridade e uso de drogas; (ii) relacional: família, violência intrafamiliar e entre parceiros íntimos, e uso de drogas por membros da família, e (iii) comunitárias e sociais: trabalho e desemprego, educação pública, segurança pública, tráfico de drogas e religiosidade. Na fase de análise e interpretação, foram identificadas semelhanças e singularidades dos municípios (Minayo, 2006). A triangulação dos dados qualitativos e quantitativos foi feita sempre que possível, e a discussão foi realizada com base na literatura pertinente. Os depoimentos dos sujeitos foram identificados nas seguintes categorias: gestor, profissional, familiar e jovem, com vistas a garantir o anonimato dos participantes. A pesquisa original foi aprovada pelo Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz.

Resultados

Diferenciais socioeconômicos e demográficos dos cenários estudados

Situada no Nordeste brasileiro, Paulista, a cidade com maiores TMH, compõe a região metropolitana do Recife/PE. Jaraguá do Sul, aquela com as menores taxas, integra a área metropolitana de Joinville, no interior do Estado de Santa Catarina. Ambas têm o histórico de ocupação de seu território relacionado à colonização do país nos séculos XVI e XVII, respectivamente. Desenvolveram-se a partir da presença de proprietários de terras que nelas se instalaram e passaram a produzir produtos agrários e extrativistas para a colônia. Em Paulista, esta produção foi gradualmente substituída pela indústria ligada à tecelagem. Em Jaraguá do Sul, houve uma maior diversificação da produção industrial, fundada em torno do engenho de açúcar, serraria e olaria, e, mais tarde, pelas atividades dos setores de alimentos.

Ambas foram emancipadas durante a década de 1930, e registraram incremento industrial durante os anos de 1970. Há informações de forte fluxo migratório em Paulista nesse período, relacionado à presença de trabalhadores de toda a região Nordeste que buscavam emprego formal em seu distrito industrial. Por sua vez, Jaraguá do Sul registrou forte presença de imigrantes estrangeiros, ainda na década de 1890. Paulista vivenciou uma forte crise econômica de 1980 a 1990, com o fechamento das fábricas e o desemprego de sua população, que perdura até o presente. Em Jaraguá do Sul, a diversificação da economia preservou a cidade dos grandes impactos da crise econômica brasileira que emergiu com o fim do milagre econômico dos anos 1960.

Paulista possui maior população e densidade demográfica (2.974/Km²) que Jaraguá do Sul (269/Km²). Na primeira, no ano de 2011, os 300.466 habitantes concentravam-se na faixa etária de 18 a

quarenta anos. Entre os 143.123 habitantes de Jaraguá do Sul, predominava o grupo de vinte a 49 anos de idade, no mesmo ano. Além de concentrar sua população numa faixa etária mais velha, Jaraguá do Sul também possuía distribuição mais equitativa entre os sexos: os homens representavam 49,9 %, percentual maior que o observado em Paulista (47,2%).

Na Tabela 1, observam-se grandes disparidades nos indicadores sociais das duas cidades, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (IBGE, 2010). De forma geral, Paulista apresenta os piores indicadores socioeconômicos. Em 2010, o índice de Gini, o IDH e o PIB de Jaraguá do Sul se mostraram substancialmente melhores do que em Paulista. Nessa última, se observa a deterioração da renda per capita média em reais, que corresponde à metade dos rendimentos encontrados em Jaraguá do Sul.

No mesmo período, Paulista concentrou as piores condições materiais de vida e maior instabilidade econômica, apresentando elevada proporção de pobres e taxas de desemprego em maiores de 16 anos, quase seis vezes maiores que a de Jaraguá do Sul e duas vezes superior à do Brasil. A taxa de analfabetismo para maiores de 15 anos em Paulista foi muito superior à registrada em Jaraguá do Sul e quase quatro vezes maior que a taxa brasileira. Quanto aos indicadores de trabalho e rendimento, em Paulista predomina o subemprego, representado pela elevada proporção da população que exerce atividades laborais sem carteira assinada.

Tabela 1. Indicadores socioeconômicos e demográficos de Paulista, Jaraguá do Sul e Brasil

Indicadores	Paulista	Jaraguá do Sul	Brasil
Índice de Desenvolvimento Humano (2000)	0,799	0,855	0,747
Índice de Gini (2000)	0,55	0,38	0,602
Produto Interno Bruto – PIB (R\$ mil) (2009)	52.609	4.697.090	3.239.404.053
Proporção de pobres (2010)	54,1	4,3	20,02
Proporção da população de baixa renda	39,62	5,78	34,67
Habitação (2010)			
Água encanada	98,03	99,62	94,23
Energia elétrica	99,92	99,96	98,73
Coleta de lixo	91,04	99,40	87,41
Domicílios com geladeira	96,98	99,12	93,68
Domicílios com computador (2000)	37,22	58,45	38,31
Educação (2010)			
Taxa de analfabetismo para 15 ou mais anos	32,2	1,8	9,6
Proporção de pessoas que frequentavam escola ou creche	30,78	29,66	31,23
Proporção de pessoas que frequentavam a rede de ensino pública	17,14	22,09	24,39
Proporção de pessoas que frequentavam a rede de ensino privada	13,65	7,57	6,84
Proporção de pessoas que nunca frequentaram escola ou creche	7,08	4,71	9,82
Proporção de pessoas no Ensino Fundamental	48,89	42,41	51,62
Proporção de pessoas no Ensino Médio	19,59	18,66	17,79
Proporção de pessoas no Ensino Superior	11,29	14,51	10,40
Proporção de pessoas dos 4 aos 19 anos que frequentavam escola	73,32	66,40	74,69
Trabalho e rendimento			
Taxa de desemprego de pessoas com 16 e mais anos	14,36	2,68	7,42
Proporção de pessoas empregadas com carteira assinada	52,53	72,24	45,29
Proporção de pessoas empregadas sem carteira assinada	19,25	7,10	20,17
Rendimento médio mensal de pessoas com 10 ou mais anos (em reais)	948,87	1.058,70	1.344,70
Renda per capita média em Reais (2010)	507,98	1.091,86	767,02
Saúde			
Taxa de Mortalidade Geral por 100.000 hab. (2009)	492,8	504,3	576,0
Taxa de Mortalidade Infantil por 1.000 nascidos vivos (2007)	12,6	7,7	20,0
Taxa de Mortalidade por Causas Externas por 100.000 hab. (2009)	72,6	63,3	72,4
Taxa de homicídios por 100.000 hab. (2009)	42,6	5,0	26,8
Unidades de Saúde no município (2007)	119	296	170.979
Unidades de Saúde da Família (2007)	40	-	30.163

Fonte: DATASUS/IBGE

Os indicadores de mortalidade não discrepam tanto. No entanto, diferem quanto à taxa de mortalidade infantil, que, em Paulista, é quase duas vezes maior que em Jaraguá do Sul, e em relação às taxas de homicídios, que, no primeiro, mostram-se 8,5 vezes maior que a de Jaraguá do Sul e 1,6 vezes superior à do Brasil, em 2009.

Abordagem das condições individuais e contextuais na busca de uma visão compreensiva dos homicídios

Poucas foram as diferenças relatadas pelos informantes das duas cidades, acerca das **condições individuais** relacionadas aos homicídios. A baixa escolaridade dos autores e das vítimas dessa violência configurou-se como a principal distinção, com os moradores de Paulista associando-a ao uso de drogas e à criminalidade:

“Se você fizer um levantamento do nível de escolaridade dessas pessoas que cometem homicídio, são pessoas que geralmente se envolvem com baixíssima escolaridade, começam na vida do crime, a partir das drogas e daí, depois começam a se, nesse envolvimento, a cometer os crimes”. (Gestor - Paulista)

Além disso, a baixa escolaridade também foi apontada em Paulista como condição que dificulta o acesso da população ao mercado de trabalho formal.

O envolvimento com drogas foi também referido por grande parte dos entrevistados nas duas cidades, mais enfaticamente em Paulista, como uma situação de risco para homicídios em função da dificuldade financeira de sustentar o vício:

“Eu fumo, aí eu vou pegar pra vender, aí eu vou fumar e ficar devendo, dinheiro eu não vou ter, ele vai querer me matar, entendeu, é por isso que eu não pego pra vender, sabendo que eu fumo”. (Jovem - Paulista)

“[...] aqui em Jaraguá a gente ouve pouco falar em homicídio, mas sempre quando ouve é passional. [...] ou é dívida de dinheiro, talvez tenha alguma coisa de droga. Isso a gente não sabe, mas a gente escuta falar que devia 20 reais, 50 reais e foi cobrar, brigaram e um esfaqueou o outro”. (Profissional - Jaraguá do Sul)

Observa-se, pelos relatos, que, em Jaraguá do Sul, a ocorrência dos homicídios é também atribuída a causas passionais ou dívida de dinheiro que podem envolver a questão das drogas. Já em Paulista, as drogas, especialmente o crack, são mencionadas como justificativa central para os assassinatos. Para os entrevistados, o uso abusivo de drogas e de álcool estaria associado à perda de consciência e aumento dos impulsos agressivos, sendo este o motivo do risco: “Porque quando os homicídios acontecem é porque realmente eles estão envolvidos, tomados pela droga” (Gestor - Paulista).

Ao se considerar a contribuição das **condições relacionais** na ocorrência dos homicídios, os depoentes, com distintas percepções, destacaram as relações familiares. Em Jaraguá do Sul, os vínculos familiares foram muito valorizados e qualificados como sólidos. A família foi citada como o principal meio de socialização e lazer, sendo, nesse caso, considerada como protetora:

“Então a gente aprende que família é importante. Então a gente cresceu, nós crescemos dentro de uma família estruturada e a gente passa isso para os filhos. Eles sabem a importância de ter uma estrutura boa na família. Quando eles tiverem seus filhos eles vão querer para eles aquilo que eles tiveram”. (Gestor - Jaraguá do Sul)

Em Paulista, a “família desestruturada”, a falta de planejamento familiar e o machismo configuraram-se como risco para os homicídios. Os profissionais relataram, frequentemente, a fragilidade dos vínculos familiares e as situações de abandono e negligência por parte dos pais. A violência intrafamiliar foi

ênfatisada pelos profissionais e gestores, o que pode redundar na reprodução do seu ciclo (Cavalcante, Schenker, 2009).

“A violência dentro de casa, né, são jovens, na maioria das vezes que, são os jovens que não tem respeito, dentro de casa não tem a questão da atenção, não receberam amor, também, aquela questão, da educação, falo educação de casa mesmo, né, são pais que simplesmente não planejaram a vinda do filho, então são pessoas que têm um laço afetivo fragilizado, né, são adolescentes que são criados em meio a conflitos, a confusões, a palavrões, não existe aquele respeito com a pessoa”. (Profissional - Paulista)

Nas duas cidades, a violência entre parceiros íntimos e o ciúme foram retratados por gestores e profissionais como associados aos homicídios:

“A gente observa o caso, como foi passado, de padrastos, a gente passou uma época em Paulista, que enfim, que matavam mulheres assim, de diversas idades, aí vinha pela linha do abuso sexual, né, da violência sexual, do estupro seguido de morte”. (Gestor - Paulista)

“[...] aconteceu de uma mulher que o marido assassinou. Teve um que chamou muita atenção que foi de um padrasto que esfaqueou a enteada. A princípio, ele diz que ela não obedecia ele. Ele mandava ela lavar louça e ela não foi. Corre pela cidade que ele tentou abusar dela e ela reagiu e aí ele acabou fazendo isso”. (Profissional - Jaraguá do Sul)

O uso de drogas por membros da família foi mencionado pelos sujeitos em Paulista como uma das principais condições relacionais que contribuem para condutas como abuso de substâncias ilícitas, envolvimento com crimes e para a ocorrência de homicídios:

“A família errada, a família errada, não vai fazer nada [...] aquele negócio, né, mãe cachaceira, pai cachaceiro, filho drogado, não vai ter [...] ter uma mãe em casa para chegar perto do filho desse jeito não vai dar, [...] é filho solto na rua e geralmente o pai e a mãe ficam pouco em casa, e aí, o filho pode ter 10 anos, mas chega aí, vamos matar”. (Jovem - Paulista)

Entre as **condições comunitárias e sociais**, foram relatados, pelos entrevistados, como associados aos homicídios: trabalho/desemprego; educação pública; segurança pública; tráfico de drogas e religiosidade. A forma de organização e estruturação do trabalho é bem distinta entre as cidades. Em Paulista, o vínculo formal de trabalho é escasso e as atividades são mal remuneradas, como apontam os indicadores sociais apresentados. As estratégias de inserção no mercado de trabalho são permeadas pelas atividades ilícitas, nas quais o tráfico de drogas e a exploração sexual foram muito relatados pelos jovens. Esta realidade influencia na baixa qualidade de vida dos moradores: “Os pobres, o pobre, a pobreza, a classe mais baixa, quanto menos pobre, melhor, que se ele está, com a família que vai estar e roubar, pela necessidade de, às vezes, de não ter dinheiro” (Jovens - Paulista). Em Paulista, a proporção de pobres chega a 54,1% e a taxa de desemprego de maiores de 16 anos foi de 14,36% em 2010.

Em Jaraguá do Sul, a vivência do pleno emprego se reflete em uma sociedade que valoriza a aquisição do poder econômico pela via do trabalho formal no setor industrial. No município, em 2010, a proporção de pobres foi de 4,3%, e um total de 72,24% dos trabalhadores possuía carteira assinada, dados que corroboram os relatos dos sujeitos. Os jovens moradores afirmam que a rotina é mais restrita, com horários definidos e espaços de lazer restritos em função das atividades laborais:

“Talvez a estrutura empresarial por ter um número mais elevado de emprego, que faz com que diminua o número de homicídios. Aqui o pessoal trabalha muito e não tem tempo para pensar nisso. Tem muita oportunidade de emprego e não trabalha quem não quer, tem muito emprego”. (Jovens - Jaraguá do Sul)

No contexto de trabalho, majoritariamente industrial e formal, em Jaraguá se produziu um pacto coletivo que atribui às instituições, públicas e privadas, a excelência da qualidade dos serviços prestados e a confiança de que são capazes de exercer adequadamente as suas funções. Isto se reflete na qualidade dos serviços públicos em que urbanização, saneamento, saúde, educação e segurança pública são bem avaliados. Há um processo de responsabilização dos moradores que visa à promoção da qualidade de vida e demonstra uma elevada consciência e controle social: “[...] o investimento social, saúde e, principalmente, educação é que no decorrer dos anos dão esse quadro favorável para Jaraguá do Sul que eu acredito que serão ainda melhores no futuro” (Gestor - Jaraguá do Sul).

Já em Paulista, o caráter majoritariamente informal (19,25% da população trabalhava sem carteira assinada em 2010), e, às vezes, ilegal das atividades laborais parece fragilizar os vínculos sociais e a confiança nas instituições. Além do que, a informalidade do trabalho produz bens e serviços sem fiscalização e sem controle da qualidade do que é ofertado.

A educação pública foi qualificada pelos entrevistados, em Paulista, como um serviço de má qualidade. Tal compreensão, também evidenciada nos indicadores sociais, converge para os relatos dos grupos de jovens que atribuem à evasão escolar a precariedade deste setor. Para eles, permanecer na escola é uma iniciativa individual, já que, muitas vezes, não há professores, os cronogramas de aula não são cumpridos e a estrutura física das escolas não é priorizada pelos gestores:

“pode ser no colégio, pode ser fora, a gente não sabe o que está acontecendo nas salas, não tem todas as aulas. Chega numa, não tem todas as aulas; chega, o professor não veio e como não tem todas as aulas, não dá nem para saber do colégio”. (Jovens - Paulista)

A segurança pública foi apontada como um fator importante para a ocorrência de homicídios em Paulista. Os presídios dos municípios vizinhos, ao oferecerem indulto em datas comemorativas e regimes semiabertos, parecem contribuir para a ocorrência de crimes e mortes. Segundo parte dos entrevistados, nos finais de semana e em datas comemorativas, aumentam o número de crimes e a sensação de insegurança dos moradores. Foi muito relatada, pelos sujeitos mais expostos à violência, como os jovens abrigados, seus familiares e pelos estudantes, a presença de grupos armados envolvendo policiais que ofertam segurança particular e formam “grupos de extermínio” responsáveis por mortes na comunidade:

“Uns morrem de bala perdida, os homens também contribuem pros que tão aí morrer, os próprios policial. O próprio policial que tem grupo de extermínio por aí. Se disfarçam de segurança de loja, aí fica só visando os que estão furtando, até pra roubar o litro de um leite, pra roubar, pra dar o que comer a família, quer saber não, mete o dedo mesmo, “tora”, e mata mesmo, o próprio policial, se junta com os outros aí, os colegas, e tira onda”. (Jovens - Paulista)

Na dimensão comunitária e social, o tráfico de drogas e o envolvimento com seus usuários aparecem na visão dos entrevistados com um papel fundamental na ocorrência dos homicídios em ambas as cidades. Em Paulista, o tráfico surge como uma forma de ocupação rentável que acena com a possibilidade, sobretudo para o jovem, de consumir bens e produtos valorizados no mundo contemporâneo:

“O traficante oferece outras coisas que a mãe não pode dar, que a mãe não pode oferecer, como celular, como roupa, como uma corda, eles chamam de corda aquele negócio que fica no pescoço. Aí ele vê aquele cidadão todo bonzinho, dando tudo isso a ele, então ele vai fazer o que aquele cidadão deseja que faça, porque aquele cidadão que faz tudo por ele, enquanto em casa não tem quem faça”. (Profissional - Paulista)

A religiosidade foi apontada como recurso para a proteção contra os homicídios nas duas cidades, porém com menor expressão em Paulista. Um dos entrevistados informou que a falta de trabalhos da

igreja com jovens tem contribuído para a cooptação destes pelo crime organizado. Já no relato dos jovens religiosos, o caráter preventivo da religiosidade é efetivo, pois oferta possibilidades positivas de lazer e de relações sociais: “Uma pessoa jovem chega na igreja diferente a gente vai lá, faz um contato, sai com a gente para ver como é que faz, a pessoa se sente a vontade, então a gente faz vários passeios, ao ar livre” (Jovens - Paulista).

Os jovens religiosos de Paulista realçaram que as atividades de lazer comuns na cidade, como festas culturais, casas noturnas e praias, são também os cenários preferenciais para a ocorrência de homicídios. Um grupo de profissionais reforça o relato destes jovens ao afirmar que tais eventos acontecem frequentemente e, como há diferentes grupos armados na cidade, tornam-se espaços de encontro e conflito entre eles:

“A maioria desses homicídios é cometido em outras situações, né, em situações que quando eles saem para discotecas e também de drogas, tem problemas que envolvem questões particulares deles, de traições, então esses homicídios são cometidos, questão de galeras, dos encontros, um bate no amigo do outro, um bate, o outro foi vítima de uma agressão”.
(Profissional - Paulista)

Em Jaraguá do Sul, a religiosidade, como um traço fundante de uma “índole pacífica” e temente a Deus, foi defendida pelos entrevistados como responsável pela cultura de paz, atribuída ao “povo alemão”: “Acho que o povo Jaraguense é muito religioso. Toda religião tem um grupo específico e eu acho que isso faz com que cada pessoa tenha essa base. Tanto que o município dá total apoio à igreja” (Jovens - Jaraguá do Sul). A forte atuação das igrejas locais nas ações de apoio social e tratamento de usuários de drogas, voltada para a reclusão, foi relatada como iniciativa relevante no município.

Discussão

A fim de obter uma visão compreensiva dos homicídios nos municípios estudados, ao mesmo tempo complexa e triangulada, analisam-se as percepções dos informantes tomando-se as dimensões individual, relacional, comunitária e social definidas pelo modelo ecológico, contextualizando-as, sempre que possível, com os indicadores socioeconômicos e demográficos dessas respectivas dimensões de determinação.

Na dimensão individual, a baixa escolaridade foi associada às altas TMH pelos entrevistados em Paulista. Embora alguns estudos mostrem que essa condição é comum entre vítimas e autores de homicídios (Sá, Werlang, 2007), não se pode afirmar que há, entres elas, uma relação direta. Os indicadores educacionais, para 2010, mostram que, em Paulista, a taxa de analfabetismo de jovens com 15 anos ou mais foi 17,9 vezes maior que a de Jaraguá, e que a proporção de pessoas que nunca frequentaram a escola foi de 7,08% em Paulista e 4,71% em Jaraguá. Tais disparidades nestes indicadores apontam uma situação de exclusão marcante em Paulista, caracterizada, também, pela privação de acesso à educação de grande parcela da população, que acarreta dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal.

Verifica-se que, em Paulista, a taxa de desemprego de pessoas com 16 anos ou mais de vida e a taxa de trabalho informal (sem carteira assinada) eram, respectivamente, 5,3 e 2,7 vezes maiores que as de Jaraguá do Sul, em 2010, o que repercute sobre as condições de vida, colabora para a manutenção das desigualdades e pode resultar em violências, particularmente em homicídios. Ressalta-se que diferentes formas de exclusão conduzem a uma violência difusa que se associa a um estado de desagregação e decomposição social (Minayo-Gomez, Thedim-Costa, 1999).

Considerando-se o tema das drogas, os profissionais e jovens que participaram desta pesquisa apontaram que a sua relação com os homicídios ocorre de três formas: pelo envolvimento com usuários de drogas, adicção de membros da família e tráfico ilegal dessas substâncias. Observa-se que, no imaginário social, a violência é comumente associada aos usuários de drogas, especialmente aos de crack. No entanto, estudiosos das adicções questionam tal relação, afirmando que não há vinculação

causal entre a produção de violência física e o consumo de substâncias, sejam elas lícitas ou ilícitas. Ressalta-se que os usuários têm em comum vulnerabilidades que os levam à situação de rua e desestruturação dos laços sociais e familiares, acrescidas, ainda, da flagrante ausência de políticas públicas, capazes de intervir nessa realidade com medidas eficazes que não levem a novas exclusões (Alarcon, Jorge, 2012; Pitta, 2011). Quanto ao consumo de drogas por familiares, destacado nesta pesquisa, estudiosos afirmam que é, sobretudo, a atitude permissiva dos pais em relação às drogas que influencia no risco de os filhos se tornarem usuários, pois o comportamento parental lhes serve de modelo (Schenker, Minayo, 2005). Esse imbricamento foi apontado pelos jovens de Paulista como facilitador do envolvimento com crimes e morte.

A principal diferença entre as cidades, no que se refere às drogas, é a presença de grupos organizados do tráfico na região. Paulista apresenta uma condição mais vulnerável, pois possui grupos rivais que dominam o comércio ilegal de drogas. Neste contexto insere-se, ainda, o porte ilegal e o tráfico de armas, ferramentas imprescindíveis na defesa do território e no enfrentamento entre as quadrilhas rivais e dessas com a polícia, a fim de garantir a venda e o consumo das substâncias psicoativas. Essa disputa pelo território e a ilegalidade do produto, aliadas a uma política de segurança repressiva, torna-se um cenário fértil para a ocorrência dos homicídios. Assim, o narcotráfico, atividade altamente rentável, promove o consumo, induz à dependência e incrementa a criminalidade, embora não se possa afirmar que a totalidade dos homicídios decorre dessas atividades ilícitas (Andrade et al., 2011).

Neste cenário é preciso ter-se a clareza de que a violência é inerente às redes de comercialização de drogas ilícitas. Considera-se, então, que as conexões entre drogas e violência, com desdobramento nos homicídios, são complexas, apresentam diversas facetas e suscitam reflexões articuladas com o contexto social, cultural, político e com as características individuais. Cabe, portanto, ampliar a discussão sobre essa temática, uma vez que é inegável que a mudança no padrão de consumo de drogas influencia na forma de organização social, mas não pode ser interpretada como o único e principal problema a ser enfrentado.

No que se refere à dimensão relacional, a valorização dos vínculos familiares em Jaraguá do Sul e a “família desestruturada” em Paulista foram características destacadas pelos depoentes. Neste contexto, estudiosos afirmam ser a família o núcleo de socialização primária no qual se constrói a autoimagem do sujeito por meio de processos identificatórios, sendo responsável pela inserção dos seus membros na cultura (Shenker, 2008; Shenker, Minayo, 2005). Assim, pode-se inferir que as relações familiares são capazes de modular o comportamento de seus membros. Quando os vínculos familiares são positivos e fortes, as chances de manifestação de comportamentos antissociais são menores e essa família se configura como protetora contra os homicídios. Em contraposição, cuidados maternos ou paternos inadequados, vivência em meio à discórdia conjugal e a presença de pais agressivos ou violentos podem resultar no comportamento agressivo de seus membros (Minayo-Gomez, Thedim-Costa, 1999). O contato com a violência intrafamiliar na infância e adolescência pode desencadear, na vida adulta, atitudes e comportamentos violentos que reproduzem experiências vivenciadas anteriormente.

Há que se considerar, também, a vulnerabilidade social das famílias em Paulista, que vivem em situações precárias e são comumente responsabilizadas pela miséria, abandono e negligência de suas crianças e adolescentes, e, muitas vezes, pelo envolvimento destes com as drogas e com o crime. Nessa cidade, a renda per capita média é de R\$ 507,98 (US\$ 250,00), 11,6% menor que a de Jaraguá do Sul, e 39,6% da sua população têm baixa renda. Estes indicadores corroboram as precárias condições de vida dos seus moradores, e, neste contexto de vulnerabilidade, estudiosos pontuam que estas famílias enfrentam maiores dificuldades para prover seus filhos das condições materiais de vida que possam protegê-los da violência (Sant’anna, Aers, Lopes, 2005).

Nesta pesquisa, a violência contra a mulher e o abuso sexual evidenciam a necessidade de se trabalharem mudanças do padrão cultural machista, ainda arraigado em ambas as regiões. Em Paulista (8,8/100.000 hab.), a TMH de mulheres foi oito vezes superior à de Jaraguá do Sul (1,4/100.000 hab.) e o dobro da taxa nacional (4,4/100.000 hab.) no ano de 2010, o que suscita uma reflexão acerca dos padrões culturais de gênero. Percebe-se que a ocorrência dos homicídios é também permeada pelas relações de gênero e pelos modelos de masculinidade que associam contradições internas e rupturas históricas, originando diversas masculinidades. Algumas delas podem ocupar um lugar de hegemonia,

tornando-se o modelo a ser seguido nas relações de gênero, exprimindo uma ideologia em que a masculinidade se baseia na heterossexualidade, na racionalidade e no privilégio de infligir a violência (Souza et al., 2012; Nascimento, Gomes, Rebello, 2009).

Ao se observarem, nas dimensões comunitárias e sociais, as diferenças entre a estrutura e organização do trabalho, percebe-se que há uma forte influência deste na forma de constituição das cidades. A capacidade de o trabalho produzir modos de organização e disciplinarização social e do corpo humano é abordada por diversos autores, que o consideram uma atividade constitutiva do humano (Barros, Minayo-Gomez, 2002; Dejours, 1992). Ao exercer sua atividade laboral, o homem transforma o mundo, a si próprio e as suas relações com os outros. As dificuldades de inserção profissional e o mal-estar vivenciado nas transformações ocorridas no mundo do trabalho influenciam na definição de si mesmo, fazendo com que ocorra uma crise de identidade. A dimensão profissional interfere na construção e reconstrução de identidades e de trajetórias de vidas, e ganha visibilidade e impacto em um cenário em que o emprego torna-se raro e o mundo do trabalho sofre profundas modificações (Maia, Mancebo, 2010). Os indicadores referentes ao trabalho retratam esta realidade: em Paulista, a proporção da população que exerce atividades laborais sem vínculo formal (19,25%) é quase três vezes superior à de Jaraguá do Sul (7,10%). Assim, os modos de organização do trabalho e sua repercussão nas trajetórias dos indivíduos e de suas identidades se mostram nas duas cidades de forma bastante ilustrativa.

No que se refere à rede pública de ensino, em 2010, verificava-se que 17,14% dos estudantes em Paulista a frequentavam. Em Jaraguá do Sul esta proporção era de 22,09%, o que reforça a maior credibilidade dos seus moradores na educação pública. A precária oferta de educação formal em Paulista, tal como mencionado pelos jovens, compromete a função da escola enquanto agente transformador, protetor e de aprendizagem. Os problemas apontados, sobretudo no ensino público, destituem a escola de atrativos que acabam por desmotivar os jovens a frequentá-la. Na sociedade atual, a escola se constitui como um valor pela função que desempenha, tendo em vista a necessidade da educação formal na socialização dos indivíduos e sua integração nas formas de subsistência. No entanto, esse importante espaço reflete o sistema excludente e a reprodução das desigualdades sociais no momento em que não se conforma em campo de oportunidades e garantias universais (Cocco, Lopes, 2010).

Quanto às questões de segurança pública, a falta de confiança na polícia, a corrupção de membros dessa corporação e a presença de grupos armados ligados ao tráfico de drogas e às milícias comprometem a circulação urbana dos moradores de Paulista, que compreendem não ter a quem recorrer em casos extremos, e buscam soluções individuais, muitas vezes, pela via da violência. Em Jaraguá, parte dos entrevistados afirmou que a população estabelece controle social e vigilância permanentes quanto às questões de segurança pública. A polícia é constantemente informada pelos moradores de ações suspeitas nos espaços privados e públicos, o que reprime as ações delituosas e reduz as possibilidades de impunidade. Ressalta-se que a polícia é a linha de frente do controle da desordem social, em função da sua rede territorial, sua capacidade de lidar com as emergências e seus poderes legais (Silva Filho, Gall, 2002). No entanto, o desvio para as atividades ilícitas cometidas por policiais desperta a desconfiança e o sentimento de insegurança do cidadão diante de sua polícia.

Neste contexto, a religiosidade foi apontada como possibilidade de proteção para os homicídios. Estudiosos afirmam que esta poderia auxiliar na construção da personalidade do indivíduo por meio dos fundamentos pregados, inculcando-lhe valores morais que têm por fim o respeito e a preservação da vida, podendo proteger o indivíduo de transtornos de condutas violentas (Cruzeiro et al., 2008; Sanchez, Oliveira, Nappo, 2004). A religiosidade pode ser ainda considerada como componente da rede de apoio, fortalecendo o capital social das comunidades, colaborando na prevenção da violência.

Conclusão

Diante desta análise, pode-se afirmar que o Modelo Ecológico constitui uma ferramenta importante para a compreensão dos homicídios ao adotar uma visão sistêmica que considera as condições individuais, relacionais, comunitárias e sociais do contexto em que estes ocorrem, o que representa um

avanço para o conhecimento. Como limite, pode-se apontar a impossibilidade de generalização dos achados desta pesquisa, uma vez que cada município apresenta condições peculiares que merecem aprofundamento.

No caso de Paulista, relacionando-se os indicadores sociais aos relatos dos sujeitos, percebe-se uma sobreposição de vulnerabilidades econômicas e sociais, como: baixa escolaridade, uso de drogas e envolvimento com o tráfico, fragilidade dos vínculos familiares e violência intrafamiliar, desemprego e precariedade da educação e segurança públicas. Tais condições aprofundam as situações de exclusão social dos sujeitos, conformando um terreno fértil para a violência letal. Já em Jaraguá do Sul, os indicadores socioeconômicos mostram melhores condições de vida, e os relatos evidenciam um contexto social em que há: fortes vínculos familiares, acesso à educação, emprego, confiança nas instituições e maior consciência da importância delas e de um controle social que acabam por inibir as situações de violência. Neste último município, as falas dos sujeitos apontam a violência letal como resultado de ações passionais ou endividamentos.

Destaca-se que, em ambos os municípios, o consumo de drogas e o narcotráfico permearam todas as dimensões do modelo ecológico, sendo apontados como as principais causas dos homicídios. Essas percepções, forjadas no imaginário social com a forte contribuição da mídia e das abordagens repressivas por parte da segurança pública, parecem ocultar questões mais complexas relacionadas à cultura machista e a questões étnicas discriminatórias presentes em Jaraguá do Sul. Por outro lado, também encobrem as precárias condições socioeconômicas que levam grande parcela da população de Paulista à exclusão. Assim, a abordagem ao fenômeno das drogas nos municípios reproduz um modelo cultural de exclusão focado nos usuários, e, como um tema de grande apelo social, parece camuflar processos sociais mais complexos, relacionados, sobretudo, à exclusão de parcelas específicas da população.

Conclui-se que a determinação dos homicídios parece ser permeada por um contexto que envolve a combinação de: vulnerabilidades, fragilidades, precariedades e rupturas de vínculos na dimensão individual e na vida social. No entanto, essas condições adversas são passíveis de ações de prevenção e enfrentamento que devem incluir a família, a escola e a comunidade, além de empenharem esforços no sentido de reduzir a exclusão e as desigualdades sociais. Tais ações devem ser implementadas em uma perspectiva inclusiva, interdisciplinar e intersetorial, com vistas à construção da cidadania.

Colaboradores

Juliana Guimarães e Silva, Fabiana Castelo Valadares e Edinilsa Ramos de Souza participaram, igualmente, de todas as etapas de elaboração do artigo.

Agradecimentos

Ao CNPq, pelo apoio dado ao estudo, por meio do INCT Violência, Democracia e Segurança Cidadã.

Referências

- ALARCON, S.; JORGE, M.A.S. **Álcool e outras drogas: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2012.
- ANDRADE, S.M. et al. Homicídios de homens de quinze a 29 anos e fatores relacionados no estado do Paraná, de 2002 a 2004. **Cienc. Saude Colet.**, v.16, supl.1, p.1281-8, 2011.

BARROS, M.E.B.; MINAYO-GOMEZ, C. Saúde, trabalho e processos de subjetivação nas escolas. **Psicol. Reflex. Crit.**, v.15, n.3, p.24-52, 2002.

BRICEÑO-LEON, R. Urban violence and public health in Latin America: a sociological explanatory framework. **Cad. Saude Publica**, v.21, n.6, p.1629-64, 2005.

_____. La nueva violencia urbana de América Latina. **Sociologias**, v.4, n.8, 34-51, 2002.

CAVALCANTE, F.G.; SCHENKER, M. Violência, família e sociedade. In: NJAINE, K.; ASSIS, S.G.; CONSTANTINO, P. (Orgs.). **Impactos da violência na saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009. p.57-79.

COCCO, M.; LOPES, M.J.M. Violência entre jovens: dinâmicas sociais e situações de vulnerabilidade. **Rev. Gaucha Enferm.**, v.31, n.1, p.151-9, 2010.

CRUZEIRO, A.L.S. et al. Prevalência e fatores associados ao transtorno da conduta entre adolescentes: um estudo de base populacional. **Cad. Saude Publica**, v.24, n.9, p.2013-20, 2008.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, Oboré, 1992.

DUARTE, E.C. et al. Associação ecológica entre características dos municípios e o risco de homicídios em homens adultos de 20-39 anos de idade no Brasil, 1999-2010. **Cienc. Saude Colet.**, v.17, n.9, p.2259-68, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010universo.asp?o=7&i=P>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

LUHMANN, N. System as difference. **Organization**, v.3, n.1, p.37-57, 2006.

MAIA, A.A.R.M.; MANCEBO, D. Juventude, trabalho e projetos de vida: ninguém pode ficar parado. **Psicol. Cienc. Prof.**, v.30, n.2, p.376-89, 2010.

MENEGUEL, S.N.; HIRAKATA, V.N. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Rev. Saude Publica**, v.45, n.3, p.564-74, 2012.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

MINAYO-GOMEZ, C.; THEDIM-COSTA, S.M.F. Precarização e desproteção social: desafios para a saúde coletiva. **Cienc. Saude Colet.**, v.4, n.2, p.411- 21, 1999.

NASCIMENTO, E.F.; GOMES, R.; REBELLO, L.E.F.S. Violência é coisa de homem? A "naturalização" da violência nas falas dos homens jovens. **Cienc. Saude Colet.**, v.14, n.4, p.1151-7, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

PERES, M.F.T. et al. Queda dos homicídios no Município de São Paulo: uma análise exploratória de possíveis condicionantes. **Rev. Bras. Epidemiol.**, v.14, n.4, p.709-21, 2011.

_____. Evolução dos homicídios e indicadores de segurança pública no Município de São Paulo entre 1996 a 2008: um estudo ecológico de séries temporais. **Cienc. Saude Colet.**, v.17, n.12, p.3249-57, 2012.

PITTA, A.M.F. Um balanço da reforma psiquiátrica brasileira: instituições, atores e políticas. **Cienc. Saude Colet.**, v.16, n.12, p.4579-89, 2011.

REICHENHEIM, M.E. et al. Violência e lesões no Brasil: efeitos, avanços alcançados e desafios futuros. **Lancet**, v.6736, n.11, p.75-89, 2011.

- SÁ, S.D.; WERLANG, B.S.G. Homicídio seguido de suicídio na cidade de Porto Alegre. **Est. Psicol.**, v.24, n.2, p.181-9, 2007.
- SANCHEZ, Z.V.M.; OLIVEIRA, L.G.; NAPPO, A.S. Fatores protetores de adolescentes contra o uso de drogas com ênfase na religiosidade. **Cienc. Saude Colet.**, v.9, n.1, p.43-55, 2004.
- SANT'ANNA, A.R.; AERTS, D.; LOPES, M.J. Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares. **Cad. Saude Publica**, v.21, n.1, p.120-9, 2005.
- SCHENKER, M. **Valores familiares e uso abusivo de drogas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- SCHENKER, M.; MINAYO, M.C.S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Cienc. Saude Colet.**, v.10, n.3, p.707-17, 2005.
- SILVA FILHO, J.V.; GALL, N. A polícia – incentivos perversos e segurança pública. In: OLIVEIRA, N.V. (Org.). **Insegurança pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. p.200-20.
- SOUZA, E.R.; LIMA, M.L.C.; BEZERRA, E.A.D. Homicides in Brazil: evolution and impacts. In: LOVISI, G.M.; MARI, J.J.; VALENCIA, E.S. (Orgs.). **The psychological impact of living under violence and poverty in Brazil**. New York: Nova Science Publisher Inc., 2010. p.1-14.
- SOUZA, E.R. et al. Morbimortalidade de homens jovens brasileiros por agressão: expressão dos diferenciais de gênero. **Cienc. Saude Colet.**, v.17, n.12, p.3243-8, 2012.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global study on homicide: trends, contexts, data**. Vienna: UNODC, 2011.
- WAISELFISZ, J.J. **Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

GUIMARÃES E SILVA, J.G.; VALADARES, F.C.; SOUZA, E.R. El desafío de comprender la consecuencia fatal de la violencia en dos municipios brasileños. **Interface (Botucatu)**, v.17, n.46, p.535-47, jul./set. 2013.

Buscamos comprender los homicidios por medio del abordaje sistémico complejo, abordando el Modelo Ecológico (ME), que envuelve condiciones individuales y relacionales de los sujetos y del contexto. Se realizaron dos estudios de caso triangulando datos cuantitativos y cualitativos. Los municipios seleccionados Paulista, Pernambuco, y Jaraguá do Sul, en el Estado de Santa Catarina, mostraron un comportamiento opuesto a las tasas de homicidio entre 1980 y 2007. El análisis cualitativo mostró en cada dimensión del modelo ecológico: individual: bajo nivel educativo y consumo de drogas; relacional: violencia intrafamiliar y consumo de drogas por miembros de la familia; comunitario y social: trabajo y desempleo; educación pública; seguridad pública; tráfico de drogas y religiosidad. Se concluye que los homicidios envuelven una combinación de vulnerabilidad, precariedad y ruptura de vínculos en la dimensión individual y social, que pueden enfrentarse en una perspectiva incluyente, interdisciplinaria e intersectorial.

Palabras clave: Homicidio. Estudio de Caso. Violencia. Vulnerabilidad social.

Recebido em 11/04/13. Aprovado em 19/06/13.

**5.2. Mortes de jovens por homicídio no Nordeste brasileiro: magnitude,
semelhanças e diferenças**

**Muertes de jóvenes por homicidio en el noreste brasileño: magnitud, semejanzas y
diferencias**

**Murder by death of youth in northeast brazil: magnitude, similarities and
differences**

Artigo submetido à Revista de Salud Colectiva em janeiro de 2014

Juliana Guimarães e Silva¹

Edinilsa Ramos de Souza²

Carlos Augusto Moreira de Sousa³

1. Enfermeira. Mestre em Saúde Coletiva. Pesquisadora Colaboradora do Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: ju.guimaraess@gmail.com
2. Psicóloga. Doutora em Saúde Pública. Pesquisadora do Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: edinilsaramos@gmail.com
3. Estatístico. Mestre em Epidemiologia em Saúde Pública. Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. E-mail: cam.sousa@bol.com.br

Resumo

Objetivo: Analisar a mortalidade de jovens por homicídio em municípios do Nordeste brasileiro. **Métodos:** Efetuou-se estudo epidemiológico descritivo dos óbitos por homicídio de jovens de 15 a 29 anos, de 1990 a 2010. Lauro de Freitas/BA e Petrolina/PE foram selecionados por apresentarem comportamentos distintos em relação às Taxas de Mortalidade por Homicídio (TMH). Considerou-se indicadores socioeconômicos e demográficos. Foram usados dados do Sistema sobre Informação de Mortalidade e do Censo Demográfico de 2010. Analisou-se as TMH de jovens segundo sexo, faixa etária e meio utilizado na agressão. **Resultados:** As localidades estudadas são amplamente urbanizadas com alta proporção de jovens, altas taxas de desemprego, predomínio TMH em homens de 20 a 24 anos e as armas de fogo como meio mais utilizado para perpetrar a agressão. **Conclusões:** Questões demográficas, macro políticas e econômicas e a implementação e supressão de políticas parecem interferir na ocorrência destes eventos.

Palavras-chave: Homicídios. Adulto Joven. Fatores socioeconômicos. Mortalidade.

Resumen

Analizar la mortalidad de jóvenes por homicidio en municipios del Noreste brasileño. Se realizó estudio epidemiológico descriptivo de los óbitos por homicidio de jóvenes de 15 a 29 años, de 1990 a 2010. Los municipios de Lauro de Freitas y Petrolina fueron seleccionados por presentar comportamientos distintos en relación a las Tasas de Mortalidad por Homicidio (TMH). Se consideraron indicadores socioeconómicos y demográficos. Fueron usados datos del Sistema de Información de Mortalidad y del Censo de 2010. Se analizaron las TMH de jóvenes según sexo, edad y medio utilizado en la agresión. Las localidades estudiadas son ampliamente urbanizadas con alta proporción de jóvenes, altas tasas de desempleo, predominio TMH en hombres de 20 a

24 años y las armas de fuego como medio más utilizado para perpetrar la agresión. Cuestiones demográficas, macro políticas y económicas y la implementación y supresión de políticas sociales parecen interferir en la ocurrencia de estos eventos.

Palabras-clave: Homicidio. Adulto Joven. Factores socioeconómicos. Mortalidad.

Abstract

To analyze the mortality of young homicide municipalities in northeastern Brazil. We conducted a descriptive epidemiological study of deaths by homicide of youths aged 15 to 29 years , from 1990 to 2010 . Lauro de Freitas and Petrolina were selected because of their different behavior towards Death Rates for Homicide (TMH). Considered socioeconomic and demographic indicators. Data from the Mortality Information System and Census 2010 were used. We analyzed the TMH youth by sex, age and means used in the assault. The study sites are largely urbanized with a high proportion of young, high unemployment rates, TMH predominance in men 20-24 years and the firearms most often used as a means to perpetrate aggression. Demographic issues, and macro economic policies and implementation of policies and suppression seem to affect the occurrence of these events.

Keywords: Homicide. Young Adult . Socioeconomic factors . Mortality.

Introdução

A violência assumiu um papel central no cotidiano dos indivíduos, sendo o homicídio sua manifestação mais hedionda e cruel. Apesar da redução das taxas de mortalidade por essa causa no Brasil (25,2/100.000 hab.), essas ainda se mostram superiores às da China (1,2/100.000 hab.), Argentina (5,2/100.000 hab.) e México (7,6/100.000 hab.) em 2007^(1,2).

Os jovens são o grupo mais fortemente afetado. Em 2010, a Taxa de Mortalidade por Homicídios (TMH) na faixa dos 15 a 29 anos foi praticamente o dobro (54,4/100.000) da TMH da população do Brasil (27,4/100.000 habitantes). Entre as regiões brasileiras o Nordeste se destaca pelas elevadas TMH de jovens (72,9/100.000), seguido pelo Norte (69,8), Centro-Oeste (58,6), Sul (47,1) e Sudeste (39,5) em 2010.

A literatura aponta que o abandono escolar, a inserção no tráfico de drogas ou em outras redes ilícitas ampliam a vulnerabilidade dos jovens ao homicídio. Além dessas, algumas condições também devem ser consideradas tais como as desigualdades sociais, urbanização desordenada, impunidade, escassa provisão de serviços públicos^(3,4 5), dentre outras.

Pela magnitude com que os homicídios incidem sobre a juventude, buscou-se analisar os padrões de semelhanças e diferenças na distribuição da mortalidade de jovens por essa causa em dois municípios do Nordeste do Brasil, tomados como exemplo por apresentar comportamentos opostos das taxas de homicídios.

Metodologia

Realizou-se uma análise epidemiológica descritiva dos óbitos por homicídio de jovens de 15 a 29 anos, no período de 1990 a 2010. As áreas analisadas foram Lauro de Freitas e Petrolina e seus respectivos Estados: Bahia e Pernambuco, todos situados na região Nordeste, selecionada por apresentar a maior TMH de jovens do Brasil.

Lauro de Freitas situa-se na região metropolitana a 22 km de Salvador. Sua densidade demográfica, em 2010, foi de 2.833 habitantes/km². Inicialmente habitada por indígenas (1522), a sua proximidade com o mar favorecia o escoamento da produção agrícola e a instalação dos engenhos de açúcar que trouxeram os negros escravos que influenciaram a cultura local. Na década de 1960, atraiu hippies, aventureiros, empreendedores e especuladores. A cidade foi emancipada em 1962, período de intenso desenvolvimento com a construção da Estrada do Coco e, em 1990, da Linha Verde.

Essas estradas contribuíram para a multiplicação de condomínios, loteamentos, pousadas e outros estabelecimentos voltados para o turismo ecológico e cultural, principal atividade econômica da região.

Petrolina, localizada na mesorregião do São Francisco, se situa em um cruzamento rodoviário que interliga os Estados do Piauí, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, constituindo-se como passagem para o Norte e via de escoamento para o Centro Sul do país. Fica a 722 km do Recife e sua densidade demográfica foi de 64,44 habitantes/km² em 2010. Até a primeira metade do século XIX, era conhecida como “Passagem do Juazeiro”, pois era por onde passavam viajantes nordestinos que atravessavam o Rio São Francisco para chegar à cidade baiana de Juazeiro. Em 1858, Frei Henrique iniciou a construção de uma igreja e, no seu entorno, cresceu o povoado que foi elevado à categoria de Freguesia em 1862. Petrolina foi fundada em 1895 e tem na fruticultura irrigada a sua principal atividade econômica.

A escolha destes municípios adotou os seguintes critérios: (i) ter população superior a 100 mil habitantes, excluindo-se as capitais; (ii) ter disponibilidade de dados para o período de 1990 a 2010 e (iii) apresentar comportamentos distintos em relação às TMH de jovens: um com crescimento da taxa mesmo com piora da qualidade da informação e o outro com queda deste índice mesmo com melhora da qualidade da informação. A qualidade de informação se refere ao grupo de óbitos por lesões com intenção indeterminada. Lauro de Freitas/BA apresentou a maior TMH de jovens e Petrolina/PE, a menor taxa. Para análise da tendência das TMH de jovens e da tendência da qualidade da informação foi ajustado o modelo de regressão linear simples para atender ao terceiro critério de seleção dos municípios. Considerou-se valor de $p \leq 0,05$ para teste F de ajuste do modelo⁽⁶⁾. Dados dos Estados da Bahia, Pernambuco e do Brasil foram utilizados como parâmetros comparativos. Para caracterizar as áreas estudadas utilizou-se indicadores socioeconômicos e demográficos como: proporção de

jovens na população, taxa de analfabetismo e de desemprego, IDH, Índice de Gini, entre outros. Informações relativas à população e aos dados socioeconômicos e demográficos foram extraídas do DATASUS e do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.

Os dados de mortalidade foram extraídos do Sistema de Informações sobre Mortalidade/SIM, do Ministério da Saúde. Considerou-se os óbitos por Agressão, sob os códigos E800 a E900, da 9ª Classificação Internacional de Doenças⁽⁷⁾ e X85 a Y09 da sua 10ª revisão⁽⁸⁾.

Efetuuou-se uma análise das TMH de jovens segundo as variáveis de sexo e faixa etária (15 a 19; 20 a 24 e 25 a 29 anos). Calculou-se as taxas com base na população do DATASUS. Foi calculada a frequência relativa do meio usado para perpetrar a agressão fatal.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/FIOCRUZ sob o parecer 10733.

Resultados

A tabela 1 mostra as diferenças entre os indicadores sociodemográficos das áreas estudadas. Verifica-se que Lauro de Freitas apresenta IDH e renda per capita média mais elevados que Petrolina. O Índice de Gini indica que ambos se destacam nas piores condições dentre as áreas investigadas.

Lauro de Freitas, menos populoso, é mais urbanizado e possui maior concentração de jovens residindo em área urbana. Os indicadores educacionais apontam que no município são menores a taxa de analfabetismo em maiores de 15 anos e a proporção de jovens com baixa escolaridade.

A taxa de desemprego em maiores de 16 anos é mais alta em Lauro de Freitas sendo semelhantes à do Brasil. Nos dois municípios a proporção de jovens empregados com carteira assinada é maior que a de seus Estados. Quanto àqueles que trabalham sem

vínculo, Lauro de Freitas apresenta a menor proporção assemelhando-se ao Brasil. O rendimento mensal médio desses jovens é maior em Lauro de Freitas mostrando-se superior ao de Petrolina, Bahia e Pernambuco.

Os indicadores dos Estados comparados ao do país refletem características regionais marcantes: alta concentração de jovens na população, elevada proporção deste grupo sem instrução ou com baixa escolaridade, altas taxas de desemprego em maiores de 16 anos e o elevado engajamento de jovens no mercado informal com rendimento inferior aos municípios analisados.

Tabela 1: Indicadores socioeconômicos e demográficos de Lauro de Freitas, Petrolina, Bahia, Pernambuco e Brasil, 2010.

Indicadores	Lauro de Freitas	Petrolina	Bahia	Pernambuco	Brasil
Índice de Desenvolvimento Humano	0,754	0,697	0,660	0,673	0,726
Índice de Gini	0,65	0,62	0,58	0,58	0,57
Renda per capita média em Reais	998,63	584,31	481,18	508,82	767,02
População	163.449	293.962	14.016.906	8.796.448	190.755.799
População Urbana (%)	100	74,5	72,0	80,1	84,3
População de 15 a 29 anos (%)	28,3	22,1	28,1	27,4	26,9
População de 15 a 29 anos residente em área urbana (%)	100	74,6	72,6	79,8	84,8
Taxa de analfabetismo para 15 ou mais anos	4,5	11,4	16,2	17,4	9,4
Pessoas de 15 a 29 anos sem instrução e com ensino fundamental incompleto (%)	30,0	36,1	40,5	40,3	29,9
Taxa de desemprego de pessoas com 16 e mais anos	10,9	10,0	10,7	10,9	7,4
Proporção de pessoas de 15 a 29 anos empregadas com carteira assinada (%)	29,3	25,2	17,8	18,1	29,0
Proporção de pessoas de 15 a 29 anos empregadas sem carteira assinada(%)	13,7	15,6	17,6	15,4	13,8
Rendimento médio mensal de pessoas com idade entre 15 e 29 anos (em reais)	713,41	592,46	493,79	523,67	731,61

Fonte: DATASUS/IBGE

A evolução das TMH de jovens (15 a 29 anos) por homicídio é mostrada no gráfico 1. Em Lauro de Freitas verifica-se que entre 1991 e 1997 houve um aumento progressivo nas TMH de jovens, com brusca queda em 1998 e 1999. Também se verifica incremento entre 2000 e 2003, porém em patamares inferiores ao da década de

1990. A partir de 2006, há um crescimento exponencial nestes índices, alcançando o seu pico em 2009 (268,0/100.000 habitantes) e fazendo com que Lauro de Freitas se destaque dentre as áreas estudadas com aumento de 1.660% no período.

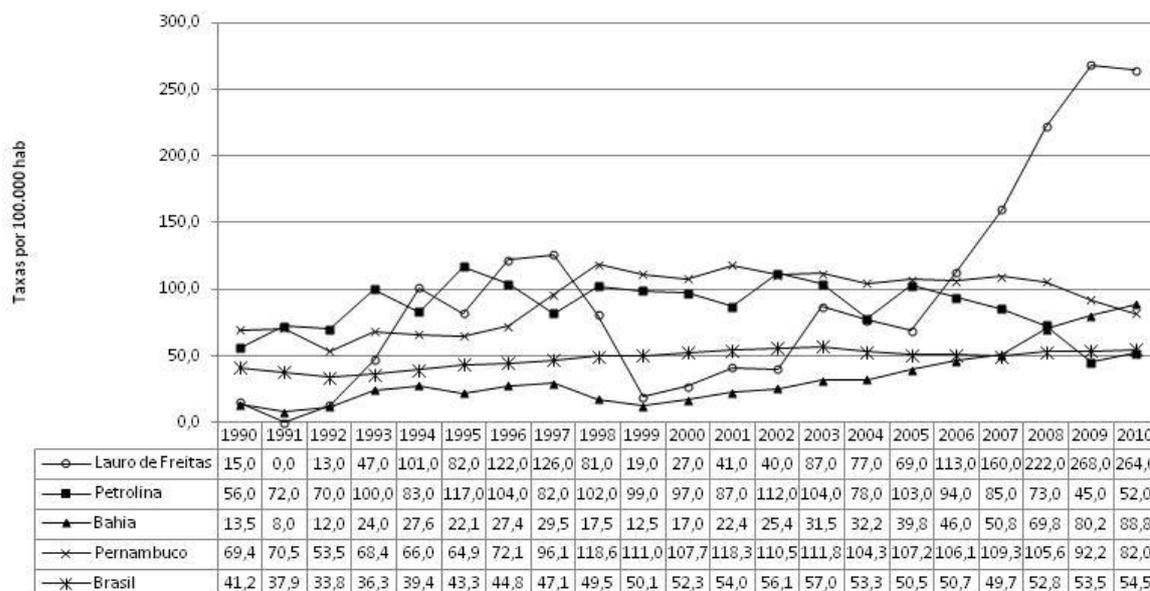
Petrolina demonstra oscilações ao longo do período com TMH de jovens entre 45,0/100.00 habitantes (2009) e 117,0/100.000 habitantes em 1995, ano em que esse índice atingiu o pico. De 2006 a 2009 houve um declínio das taxas que voltaram a elevar-se em 2010 (52/100.000 hab.). As TMH de jovens no município reduziu em 7,14% no período estudado.

A Bahia apresenta as menores taxas em praticamente todo o período analisado. No entanto, a partir de 2000, mostra crescimento lento e insidioso. As TMH de jovens passaram de 13,5/100.000 habitantes, em 1990, para 88,8/100.000, em 2010, o que representou um aumento de 557,8%.

Em Pernambuco, a partir de 1997 as taxas se elevaram atingindo o patamar de mais de 100 homicídios em cada 100.000 jovens. Esse comportamento permaneceu até 2008, ano a partir do qual se observa declínio das taxas terminando o período analisado com TMH de 82,0/100.000 habitantes, valor este superior ao verificado em 1990.

No Brasil há um padrão de estabilidade das TMH de jovens com um pequeno aumento em 2010 (54,5//100.000 hab.) quando comparado a 1990 (41,2/100.000 hab.). O país inicia o período com taxas superiores às de Lauro de Freitas e Bahia e termina com taxa maior apenas que Petrolina, resultante do aumento deste índice nas demais localidades.

Gráfico 1: Taxas de mortalidade de jovens de 15 a 29 anos por homicídio em Lauro de Freitas, Petrolina, Bahia, Pernambuco e Brasil, 1990 a 2010.



Fonte: SIM/MS

Ao se observar a evolução das TMH de jovens por sexo e grupos etários em 1990, 2000 e 2010 (figura 1), verifica-se em Lauro de Freitas o crescimento destas nos grupos etários e em ambos os sexos. Em 1990 os homens das três faixas etárias apresentaram TMH superiores a 20,0/100.000 habitantes. Em 2000 verifica-se a sobremortalidade masculina entre aqueles de 20 e 24 anos (95,0/100.000 hab.). Em 2010 houve uma elevação importante dessas taxas nestes três grupos. Os jovens de 20 a 24 anos (643,5/100.000 hab.) permaneceram como o grupo que mais morre por homicídio, seguido pelos de 15 a 19 anos (509,1/100.000 hab.) e pelos de 25 a 29 anos (379,1/100.000 hab.). Apesar de mostrarem TMH bem inferiores às dos homens, as mulheres de 20 a 24 anos (37,5/100.000 hab.) e de 25 a 29 anos (33,4/100.000 hab.) apresentaram as maiores taxas em 2010.

Em Petrolina, comparando-se o início e o final do período percebe-se uma redução das TMH entre os homens de 20 a 24 anos (1990: 122,0; 2010; 115,2) e 15 a 19 anos (1990: 108,7; 2010; 41,7). Entre os jovens de 25 e 29 anos a taxa praticamente dobrou (1990: 71,8; 2010; 140,6). Entre as mulheres, houve decréscimo nas TMH nos

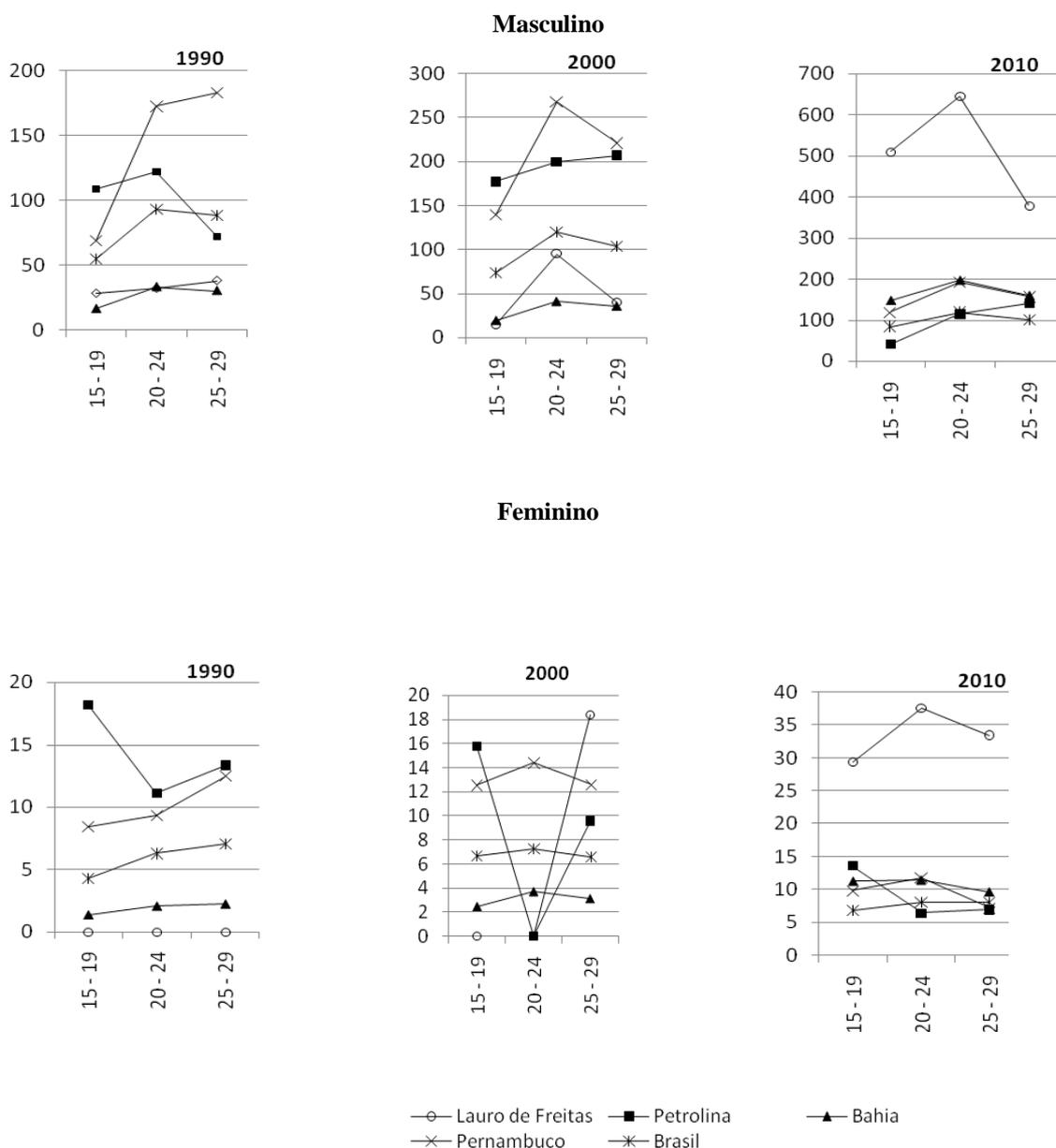
três grupos etários, sendo as jovens de 15 a 19 anos (13,5) as mais vitimizadas em todo o período.

Na Bahia, em 1990 e 2000, as TMH de homens jovens foram semelhantes às de Lauro de Freitas. Já em 2010 o Estado apresenta taxas bem inferiores. Entre eles a faixa de idade mais afetada foi a de 20 a 24 anos (1990: 33,2; 2010: 197,0), seguida pela de 25 a 29 anos (1990: 30,2; 2010:159,7) e de 15 a 19 anos (1990: 28,0; 2010: 147,4). Para as mulheres houve uma variação das taxas com predominância de grupos etários distintos quando se compara o ano inicial e final do período: 25 a 29 anos (1990: 2,2; 2010: 9,6), entre 20 e 24 nos (1990: 2,1; 2010:11,4) e entre 15 e 19 anos (1990: 1,4; 2010:11,2).

Em Pernambuco comparando-se 1990 e 2010, percebe-se um aumento nas TMH entre os homens e mulheres jovens de 20 a 24 anos (homens - 1990: 172,6; 2010: 192,1; mulheres – 1990: 9,3; 2010: 11,8) e de 15 a 19 anos (homens - 1990: 69,0; 2010: 119,8; mulheres – 1990: 8,4; 2010: 9,8). No grupo de 25 a 29 anos houve redução das TMH em ambos os sexos (homens - 1990: 183,1; 2010: 157,3; mulheres: 1990:12,4; 2010: 7,2). Particularmente na década de 1990 o padrão das taxas se diferencia de Petrolina. Em 2000 e 2010 o comportamento das TMH de jovens é semelhante: queda nas duas áreas, nos três grupos etários e em ambos os sexos.

No Brasil, considerando-se o ano inicial e final do período observa-se aumento das TMH de homens e mulheres jovens em todas as faixas etárias. Em 2010, as taxas mais elevadas concentram-se entre jovens de 20 a 24 anos (homens: 119,3; mulheres: 8,0) e 25 a 29 anos (homens: 100,9; mulheres: 8,0). As taxas mais baixas são observadas em ambos os sexos no grupo de 15 a 19 anos (homens: 83,9; mulheres: 6,8).

Figura 1: Taxas de mortalidade de jovens por grupo etário e sexo em Lauro de Freitas, Petrolina, Bahia, Pernambuco e Brasil, 1990, 2000 e 2010.



Fonte: SIM/MS

Ao analisar a distribuição percentual dos homicídios de jovens de 15 a 29 anos segundo o meio utilizado para a sua perpetração (Tabela 2), foi possível perceber que, em todas as áreas estudadas, predomina o uso das armas de fogo, seguido de longe pelos objetos cortantes ou penetrantes. Em Lauro de Freitas e na Bahia o aumento gradativo da arma de fogo, no período analisado, é um padrão também observado no país.

Petrolina e Pernambuco mostram crescimento proporcional da utilização de armas de fogo em 2000 e posterior redução dessas proporções em 2010. Comparando-se o início e o final do período se observa o aumento da importância da participação das armas de fogo nessas mortes.

Tabela 2: Distribuição percentual dos homicídios de jovens de 15 a 29 anos segundo o meio utilizado. Lauro de Freitas/BA, Petrolina/PE, Bahia, Pernambuco e Brasil – 1990, 2000 e 2010.

	Armas de Fogo			Objeto Cortante ou Penetrante			Objeto Contundente			Meio Não Especificado			Outros		
	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010
Lauro de Freitas/BA	66,7	80,0	87,0	33,3	10,0	5,7	0,0	10,0	4,1	0,0	0,0	2,4	0,0	0,0	0,8
Petrolina/PE	60,0	82,1	71,7	33,3	4,5	17,4	3,3	7,5	6,5	3,3	0,0	0,0	0,0	6,0	4,3
Bahia	66,1	67,7	84,0	14,6	20,1	8,3	1,8	3,3	3,2	16,9	6,9	2,9	0,5	2,0	1,6
Pernambuco	69,1	88,7	81,6	17,6	7,4	10,9	3,2	2,6	5,3	8,9	0,2	0,6	1,2	1,1	1,6
Brasil	54,2	72,8	78,1	14,5	10,4	13,3	3,2	3,4	3,5	25,9	11,0	2,7	2,2	2,3	2,5

Fonte: SIM/MS

Discussão

O Brasil é marcado por diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais entre suas regiões, Estados e municípios. As distinções e semelhanças entre os dois municípios aqui focalizados podem ajudar na compreensão do comportamento heterogêneo das TMH de jovens no país. Considera-se que não somente atributos individuais, mas também características locais - sociodemográficas, urbanas e sociais - incidem sobre a ocorrência dessas mortes.

Algumas características são comuns entre as localidades estudadas em relação aos homicídios de jovens: são cidades amplamente urbanizadas com alta proporção de jovens vivendo em área urbana, as taxas de desemprego em maiores de 16 anos são elevadas, as maiores TMH predominam entre os homens de 20 a 24 anos e o meio mais utilizado para a sua perpetração foram as armas de fogo.

É interessante perceber as heterogeneidades de Lauro de Freitas. Por um lado ele se destaca com as melhores condições sociais, econômicas e intensa urbanização, porém com maior desigualdade social, se comparada a Petrolina. Por outro lado possui a maior proporção de jovens e pior taxa de desemprego em maiores de 16 anos. Percebe-se ainda que as TMH de jovens no município são extremamente elevadas.

O desempenho de Lauro de Freitas quanto a estes indicadores pode auxiliar na compreensão das TMH de jovens, no entanto não permite conclusões definitivas. Estudos informam que tais indicadores possuem correlação positiva com a ocorrência de homicídios, porém reforçam a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre tais associações para obtenção de explicações mais conclusivas^(9,10).

O crescimento exacerbado das TMH de jovens em Lauro de Freitas, a partir de 2006, configura-se como incremento real e não pode ser atribuído à qualidade da informação. Neste ano a taxa de óbitos por lesões com intenção indeterminada foi de 8,4/100.000 habitantes. Em 2009, ano de pico da TMH de jovens no município (268,0/100.000), essa taxa foi de 40,6/100.000, caindo em 2010 para 17,2/100.000 quando a TMH permaneceu elevada, o que demanda a busca das condições locais que podem interferir nas mortes dos jovens.

É possível que o caráter turístico de Lauro de Freitas tenha possibilitado seu rápido desenvolvimento e urbanização desordenada. Essa atividade atraiu grandes empreendimentos, intensa especulação imobiliária e comércio local em torno dela. Porém, a exploração desse potencial turístico assumiu a conotação de veraneio, que não criou oportunidades continuadas de engajamento no trabalho formal. Estudo aponta que o turismo balnear é sazonal e impõe serviços requeridos pelas atividades de veraneio⁽¹¹⁾.

Relacionando os indicadores de Lauro de Freitas ao seu caráter turístico sazonal e ao rápido desenvolvimento da cidade, levanta-se a hipótese de que há uma parcela da população jovem a margem dos processos de desenvolvimento e inclusão

social que podem torná-los vulneráveis ao homicídio e à criminalidade. Estudo mostra que a rapidez e a desorganização com que ocorreu o desenvolvimento das cidades refletiram na melhoria das condições sociais e econômicas, porém causou no entorno dos centros urbanos a aglutinação de parte da população que não se integrou e nem possui meios de se integrar ao mercado de produção e consumo dos pólos desenvolvidos destas cidades⁽¹²⁾.

Reforçando esta concepção, a segregação social presente em Lauro de Freitas, a sazonalidade da oferta de trabalho, a retirada de programas profissionalizantes voltados aos jovens e a incipiência da rede de equipamentos de proteção social para a juventude devem ser considerados como fundamentais para a compreensão do contexto dos assassinatos de jovens no município.

Petrolina, apesar do padrão de redução das TMH de jovens, apresenta-se em desvantagem em relação à Lauro de Freitas quando se observa seus indicadores sociais. Possui maiores taxas de analfabetismo em maiores de 15 anos e proporções de jovens com baixa escolaridade, o que pode refletir em dificuldades de inserção desta população no mercado de trabalho. Estudo sobre as novas configurações deste mercado no Brasil, afirma que grande parte dos jovens em situação de desemprego, aberto ou oculto, possuem baixa escolaridade, o que torna mais difícil o seu acesso ao posto de trabalho socialmente protegido⁽¹³⁾. No entanto, seu menor Índice de Gini indica menor desigualdade social no município.

As taxas de óbitos por lesões com intenção indeterminada que tiveram seu pico em 2007 (13,7/100.000 hab.), ano em que a TMH foi de 85,0 /100.000 habitantes, acompanham o comportamento de redução com estabilização das TMH de jovens no período analisado, mostrando que tal redução não se deve à piora da informação. Igualmente à Lauro de Freitas, os índices apontam a necessidade de se considerar as

características do contexto para o melhor entendimento das mortes de jovens por homicídio.

Em Petrolina a fruticultura irrigada, principal atividade econômica do município, trouxe desenvolvimento para a cidade, ampliou oferta de bens e serviços e acarretou intenso fluxo migratório⁽¹⁴⁾, o que pode ter contribuído para a redução das TMH de jovens. A isto se aliaram investimentos em equipamentos de proteção social para jovens, ações de educação e prevenção das violências e a instalação do Núcleo de Prevenção de Violências e Acidentes e Cultura de Paz. Além dessas ações, foi implantado em 2007 o Pacto pela Vida, direcionado à redução dos crimes contra a vida, que faz parte do Plano Estadual de Segurança Pública.

O predomínio dos assassinatos entre os homens de 20 a 24 anos demonstrados neste estudo, são corroborados por pesquisas que apontam este grupo como o mais afetado pelos homicídios^(15,1). Entretanto, chama a atenção o aumento progressivo destas mortes no grupo de 15 a 19 anos. O UNICEF destaca que o risco de vitimização por homicídio atinge seu valor máximo no grupo de 19 a 24 anos em que este risco é 2,16 vezes superior dos adolescentes de 12 a 18 anos. O risco continua elevado (1,7) entre os jovens de 25 a 29 anos⁽³⁾.

Em Petrolina, a redução das TMH de jovens atingem homens e mulheres nos grupos etários estudados, sendo os homens de 25 a 29 anos os mais vitimizados. Este achado é semelhante ao encontrado em estudo acerca dos homicídios na região Nordeste do Brasil⁽⁴⁾. A sobremortalidade dos homens suscita a abordagem de modelos culturais de gênero, tais como socialização dos homens^(16,17) e a hipermasculidade⁽¹⁸⁾, que possam auxiliar na compreensão do seu envolvimento com a violência letal. Destaca-se que os homens jovens são também os principais autores dos homicídios.

As mulheres de 20 a 24 e de 25 a 29 anos são as que mais morrem por esta causa. Em Petrolina predominam os homicídios em mulheres de 15 a 19 anos. Os

femicídios, termo político e legal que define as mortes de mulheres por homicídio, resultam de qualquer manifestação ou exercício de relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Tais mortes podem ser perpetradas por parceiro íntimo com ou sem violência sexual e crimes seriais ^(19,20).

Parte do incremento da utilização das armas de fogo para a perpetração dos homicídios de jovens revelado neste estudo, pode ser atribuído ao melhor esclarecimento da informação acerca do meio utilizado. Isso se mostra ao se observar a queda das proporções dos homicídios de jovens por meio não especificado. Além disso, a predominância do uso das armas de fogo para a perpetração desses homicídios pode ser explicada pela importância simbólica que esses instrumentos guardam com a masculinidade e com o poder de decisão sobre a vida ou morte do outro. A arma é introduzida na vida do menino desde cedo como um brinquedo e, posteriormente, passa a fazer parte do seu universo enquanto homem. O fácil acesso às armas de fogo, apesar das leis restritivas sob sua comercialização e porte, é possibilitado pelo contrabando desses objetos nas fronteiras do país nas quais é escassa a fiscalização, o que viabiliza o seu uso para cometer homicídios ^(21,1).

Os achados deste estudo possibilitam concluir que diferentes fatores ajudam a compreender as mortes de jovens por homicídio. Além das questões demográficas, macro políticas e econômicas, a implementação de políticas no contexto específico dos municípios também interfere na ocorrência destes eventos tecendo uma teia complexa e de múltipla determinação. Estudos teóricos abordam a violência como resultante da combinação de uma complexa interação de fatores ^(22, 23).

No sentido de compreender esta complexidade, faz-se necessário o desenvolvimento de estudos de cunho qualitativo que busquem uma abordagem compreensiva deste fenômeno considerando os diversos contextos em que eles ocorrem.

Ressalta-se a necessidade de revisão das políticas públicas no sentido de viabilizar a inclusão dos jovens e o protagonismo juvenil. A criação de equipamentos de proteção social direcionados à juventude também se configuram como importantes dispositivos de enfrentamento das mortes de jovens. Além disso, é imperativo que a população destituída dos direitos mais básicos, seja incluída nos processos de desenvolvimento econômico e social das cidades. A participação efetiva desta população e o exercício da cidadania poderão contribuir para a ampliação e consolidação da democracia, além de tornar possível a redução dos elevados índices de homicídio de jovens.

Referências

1. Souza ER, Melo AN, Silva JG, Franco SA, Alazraqui M, González-Perez GJ. Estudo multicêntrico da mortalidade por homicídios em países da América Latina. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2012; 17(12):3183-93.
2. Reichenheim ME, Souza ER, Moraes CL, Mello Jorge MH, Silva CMFP, Minayo MCS. Violence and injuries in Brazil: the effect, progress made, and challenges ahead. *The Lancet*. 2011; 377(9781):1962-75.
3. Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef Brasil. Homicídios na adolescência no Brasil. IHA2005/2007. Unicef, Secretaria de Direitos Humanos, Observatório de Favelas, Laboratório de Análises da Violência, Programa de Redução da Violência Letal. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos; 2010.
4. Campos MEAL, Ferreira LOC, Barros MDA, Silva HL. Mortes por homicídio em município da Região Nordeste do Brasil, 2004-2006 a partir de dados policiais. *Epidemiol. Serv. Saúde*. 2011; 20(2):151-159.

5. Zilli LF, Vargas JD. O trabalho da polícia investigativa face aos homicídios de jovens em Belo Horizonte. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2013; 18(3):621-32.
6. Dobson AJ. *An Introduction to Statistical Modelling*. Chapman and Hall; 1983.
7. Organização Mundial de Saúde. Manual da classificação estatística internacional de doenças, lesões e causa de óbitos. Nona revisão. São Paulo: Centro de Classificação de Doenças em Português; 1978.
8. Organização Mundial de Saúde. Manual da classificação estatística internacional de doenças, lesões e causa de óbitos. Décima revisão. São Paulo: Centro de Classificação de Doenças em Português; 1996.
9. Cardia N, Adorno S, Poletto F. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. *Estudos Avançados*. 2003; 17(47):43-73.
10. Peres MFT, Vicentin D, Nery MB, Lima RS, Souza ER, Cerda M et al. Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva. *Rev. Panam Salud Publica*. 2011; 29(1):17-26.
11. Adrião D. Pescadores de sonhos: um olhar sobre as mudanças nas relações de trabalho e na organização social entre famílias dos pescadores diante do veraneio e do turismo balnear em Salinópolis, Pará. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. 2006; 1(2): 11-21.
12. Kahn T. Crescimento econômico e criminalidade: uma interpretação da queda dos crimes no Sudeste e aumento no Norte/Nordeste. *Rev. Bras. Secur. Pública*. 2013; 7(1):152-64.
13. Borges A. As novas configurações do mercado de trabalho urbano no Brasil: notas para discussão. *Caderno CRH*. 2010; 23(60):619-32.

14. Coelho KB, Sousa EP. A fruticultura como fator de desenvolvimento do município de Petrolina/PE – o caso do perímetro irrigado Senador Nilo Coelho. 2003.
15. Villela LCM, Moraes AS, Suzuki CS. Tendência da mortalidade por homicídios em Belo Horizonte e Região Metropolitana: 1980 – 2005. *Rev. Saúde Pública.* 2010; 44(3):486-95.
16. Gomes R. Sexualidade masculina, gênero e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008.
17. Greig A. Political connections: men, gender and violence. Santo Domingo: INSTRAW; 2001. (Working Paper, n. 1). [acessado 2013 jul 16]. Disponível em: <http://www.instraw.org/en/docs/mensroles/Greig.pdf>
18. Zaluar A. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. *RBCS.* 2009; 24(71):9-22.
19. Meneguel SN, Hirakata VN. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. *Rev. Saúde Pública.* 2011; 45(3):564-74.
20. Silva MA, Cabral Filho JE, Amorim MMR, Falbo Neto GH. Mulheres vítimas de homicídio em Recife, Pernambuco, Brasil, 2009/2010: um estudo descritivo. *Cad. Saúde Pública.* 2013; 29(2):391-96.
21. Souza ER. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciênc. Saúde Coletiva.* 2005;10(1):59-70.
22. Organização Mundial de Saúde. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra: 2002.
23. Briceño-Leon R. Urban violence and public health in Latin America: a sociological explanatory framework. *Cad. Saúde Pública.* 2005; 21(6):1629-64.

5.3. “Muitos para não virarem vítimas, viram autores”: uma abordagem complexa dos homicídios de jovens

Juliana Guimarães e Silva¹

Edinilsa Ramos de Souza¹

1. Centro Latino Americano de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Endereço: Av. Brasil, 4036 – 7º andar, Sala 700, Manguinhos – Rio de Janeiro, Cep: 21.040-361 - E-mail: ju.guimaraess@gmail.com

Resumo

Analisam-se os homicídios de jovens em dois municípios do Nordeste brasileiro mediante o referencial dos sistemas sociais complexos implícito no Modelo Ecológico que inclui condições relacionadas aos indivíduos, às relações sociais e aos contextos locais. Estudos de caso foram realizados em Lauro de Freitas/BA e Petrolina/PE cujos comportamentos das taxas de homicídios de jovens são opostos. A análise revelou como importantes determinantes nas distintas dimensões do modelo ecológico: (i) individual: uso de álcool e drogas ilícitas e cor da pele; (ii) relacional: família, violência intrafamiliar e entre parceiros íntimos e relações de poder estabelecidas entre os jovens; (iii) comunitárias: educação e profissionalização de jovens; disputa de território; violência armada; violência policial e (iv) sociais: tráfico de drogas; crescimento desordenado e desorganizado das cidades; políticas sociais; mídia e apelo ao consumo e desigualdades sociais. Tais categorias também se descortinaram nas trajetórias de vida dos jovens vítimas de homicídio. Conclui-se que as condições observadas se combinam para, em sinergia, determinar as mortes violentas. Ressalta-se que as mudanças em

relação a esses óbitos suscitam investimentos econômicos, sociais e educacionais com vistas a inclusão e proteção dos jovens.

Introdução

No Brasil o homicídio vitimiza preferencialmente os jovens de 15 a 29 anos e se configura como um problema para diferentes setores da sociedade como saúde, segurança pública, instituições policiais, judiciais e prisionais. Em 2010, a Taxa de Mortalidade por Homicídios (TMH) neste grupo correspondeu a quase o dobro (54,4/100.000) da TMH na população brasileira (27,4/100.000 habitantes). Dentre as regiões do país, o Nordeste apresenta as TMH de jovens mais elevadas (72,9/100.000), seguido pelo Norte (69,8), Centro-Oeste (58,6), Sul (47,1) e Sudeste (39,5).

No país esses homicídios se apresentam de forma heterogênea e complexa. Pesquisa aponta que nos centros urbanos o padrão desigual de distribuição das mortes de jovens por homicídio resulta de um conjunto de processos sociais, como as desigualdades nas condições de vida e o estabelecimento de mercados de atividades ilícitas e criminosas que ampliam a vulnerabilidade a este evento¹.

Algumas teorias são utilizadas para explicar a violência letal. No entanto, não existe consenso quanto a um único modelo teórico capaz de elucidar as inúmeras questões trazidas pelo homicídio². Dentre essas teorias encontram-se aquelas fundamentadas em questões estruturais, como renda e desigualdades^{2,3,4}, na perspectiva vitimológica^{5,6} e nas relações de gênero e modelos de masculinidade^{5,7,8,9}.

Na busca de ampliar o conhecimento sobre essa temática, adota-se neste estudo o Modelo Ecológico que, baseado na multicausalidade da violência, analisa as interrelações entre condições individuais e contextuais a partir de quatro dimensões: (a) individual, focada nas características do indivíduo que podem favorecer seu envolvimento em atos violentos (biológicas, demográficas, abuso de substâncias, dentre outras); (b) relacional, que identifica a influência das relações sociais próximas (família,

parceiros íntimos, amigos) na vitimização ou perpetração da violência; (c) comunitária, que considera as condições locais nas quais se dão as relações e que permitem o envolvimento com a violência (escolas, locais de trabalho, vizinhança); e (d) social, que analisa as condições sociais e culturais mais amplas que influenciam os índices de violência (políticas de saúde, educacionais, econômicas e sociais)¹⁰. Tais dimensões são interdependentes e, portanto, requerem participação conjunta dos diferentes contextos e uma comunicação entre eles¹¹.

Neste artigo busca-se, em uma abordagem compreensiva, explicar os motivos pelos quais os espaços sociais apresentam diferentes taxas de homicídios de jovens considerando-se o referencial dos sistemas sociais complexos¹² e utilizando-se o modelo ecológico de análise, a partir de estudos de caso realizados em dois municípios do Nordeste do Brasil.

Metodologia

A fim de aprofundar e complexificar a compreensão acerca dos homicídios de jovens realizou-se dois estudos de caso¹³ em municípios do Nordeste Brasileiro. Essa região do país foi selecionada por apresentar as maiores TMH de jovens. A escolha dos municípios estudados seguiu os seguintes critérios: (i) ter mais 100 mil habitantes, excluindo-se as capitais; (ii) possuir dados para o período de 1990 a 2010 e (iii) apresentar comportamentos diferentes quanto aos homicídios de jovens: um com crescimento das taxas e piora da qualidade da informação e o outro com redução deste índice e melhora da qualidade da informação. Os homicídios de jovens foram analisados a partir dos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade dentre os quais se considerou os óbitos por Agressão sob os códigos E800 a E900, da 9^a Classificação Internacional de Doenças⁽⁷⁾ e X85 a Y09 da sua 10^a revisão. A qualidade da informação se refere ao subgrupo de óbitos por lesões com intenção indeterminada. Foram

selecionados os municípios de Lauro de Freitas/BA, apresentou a maior TMH de jovens e Petrolina/PE, com menor taxa.

Nessas cidades buscou-se investigar as percepções dos distintos atores sociais sobre os homicídios de jovens e conhecer a história de vida¹⁴ de jovens vítimas de homicídios, a partir do relato de seus familiares. As entrevistas semiestruturadas consideraram as dimensões do *Modelo Ecológico*¹⁰ e foram realizadas em abril de 2013. No total participaram da pesquisa 60 informantes chave assim distribuídos: 8 entrevistas individuais com gestores de saúde, assistência social, segurança pública, juiz da vara da infância e juventude ou conselheiro tutelar; 8 entrevistas em grupo com profissionais da estratégia saúde da família, policiais militares, professores e estudantes de escolas públicas e particulares e jovens inseridos em programas de prevenção da violência e 2 histórias de vida com familiares de jovens vítimas de homicídio.

O roteiro de entrevistas para gestores, profissionais e jovens abordou questões relativas às suas percepções sobre a aspectos da vida do jovem, a problemática dos homicídios de jovens no município, ações institucionais direcionadas à sua prevenção e iniciativas que poderiam ser implementadas para reduzi-los. O roteiro usado na história de vida versou acerca da posição do jovem na família, sua trajetória de vida (infância, vida escolar, lazer, trabalho, relacionamentos), aspectos relacionados à sua morte (descrição do homicídio do jovem, motivo da morte, acontecimentos após a morte) e impactos da morte do jovem na família. Todos depoimentos foram gravados com autorização dos sujeitos, transcritos e checados a fim de garantir a fidedignidade do relato oral.

A análise enfatizou os aspectos discursivos dos entrevistados sobre o problema em pauta e seguiu as seguintes etapas: (1) pré-análise, na qual foi feita a leitura e a constituição do *corpus* em que se fundamentou a comparação entre os municípios; (2) exploração do material, em que os agrupamentos e categorias emergidas dos textos

foram ancorados nas dimensões do modelo ecológico. Nesta etapa as dimensões do modelo foram identificadas como temas e em cada um deles emergiram as seguintes categorias : (i) individual: uso de álcool e drogas ilícitas e cor da pele; (ii) relacional: família, violência intrafamiliar e entre parceiros íntimos e relações de poder entre os jovens; (iii) comunitárias: educação e profissionalização de jovens; disputa de território; violência armada; violência policial e (iv) sociais: tráfico de drogas; crescimento desordenado e desorganizado das cidades; políticas sociais; mídia e apelo ao consumo e desigualdades sociais; e (3) fase de análise e interpretação, em que foram identificadas semelhanças e singularidades dos municípios¹⁵. Cada história de vida foi analisada separadamente buscando-se o conteúdo profundo das falas¹⁴ e as relações entre as trajetórias dos jovens e a percepção dos atores sociais entrevistados. Para garantir o anonimato, os depoimentos dos sujeitos foram categorizados em - gestor, profissional, familiar e jovem – e nomes fictícios foram atribuídos aos jovens quando dos relatos de suas histórias de vida. A discussão se deu com base na literatura pertinente. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz sob o parecer 10733.

Resultados

Aspectos contextuais dos municípios

Em Lauro de Freitas houve consenso dos entrevistados de que entre os jovens o risco de morrer assassinado é elevado. Essa noção de perigo foi enfatizada pelos jovens: *“mesmo estando em casa a gente tá correndo risco, tanto dos traficantes, como dos policiais”* (Jovens, Lauro de Freitas). Em Petrolina, gestores e profissionais apontam que o crescimento e o desenvolvimento da cidade provocaram aumento da imigração e com isso outros tipos de violência têm se manifestado, como a violência intrafamiliar, abuso sexual e violência contra a mulher. Apesar de reconhecerem a redução da criminalidade no município, os jovens se sentem inseguros e vulneráveis à violência

letal: *“Com os jovens a criminalidade diminuiu mas, a qualquer momento, pode acontecer com a gente isso aí... [referindo-se aos homicídios]”*(Jovens, Petrolina).

Dentre as condições individuais relacionadas aos homicídios de jovens, os informantes das duas cidades consideram que o uso de álcool, drogas ilícitas e a cor da pele são características que aumentam a vulnerabilidade a estes eventos. Para o gestor e profissionais de Lauro de Freitas, o uso de drogas combinado à dificuldade financeira para sustentar o vício faz com que o jovem se envolva em atividades ilícitas que podem contribuir para a vitimização: *“É o uso da droga. Eles começam a utilizar a droga, não têm recurso para adquirir, aí partem pro assalto, furto, ficam devendo ao proprietário da boca e acabam sendo assassinados”* (Gestor, Lauro de Freitas). Em Petrolina, além do uso de drogas, o consumo de álcool foi também apontado como importante para a ocorrência dos homicídios entre jovens: *“Quando a gente vai fazer um apurado, a vítima ou o acusado, ou os dois, ingeriram álcool. A questão do consumo de álcool está bem presente nessas ocorrências de homicídio no município”* (Profissional, Petrolina). Ressalta-se que, de forma geral, as drogas foram apontadas como problema central relacionado aos homicídios de jovens nos municípios.

A cor da pele, mencionada nos municípios e enfatizada em Lauro de Freitas, revelou-se como atributo marcante entre os jovens assassinados o que remete à questão cultural do racismo, ainda presente no Brasil. Apesar de predominante na população, o jovem negro, na visão de gestores e profissionais, representa o perfil da vítima de homicídio na cidade, especialmente quando pertencente à uma classe social menos favorecida e é visto como usuário ou associado ao tráfico de drogas: *“Isso pra mim é um fator preponderante, antes da droga que é muito grande. Enquanto motivo que leva esses jovens à morte, o principal fator é o princípio da epiderme negra e depois o financeiro”* (Gestor, Lauro de Freitas).

No que se refere às condições relacionais os depoentes, nos dois municípios, atribuíram à “família desestruturada” o fato de o jovem ser vítima ou autor de homicídio. Nos relatos, essas famílias se caracterizam por situações de abandono dos filhos por parte dos pais e pela inabilidade destes em estabelecer vínculo e diálogo com seus filhos. Há ainda, segundo os profissionais, a tendência de culpabilizar às famílias pelo envolvimento do jovem com o crime: *“A culpa foi toda sua. Seus filhos hoje estão pagando, mas a culpa foi sua.”* (Profissionais, Lauro de Freitas). Os gestores e profissionais de Petrolina destacaram a vivência de situações de “violência intrafamiliar e entre parceiros íntimos”, marcadas pela cultura do machismo, e com possível desfecho em crimes passionais como circunstâncias bastante comuns no município: *“As mães de família são espancadas, estupradas pelos maridos, os filhos presenciam também, desde crianças”* (Profissionais, Petrolina).

Outro elemento que descortinou na fala dos profissionais, com maior intensidade em Lauro de Freitas, foram as relações de poder que os jovens estabelecem entre si, o que caracteriza a necessidade de autoafirmação própria da juventude. Para eles, estas ocorrem no contexto do tráfico de drogas no qual o jovem busca se autoafirmar perante o seu grupo e os demais grupos, e garantir o domínio sobre o território. *“Eles estão sempre ali disputando, competindo, querendo mostrar poder. Muitos para não virarem vítimas, viram autores.”* (Profissionais, Lauro de Freitas).

O acesso à educação pública de qualidade e à profissionalização de jovens se configuraram como condições relacionadas à dimensão comunitária. A escola foi qualificada pelos sujeitos como precária, de baixa qualidade e, além disso, desprovida de atrativos que estimulem o jovem a continuar estudando. Na visões dos profissionais esta situação influencia no abandono escolar. Em Lauro de Freitas, gestores, profissionais e jovens apontam que a dificuldade de acesso à educação se reflete na precária inclusão da juventude do município no mercado de trabalho formal e pode

ocasionar, no jovem, a sensação de falta de expectativas em relação ou próprio futuro: *“A falta de uma boa educação e oportunidade de trabalho. Aí acaba levando essas pessoas a ficar sem perspectiva.”* (Profissionais, Lauro de Freitas).

Em Lauro de Freitas, os jovens ressaltaram a disputa de território e a violência armada nas comunidades como condições do contexto comunitário que ampliam a sua vulnerabilidade ao homicídio. A sensação de medo vivenciada pelos jovens nos territórios parece limitar a sua mobilidade que se torna restrita ao bairro no qual residem: *“Principalmente quando você vai para um lugar de parente em outro bairro. Eles ficam armados. A gente chega lá, eles perguntam de onde é. E se bater com a rua que eles têm rixa, já era. Mesmo que não tenha nada a ver. A gente sabe que vai sair, mas se vai voltar, a gente nunca sabe”* (Jovem, – Lauro de Freitas).

A violência policial foi relatada como um cotidiano na vida dos jovens tanto em Lauro de Freitas, como em Petrolina. Esta percepção é evidente para os gestores e para os próprios jovens: *“Esse menino foi comprar um lanche pra sua amiga. Quando chegou na lanchonete, parou um carro, abaixou o vidro e deu um monte de tiro, nem abordou ele, não teve nada, e aí tentaram levar ele, só que ele acabou morrendo e descobriram que quem deu esses tiros foi um policial, e a fama desse policial não é nada boa aqui, que ele chega nas comunidades batendo (...). Ele nem falou, nem revistou, abaixou o vidro, matou e foi embora”* (Jovem, – Lauro de Freitas). Ressalta-se que as ações de segurança pública no município se dão preferencialmente pela via da repressão policial e ocupação dos territórios da periferia nos quais o uso da violência é banalizada por parte dos agentes de segurança.

No âmbito das condições sociais, que remetem neste estudo às questões mais estruturais, os entrevistados identificaram como relacionados aos homicídios de jovens: tráfico de drogas; crescimento desordenado e desorganizado das cidades; desigualdades sociais; políticas sociais e apelo ao consumo incentivado pela mídia. Na percepção dos

sujeitos, o tráfico de drogas exerce um papel fundamental para a ocorrência dos homicídios de jovens em ambas as cidades. O mercado ilegal de drogas, principalmente em Lauro de Freitas, oferece aos jovens a oportunidade de uma ocupação rentável que garante a eles o poder de consumo de bens valorizados na sociedade contemporânea: *“O tráfico é uma realidade totalmente diferente. É uma oportunidade. Pela falta de emprego também pra gente”*(Jovens, Lauro de Freitas). A má remuneração do jovem pelo trabalho formal também coloca o tráfico como um atrativo para eles, mesmo oferecendo riscos: *“É bom entrar no tráfico. O tráfico, pô, hoje tá a 500 reais já. Aí o outro trabalha no prédio, olha assim, rapaz, 500 reais eu pego em um mês. Aí vem, vou te botar no sistema...”*(Jovem – Lauro de Freitas).

Em Lauro de Freitas e Petrolina os gestores afirmaram que houve um crescimento desordenado das cidades. Em Lauro de Freitas isso ocorreu por meio do turismo e em Petrolina através da agricultura irrigada. Tais atividades trouxeram para as duas localidades intensa especulação imobiliária e aumento da imigração. Além disso, acarretou intensa concentração de renda com elevadas desigualdades sociais, que se configuraram para esses gestores como um fator explicativo para os homicídios de jovens: *“Teve o crescimento desordenado com bairros muito populosos. Aqui não existiu um planejamento pra o crescimento e conseqüentemente você não chega às coisas que precisaria: educação, saúde, infraestrutura. Tudo isso, eu acho que contribui sim.”* (Gestor, Petrolina).

As políticas sociais, quando implementadas, também foram mencionadas por gestores e profissionais como um recurso que pode funcionar como proteção. Por outro lado, eles apontam que a sua incipiência amplia a exposição do jovem ao homicídio. Em Lauro de Freitas foram unânimes os relatos de que não há investimentos em políticas sociais direcionadas aos jovens e que nos últimos oito anos alguns programas, inclusive de profissionalização de jovens, foram retirados: *“O jovem está totalmente*

abandonado! As políticas públicas que tinham anteriormente, como o Cadete Mirim, e outras ligadas ao jovem foram deixadas de lado. Escola profissionalizante, se o jovem daqui quiser tem que procurar em Salvador. Se a gente tivesse essa política de utilizar essa questão profissionalizante iria diminuir e muito esse índice no município.” (Profissionais, Lauro de Freitas). Foi também mencionada a ação limitada dos equipamentos de proteção social em função do contingente reduzido de profissionais que atuam no Conselho Tutelar e da ausência de Juiz da Vara da Infância e Juventude. Havia, à época da pesquisa, expectativas de chegada do programa Juventude Viva, financiado pelo Governo Federal. Nos relatos dos jovens a falta de oportunidades de lazer e cultura por meio de projetos sociais aumenta a sua vulnerabilidade: *“O jovem no município de Lauro de Freitas não tem muito o que fazer. Teria que investir mais em lazer e cultura.”* (Jovens, Lauro de Freitas)

Em Petrolina, segundo os gestores e profissionais, foram implementadas políticas e projetos sociais que visam o investimento em espaços públicos que criam uma convivência melhor na cidade por meio de práticas esportivas e de lazer, estimulam a busca de cursos profissionalizantes e procuram incluir também as famílias. Foi mencionado o Núcleo de Prevenção a Crimes que integra a Programa Pacto pela Vida: *“Temos o nosso Núcleo de Prevenção que é uma diretriz do Governo Estadual, através do Pacto pela Vida para esse ano, tentar, é... digamos assim, interceder em cima desses crimes de proximidade [denominação usada pela área de segurança pública para os homicídios], que são crimes mais voltados para a parte social”* (Gestor, Petrolina).

No contexto dos municípios o apelo ao consumo incentivado pela mídia foi mencionado como condição que pode interferir no envolvimento do jovem com o tráfico e com a criminalidade que podem ter seu desfecho em violência e homicídio. *“Ocorre muito daquela coisa da comparação... Um tem, eu não tenho, mas eu tenho o direito. Então, como ele acha que ele tem o direito, pra chegar àquilo que ele não tem,*

aí entra no tráfico de drogas porque chega aquele e dá a ele aquela condição... de ter aquilo, entendeu?” (Profissionais, Lauro de Freitas). Em Petrolina foi muito marcado pelos profissionais e pelos jovens a rapidez de acesso à informação pela internet e mídia com foco no apelo ao consumo e sua influência para situações de violência, entre elas, os homicídios. *“A informação chega muito rápido ao jovem pela internet e mídia. Estimulam, por exemplo, a onda de ter o tênis de marca e, por esse consumismo que a gente acaba sendo obrigado a ter, e a sociedade contribui pra isso. Eu acho que leva a contribuir pra violência.”*(Gestor, Petrolina).

Trajectoria dos jovens vítimas de homicídios: similaridades em distintos contextos

A Morte de Leandro: um desfecho esperado

Leandro vivia em Lauro de Freitas, único filho de Maria e Jorge, foi assassinado com três tiros, aos 19 anos, em 2010. Segundo a esposa Vilma, usava drogas e estava envolvido com tráfico. Quando começou a namorá-la, seus pais já haviam se separado e Leandro morava com a mãe. Com o início do relacionamento, mudou-se para a casa do pai para ficar mais próximo à Vilma. Possuía três irmãos maternos de relacionamentos anteriores. Vilma e Leandro se conheceram na escola, ambos com 14 anos de idade. Ele estudou até a 6ª série: *“parou de estudar porque começou com amizades erradas”*. Vilma e Jorge tentaram estimulá-lo a retomar os estudos, mas não conseguiram convencê-lo. Seu pai sempre o ajudou muito dando apoio e auxílio financeiro.

No período em que se distanciou da escola, Leandro começou a se envolver com amigos da comunidade: *“Esses meninos já estavam no meio errado, se misturando com coisas erradas”*. Começou a usar drogas. Um dos meninos do seu grupo começou uma rixa com outro garoto que residia na mesma rua que Leandro. Diante disso, Leandro teve que optar entre continuar morando com o pai e romper com esses amigos ou mudar para a parte alta da cidade e morar com o grupo. Apesar do apelo da família para que permanecesse na casa do pai, Leandro foi morar com os amigos. Vilma relata que *“foi*

aí que começou toda a agonia porque os outros meninos achavam que ele estava se envolvendo também, que ele estava no meio da guerra”.

Vilma o convenceu a morar com ela e seu irmão e engravidou nesse período, aos 17 anos. Leandro sofreu uma tentativa de homicídio na porta da sua casa. Um homem passou e deu vários tiros em sua direção e na de um amigo, acertando-o na perna. Após esse episódio, em que Vilma estava com 7 meses de gravidez, Leandro mudou-se novamente para a casa da mãe. Começou a trabalhar como ajudante de pedreiro e fazia outros bicos. Vilma conta que ele *“nunca teve um trabalho fixo com carteira assinada”*. A relação com a mãe era amorosa, no entanto, como ela morava na casa do atual marido, *“se sentia pressionada por Leandro estar morando lá, achando que o marido poderia se incomodar com a presença do filho dela”*. Por isso, a mãe estimulava Leandro a construir uma casa para morar com a esposa (Vilma) e o filho que havia nascido recentemente. Vilma foi visitá-los com a criança, 15 dias após o parto. Para Vilma, a pressão da mãe fez com que Leandro voltasse a se relacionar com o grupo de amigos envolvidos no tráfico, retornando a praticar o comércio ilegal de drogas.

No dia de sua morte, por volta de 18 horas, Leandro foi comprar acarajé na parte alta da cidade e fez o mesmo caminho que costumava fazer. Segundo Vilma *“os meninos que eram amigos dele e dominavam aquela área, que ele não mais pertencia, sabiam que ele passava por ali”*. Ao voltar para casa, passou por um terreno baldio e foi assassinado com um tiro na cintura, outro na nuca e o terceiro nas costas. Dois garotos são suspeitos da morte de Leandro: um deles foi preso e depois liberado por falta de provas e o outro era menor de idade e está foragido. O pai acompanha o processo do filho na justiça. Vilma afirma que o motivo do crime foi alguma pendência de negócios, alguma rixa e que a morte de Leandro era um desfecho esperado pelas relações que ele estabelecia com o tráfico e com os grupos que dominavam essa atividade no território.

A Morte de Paulo: *“Foi por causa dessa mulher”*

Paulo era de Petrolina, filho de Amélia e Cesário e foi assassinado com 25 facadas, aos 22 anos, em 2009. Amélia teve dez filhos em três relacionamentos distintos. Seis deles morreram ainda crianças. Quando Paulo nasceu, Amélia tinha 18 anos e estava desempregada. Cesário, também desempregado, tentava se aposentar. Fazia bicos prestando serviços à prefeitura e trocava bastante de trabalho.

Amélia fala que *“até os 21 anos, não tinha o que reclamar do filho”*. Segunda ela, Paulo gostava de fazer amizades, principalmente na escola, com as secretárias e os professores. No entanto, *“dava muito trabalho para estudar”*. Estudou até a 7ª série e depois não quis continuar os estudos. Chegou até a pedir a própria transferência para a diretora da escola. Trabalhava catando tomates e na colheita de manga: *“Mas carteira fichada, ele não tinha”*. Paulo teve um envolvimento com uma mulher que trabalhava na escola e morou com ela em outras cidades.

Amélia conta que Paulo nunca usou drogas, não se envolveu em brigas e ia todo dia a um bar localizado perto de sua casa: *“Ele vivia ali num bar que tinha ali na frente todo dia(...). Não tinha um mês que não acontecesse alguma coisa com ele nesse bar. Nesses bares estão sempre acontecendo as coisas. Eu tinha muito medo de acontecer essas coisas no bar. Passava a noite todinha me levantando para ir olhar se não estava tendo briga, porque ele estava lá”*.

Aos 21 anos Paulo foi morar com Janete na casa da mãe dela. Posteriormente, pediu à Amélia para morar em sua casa, enquanto alugava um apartamento. Pouco tempo depois alugou um ponto de bar e fizeram um quarto neste espaço. Paulo e Janete brigavam muito e se separaram diversas vezes, mas sempre reatavam o relacionamento cerca de 2 meses após as separações. Paulo usava bebida alcoólica em grandes quantidades nesses intervalos. Após o último rompimento que tiveram, Janete pediu para falar com Paulo. Mandou recado pela sua irmã pedindo que ele fosse até a sua casa

e informou que estava grávida. Paulo havia iniciado um namoro com outra pessoa. A cada briga Janete chamava a polícia, mas Paulo nunca teve registro em delegacias.

No dia das mães houve um almoço na casa de Amélia do qual participaram todos os familiares. Após fazer várias ligações por celular, Paulo foi ao encontro de Janete. Demorou a voltar para a casa da mãe, o que despertou a sua preocupação. Durante a noite Amélia foi chamada pela vizinha e uma amiga e, segundo ela, já pressentia a morte do filho: *“Mataram ele”*. Amélia relatou: *“Primeiro, ele furou ela com uma faca. Depois que ele furou, viu o sangue. Pegou a água quente e jogou em cima dele. Meu filho era bem baixinho. Jogou na cabeça dele. Depois saiu correndo, chegou bem aqui perto da prefeitura, ele matou meu filho. Estava na casa que era dele. Ele estava separado dela, mas tinha ido lá. Tinha um ano e quatro meses que o outro vivia com ela nessa casa. O que me doeu mais, foi ele ter furado meu filho todo. Ele deu 25 facadas no meu filho. E era vizinho dele. Só que disse que ela tinha um caso com ele. E eu acho que não era mentira porque ele furou ela e matou meu filho. Depois ele voltou e quebrou tudo que ela tinha em casa”*.

Amélia explica que não esperava a morte de Paulo. Atribui à Janete a culpa pela morte do filho devido ao fato de ela tê-lo chamado até a casa dela: *“Só sei que a morte dele não foi por outra coisa, foi por briga. Foi por causa dessa mulher”*. O assassino foi preso no mesmo dia em que matou Paulo. Pouco tempo depois foi solto pela intervenção de um advogado.

Discussão

A percepção de distintos atores, as trajetórias dos jovens retratadas nas histórias de vida e o conhecimento acerca da dinâmica local dos municípios permitem uma visão contextual de elementos que, em interação, possibilitam uma compreensão mais profunda acerca dos homicídios de jovens. Considera-se que tais percepções, expressas nas falas dos sujeitos trazem diversas vivências, descortinam as relações e interações

sociais por eles estabelecidas, que se dão no âmbito dos municípios estudados, e refletem também a sua subjetividade. Minayo¹⁶ pontua que a fala transmite, por meio de um porta voz - o entrevistado - representações de determinados grupos em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas e, ao mesmo tempo revela as condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos, sendo ela mesma um deles.

Partindo deste entendimento, as drogas e o álcool foram apontados nos dois municípios pelos diferentes atores como elementos explicativos centrais para os homicídios de jovens e se apresentaram de modo transversal a todas as dimensões do modelo ecológico de formas diversas: pelo seu consumo, nas relações de poder estabelecidas entre os jovens no contexto do tráfico, na disputa e domínio do território para o comércio ilegal de substâncias ilícitas, e pela própria presença do tráfico no município. Em Lauro de Freitas a temática das drogas ilícitas foi mais preponderante do que em Petrolina, cidade na qual o uso de álcool foi também mencionado.

Esta percepção dos sujeitos reforça que há cristalizado no imaginário social ideias reducionistas e hegemônicas disseminadas de que as drogas ilícitas e a violência, em especial os homicídios, estão diretamente conectadas, atribuindo-se o aumento da violência nas cidades, unicamente, ao incremento do uso dessas substâncias proibidas e ao narcotráfico.

Já as trajetórias de vida aqui relatadas, apesar de refletirem em parte as percepções dos atores entrevistados, apontam, por meio dos relatos dos familiares, outros elementos tais como privações econômicas, exclusão social, fragilidade de vínculos familiares e sociais, entre outros aspectos que podem não ser percebidos ou mesmo são encobertos pela problemática das drogas.

Reforçando esta concepção, Misse¹⁷ afirma que o consumo e o tráfico de drogas não explicam os homicídios ocorridos em brigas de rua, bares e na vizinhança e nem as

práticas de extermínio, configurando-se como um processo complexo que não deve ser reduzido. Para o autor, a violência cotidiana se alimenta das desigualdades sociais, da privação relativa das populações jovens de baixa renda, do desemprego, da falta de perspectiva para esses jovens, do afrouxamento das regras sociais e do enrijecimento de outras normas que afetam a família, o mercado de trabalho e o próprio indivíduo.

Associada à ‘problemática das drogas’ foi mencionado nos dois municípios que a cor da pele, principalmente a preta, é uma condição que igualmente aumenta a vulnerabilidade dos jovens ao homicídio. Este achado condiz com diversos estudos que apontam que é o jovem negro a vítima preferencial desses eventos^{18,19,20}.

Isto remete à discriminação racial e ao racismo presentes na sociedade brasileira, resultantes de mais de trezentos anos de escravidão e arraigados na cultura que submetem os negros a uma invisibilidade que os vulnerabiliza e os exclui, ao mesmo tempo em que os priva de participação social, de direitos e de cidadania. Estudo afirma que a morte violenta tem cor e são os negros aqueles que mais morrem de forma indigna. As mortes por homicídio trazem então a marca da violência cultural^{21,22} direcionada àqueles que ficam à margem dos processos de desenvolvimento social e econômico, sendo neste sentido ‘marginais’. Tais mortes são supostamente relacionadas às drogas, crime, ilegalidade, justificativas estas que inscrevem o corpo morto em um horizonte de culpabilidade, quase que justificando a morte violenta e, conseqüentemente, a rejeição social e a discriminação²³.

Na dimensão relacional a “família desestruturada”, foi apontada em ambas as cidades como relacionada aos homicídios de jovens. Na visão dos sujeitos, essa composição familiar qualificada como desestruturada se caracteriza pela precária inserção social e econômica, fragilidade dos vínculos parentais, restrita rede de apoio e têm o seu histórico marcado devido à violência, como os assassinatos e prisões. Essas condições e os históricos citados podem ser também observados nas histórias de vida

relatadas e se aproximam dos achados de estudos^{24,25} que apontam que famílias que vivenciam o esgaçamento dos laços familiares com situações de perda e privações materiais, se tornam mais expostas a trajetórias de exclusão e violência. Há ainda, por parte dos entrevistados, uma tendência de culpabilização, dessas famílias pelas situações de violência vivenciadas. No entanto, Silva (2013)²⁴ afirma que em contextos de vulnerabilidade, nos quais a família é comumente responsabilizada pela miséria e abandono de suas crianças, as suas precárias condições de vida ampliam as dificuldades no sentido de prover seus filhos de condições materiais de vida que possam protegê-los da violência.

A violência intrafamiliar e entre parceiros íntimos com desfecho em crimes passionais descortinou-se preponderantemente nas falas dos sujeitos em Petrolina e pode ser visualizada na história de vida de Paulo. Ressalta-se que o contato com a violência intrafamiliar na infância e adolescência pode levar a comportamentos violentos que podem ser reproduzidos na vida adulta²⁴. Ambas as violências referidas remetem às questões culturais de gênero, que se refletem na expressão do machismo, e aos modelos de masculinidade arraigados na região. A hegemonia do modelo de masculinidade baseado na heterossexualidade, na racionalidade e no privilégio de infligir a violência, associado à hipermasculidade, caracterizada pelo seu referencial no ideal de virilidade e por atributos como agressividade, dominação e valorização do perigo, pode levar os homens a agredir as mulheres^{26,27}, tornando necessária uma maior compreensão das dinâmicas dessas relações e seus atravessamentos.

As relações de poder estabelecidas entre os jovens no contexto do tráfico, mencionadas em Lauro de Freitas na dimensão relacional, coloca a violência como instrumento para que esse poder seja exercido no domínio sobre os outros membros do grupo, seus inimigos e do território. Além disso, remete a aspectos subjetivos da

constituição do jovem enquanto sujeito capaz se construir, dominar a sua experiência e produzir as suas escolhas²⁸.

Vale destacar que não necessariamente os grupos de jovens estão relacionados ao tráfico. Há as turmas, comumente chamadas de ‘galera’, que são formadas por jovens que se organizam em torno de uma atividade identitária a exemplo da música, do futebol, ligadas a movimentos sociais ou associadas à igreja, o que também faz parte da constituição de sua identidade. Misse¹⁷ pontua que há inúmeras ‘galeras’ com uma estruturação de grupo que são relativamente organizadas por áreas distintas das cidades, que possuem alguma hierarquia interna e envolvem dezenas de jovens e são identificadas por um nome ou símbolo. Há também outras ‘galeras’ que são constituídas por jovens que efetuam práticas criminosas, tais como roubos, assaltos e o próprio tráfico. Assim, pode-se perceber que há contextos em que a necessidade de afirmação de identidade dos jovens, permeada por tensões e ansiedades próprias da juventude, demanda comportamentos agressivos para reforço de identidade ameaçada, transformando-o em agentes ou vítimas da violência²³.

Na dimensão comunitária, a precariedade da educação pública e da escola foi mencionada como justificativa para o abandono escolar, evidente nas trajetórias de Leandro e Paulo. Esta evasão associada à falta de acesso dos jovens a cursos profissionalizantes tornam imprevisíveis a sua inserção social por meio do trabalho. Neste contexto, os planos de melhorar a escolaridade, muito almejado pelos jovens, na prática, se dá mediante os cursos profissionalizantes oferecidos sob condições que tornam possível ter uma jornada de trabalho exaustiva e estudar, concomitantemente.

Ressalta-se que é na esfera do trabalho que as incertezas presentes na trajetória de vida dos jovens se revelam intensamente e a flexibilização que caracteriza as relações de trabalho no capitalismo contemporâneo faz com que as suas experiências

trabalhistas sejam instáveis e imprevisíveis. Ao superar a dificuldade em obter o primeiro emprego, pela falta de experiência requerida e escassez de vagas no mercado formal, o jovem é, muitas vezes, inserido de forma precária, sofre com a informalidade e com as baixas remunerações. Para aqueles de classes sociais menos favorecidas esses mecanismos alimentam um ciclo de desproteção social ^{29,1}. Assim, diante desse contexto de instabilidade e incerteza, o jovem passa a vislumbrar oportunidades na inserção no mercado de trabalho informal ou mesmo em atividades ilegais.

A disputa de território e a violência armada nas comunidades, conforme enfatizado em Lauro de Freitas, se dão pela necessidade do tráfico de dominar o mercado de venda de drogas e por conflitos internos entre grupos rivais e entre estes grupos e a polícia. Tais confrontos são viabilizados pelo acesso facilitado às armas de fogo e cerceam, mediante a sensação de medo, a mobilidade dos jovens no território, conforme pode ser observado na história de Leandro. É importante ressaltar que, nesse

contexto, a violência se estabelece como um recurso para regular e manter o domínio do território para a venda a varejo de substâncias ilícitas, bem como para o enfrentamento ao tráfico e retomada desses mesmos territórios por parte das forças policiais.

Na busca por uma identidade social e autoafirmação que lhes resgate da invisibilidade social a que são fadados, os jovens demonstram interesse pelas armas de fogo considerando-as como instrumentos que lhes atribuem poder, status e reconhecimento no território em que vivem, auxiliando a recuperar a sua visibilidade enquanto sujeitos³⁰.

Nesse bojo também está presente a exposição do jovem à violência policial legitimada pelo Estado, durante as incursões desses agentes nos territórios. Essas ações focadas na repressão também contribuem para o incremento das mortes de jovens por homicídio e devem ser consideradas na abordagem da vitimização desses jovens. Além

disso, aponta para a ineficiência das políticas de segurança pública vigentes. Foi possível perceber nos relatos que quando essas ações estão de alguma forma, relacionadas ao combate às drogas e são direcionadas a jovens, negros de classes menos favorecidas, os direitos humanos são constantemente violados e a violência utilizada, bem como as possíveis mortes, são naturalizadas. Alarcon¹⁸ afirma que, principalmente no contexto dos jovens pobres, as ações do poder público são restritas, violentas e indicam a distribuição cultural e historicamente racista do que a sociedade entende por direitos humanos.

Neste contexto, Arendt³¹ pontua que a violência assume um caráter instrumental na medida em que sua utilização é regida pela categoria meio/objetivo e precisa ser justificada para atingir um determinado fim. A autora afirma ainda que os governos usam determinadas políticas e empregam o poder que possuem para alcançar objetivos específicos e manter, para além destes, a estrutura do poder.

Atrelado a isso, a formação militarizada do policial fundamentada na hierarquia e na disciplina e reforçada durante a ditadura militar, minimiza a crítica desses profissionais sobre a sua prática cotidiana no âmbito da segurança pública em um contexto democrático. Reforçando essa concepção, Muniz³² pontua que a instituição policial precisa refletir sobre a hierarquização, uma vez que durante o exercício de atividades ostensivas, os policiais estão expostos a situações que requerem rapidez na resolução e não podem simplesmente ser abordadas através de técnicas tradicionais de adestramento militar. Fortalecendo a necessidade de controle social e democratização da polícia, Cano³³ afirma que as forças policiais precisam ser submetidas ao controle da sociedade. Do contrário, ela poderá perseguir seus próprios objetivos que, nem sempre serão condizentes com os dos cidadãos.

No que se refere à dimensão social, o crescimento rápido e desordenado das cidades parece ter aprofundado as desigualdades sociais e ocasionado a segregação

social, tanto em Lauro de Freitas como em Petrolina. Considera-se que a segregação é a manifestação espacial urbana mais importante da desigualdade que caracteriza a nossa sociedade³⁴. Nesses espaços, em que a segregação social é evidente, a população a eles adscrita sofre com a constante violação de direitos humanos e exclusão dos processos de desenvolvimento econômico e social.

No que toca às políticas sociais, observa-se que há entre os municípios diferenças marcantes. Em Lauro de Freitas se destaca a ausência de políticas e projetos sociais que viabilizem a proteção, inclusão e participação social de jovens e garantam seu acesso a atividades de cultura e lazer. Já em Petrolina, há investimentos em políticas de inclusão, principalmente, por meio da profissionalização de jovens para a inserção no mundo do trabalho. Há esforços do setor de segurança pública no sentido de implementar programas direcionados à redução dos crimes contra a vida. No entanto, não é possível afirmar que tais políticas incidiram sobre a redução das taxas de homicídios de jovens fazendo-se necessária a avaliação do impacto destas sobre esses índices de mortalidade.

Ressalta-se que intervenções sociais, por meio de políticas públicas efetivas e inclusivas, são de extrema importância para estabelecer mudanças no padrão das taxas de homicídios de jovens. Assim, os processos históricos de criminalidade e excesso de homicídios podem ser modificados quando se une esforços a favor da vida e da inclusão social³⁵.

Nos dois municípios o apelo ao consumo, amplificado e atualizado pela mídia, parece intensificar o campo de tensão entre os jovens que não possuem meios para acessar os bens de consumo e se mostram impotentes a esse apelo. Wasum³⁶ pontua que os jovens preferem e são felizes quando conseguem participar da sociedade de consumo. Ao mesmo tempo, há o empobrecimento das possibilidades de pensamento e sonhos desses jovens que acabam tendo o consumo como uma meta a alcançar.

Associado a isto, a precária inserção desses jovens no mundo do trabalho os leva, muitas vezes, ao endividamento na compra desses bens e serviços³⁷ ou mesmo ao uso do dinheiro do tráfico para tal e acabam sendo mortos.

Conclusão

Do ponto de vista metodológico, a articulação entre as perspectivas dos diferentes atores sociais e os relatos das trajetórias de vida dos jovens vítimas de homicídio, operacionalizadas e analisadas por meio do Modelo Ecológico, permitem uma compreensão mais complexa dos contextos nos quais essas mortes ocorrem. Como limites pode-se apontar a impossibilidade de generalização dos achados desta pesquisa, uma vez que os municípios possuem dinâmicas sociais, políticas, culturais e contextuais peculiares, embora também apresentem similaridades com outras cidades do país. Além desta, há ainda a dificuldade de se entender como as articulações entre os diferentes níveis – individual, relacional, comunitário e social -, bem como a forma com que as diferentes condições descortinadas nessa pesquisa se dão.

Assim como os contextos de Lauro de Freitas e Petrolina se reproduzem, com semelhanças e singularidades, em outras cidades do país e em outras realidades, assim também ocorre com as trajetórias de vida de inúmeros Paulos e Leandros que pertencem à fileira de jovens que perdem suas vidas em episódios tão ou ainda mais violentos do que os aqui mostrados.

Estes jovens estão imersos em contextos nos quais se manifestam distintas violências. A violência estrutural que submete os jovens a situações de extrema desigualdade e exclusão pela falta de acesso à escola, educação de qualidade e profissionalização, o que os impede de integrar-se ao mercado de trabalho formal possibilitando a sua inserção no mercado informal, em situações de subemprego ou mesmo a ociosidade. Neste contexto, o narcotráfico se apresenta ao jovem como uma oportunidade de inclusão tanto no sentido de configurar-se como trabalho, como pela

possibilidade de produção de renda que os inclui em uma sociedade na qual predominam os padrões de consumo capitalista. Ao mesmo tempo, cria a imagem do inimigo que deve ser combatido em cenários semelhantes aos vivenciados nas guerras. Não cabe, portanto, reduzir a violência dos quais esses jovens são vítimas e autores unicamente à questão da droga. Suas vidas são permeadas pela violência interpessoal na qual os conflitos entre os grupos jovens, entre estes grupos e a polícia e nos espaços comunitários são uma experiência cotidiana. Inscritas nesta realidade violenta, as famílias vivenciam a violência intrafamiliar e entre parceiros íntimos que, no imaginário social, por ser considerada ‘esfera privada’ não há espaço para intervenções externas. Assim, imersas na violência cultural expressa, nesta pesquisa, nas relações desiguais de gênero e no racismo expõem-se à possibilidade de desfecho dos episódios violentos em crimes passionais.

Ressalta-se que é inerente ao jovem a necessidade de afirmação de sua identidade e de sua construção enquanto sujeito reconhecido socialmente. Na juventude é também característico o imediatismo na busca de realização dos próprios sonhos. Para os jovens pertencentes às classes médias e altas, as dificuldades encontradas para concretizar os sonhos podem adiá-los, no entanto estes são instrumentalizados para buscá-los. No caso dos jovens das classes menos favorecidas, a possibilidade de concretização do sonho nem sempre é vislumbrada e nessa busca, em alguns casos, as suas trajetórias de vida são alteradas por meio da adesão a transgressões que, além de representar inclusão social, identidade e visibilidade, viabilizam o alcance de sonhos.

Por fim, destaca-se que é urgente criar, para o jovem, espaços de escuta e participação comunitária, construir redes de apoio social que se comuniquem e se fortaleçam ao longo do tempo e conceber políticas sociais efetivas de inclusão e direcionadas aos jovens visando consolidar a sua cidadania e protegê-los das mortes violentas.

Referências

1. Ruotti C, Massa VC, Peres MFT. Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens. *Interface – Comunic., Saude, Educ.* 2011; 15(37):377-89.
2. Cano I, Santos N. *Violência letal, renda e desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras; 2007.
3. Becker HS. Nobel Lecture: The economic way of looking at behavior. *Journal of Political Economy*. 1968;76:169-217.
4. Davies JC. Toward a theory of revolution. *American Sociological Review*. 1962;77.
5. Viano EC. Homicídio: uma perspectiva vitimológica. In: Cruz MVG, Batitucci EC. *Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 105-124.
6. Wolfgang, M. *Patterns in criminal homicide*. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 1958.
7. Andrade SM, Soares DA, Souza RKT, Matsuo T, Souza HD. Homicídios de homens de quinze a 29 anos e fatores relacionados no estado do Paraná, de 2002 a 2004. *Ciênc. Saúde Coletiv*. 2011;6(Supl.1):1281-88.
8. Reichenheim ME, Souza ER, Moraes CL, Mello Jorge MH, Silva CMFP, Minayo MCS. Violence and injuries in Brazil: the effect, progress made, and challenges ahead. *The Lancet*. 2011; 377(9781):1962-75.
9. Zaluar A. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. *RBCS*. 2009; 24(71):9-22.

10. Organização Mundial de Saúde. *Relatório Mundial sobre violência e saúde*. Genebra: 2002.
11. Brofenbrenner U. *La ecologia del desarrollo humano*. Espanha: Paidós;1987.
12. Luhmann N. System as difference. *Organization*. 2006; 1(3):37-57.
13. Yin RK. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.
14. Bertaux D. L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. 1980;69:197-225.
15. Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Editora HUCITEC; 2006.
16. Minayo MCS, Sanches O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade. *Cad. Saúde Pública* 1993; 9(3): 239-62.
17. Misse, M. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris; 2011.
18. Souza ER, Gomes R, Silva JG, Correia BSC, Silva MMA. Morbimortalidade de homens jovens brasileiros por agressão: expressão dos diferenciais de gênero. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2012; 17(12): p. 3243-48.
19. Souza ER, Melo AN, Silva JG, Franco SA, Alazraqui M, González-Perez GJ. Estudo multicêntrico da mortalidade por homicídios em países da América Latina. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2012; 17(12):3183-93.
20. Waiselfisz JJ. *Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari; 2011.
21. Minayo MCS. Inequality, violence and ecology in Brasil. *Cad. Saúde Pública* 1994; 15(1): 241-50.

22. Minayo MCS. Conceitos, teorias e tipologias da violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: Njaine K, Assis SG, Constantino P, organizadores. *Impactos da violência na saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2009. p. 21-42.
23. Santos ABS, Coelho TCB, Araújo EM. Identificação racial e a produção da informação em saúde. *Interface – Comunic., Saude, Educ.* 2013; 17(45):341-45.
24. Silva JG, Valadares FC, Souza ER. O desafio de compreender a consequência fatal da violência em dois municípios brasileiros. *Interface – Comunic., Saude, Educ.* 2013; 17(46):535-47.
25. Carinhanha JI, Penn LHG. Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em situação de abrigo. *Texto e Contexto – Enfermagem* 2012; 21(1):68-76.
26. Nascimento EF, Gomes R, Rebello LEFS. Violência é coisa de homem? A “naturalização” da violência nas falas dos homens jovens. *Ciênc. Saúde Coletiva* 2009; 14(4): 1151-57.
27. Zaluar A. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. *RBCS* 2009; 4(71): 09-24.
28. Wiewiorka M. Violência hoje. *Ciênc. Saúde Coletiva* 2007; 11(Supl. 1): 1147-53.
29. Latchim SAF, Soares CB. valores atribuídos ao trabalho e expectativa de futuro: como os jovens se posicionam? *Trab. Educ. Saúde*. 2011;9(2):277-93.
30. Meirelles ZV, Minayo Gomez C. Rompendo com a criminalidade: saída de jovens do tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2009;14(5):1797-1805.
31. Arendt H. *Da violência*; 1970.

32. Muniz JO. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. *Security and Defense Studies. Review*. 2001;(1):177-98.
33. Cano I. Controle externo de polícia no Brasil. *Revista MPD Dialógico*. 2011; Ano VII(32):24-5.
34. Villaça F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*. 2011;25(71):37-58.
35. Minayo MCS, Constantino P. Visão ecossistêmica do homicídio. *Ciênc. Saúde Coletiv*. 2012;17(12):3269-77.
36. Wasum TV. A Sociedade de consumo e os adolescentes: uma visão sobre as relações escolares frente à sociedade de consumo. *Revista Thema*. 2012;9(12):1-15.
37. Telles VS. Mutações do trabalho e experiência humana. *Tempo Soc*. 2006;18(1):173-95.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo possibilitou uma compreensão mais complexa em uma perspectiva comparativa acerca dos homicídios na população geral, executado em Paulista/PE e Jaraguá do Sul/SC, e entre os jovens, efetuado em Lauro de Freitas/BA e Petrolina/PE, destacando-se a perspectiva comparativa realizada entre eles. Ao adotar o Modelo Ecológico, que propõe uma visão sistêmica das dimensões individuais, relacionais, comunitárias e sociais, foi possível construir, a partir dos dados demográficos, socioeconômicos e epidemiológicos, da percepção dos distintos atores e da história de vida de jovens vítimas de homicídio, um melhor entendimento acerca das condições que tais dimensões revelaram e que podem de influenciar as taxas de homicídios nos municípios estudados.

Cada um desses municípios foi considerado, de acordo Minayo e Constantino⁸¹, como um sistema social que influencia e é influenciado pela subjetividade dos atores e relacionado ao contexto externo, denominado caso. Ao se trabalhar com as percepções de diferentes atores sociais, em um dado recorte da realidade e em um determinado momento, traz-se a tona suas visões de mundo e sobre a extrema violência que se revela nos homicídios de jovens. Wieviorka¹⁴ reforça que assim como a violência se modifica, as representações sobre esse fenômeno também mudam. O autor afirma que esforços são realizados para converter a violência em cifras por meio das estatísticas de crimes, de delinquência e de motins com a ideia de apresentá-la de forma objetiva. No entanto, considera que a violência é altamente subjetiva uma vez que é aquilo que em um dado momento uma pessoa, um grupo, uma sociedade considera como tal.

Sob a perspectiva da triangulação percebe-se que tanto para a população geral quanto para os jovens, dentre as cidades aqui estudadas, as mais elevadas taxas de homicídio estão situadas nas regiões metropolitanas das grandes cidades do Nordeste do Brasil. Em Paulista/PE, região metropolitana de Recife, houve intensa industrialização e fluxo imigratório. Nos anos de 1980 a 1990, enfrentou uma forte crise econômica que acarretou a posterior desindustrialização, o que se refletiu nas elevadas taxas de desemprego da população. Em Lauro de Freitas/BA, o desenvolvimento se deu por meio do turismo ecológico e cultural que acarretou urbanização e crescimento desordenado, atraiu grandes empreendimentos, intensa especulação imobiliária e criou, em torno dessa atividade econômica, um comércio que gera oportunidades temporárias de trabalho. Já em Petrolina/PE, localizada na mesorregião do São Francisco, a fruticultura irrigada, sua principal atividade econômica, trouxe desenvolvimento para a cidade o que ampliou a oferta de bens e serviços e acarretou intenso movimento de imigração. Os

processos de desenvolvimento dessas cidades podem ter influenciado no comportamento das suas taxas de homicídios.

No que se refere aos dados socioeconômicos e demográficos, algumas semelhanças aproximam Paulista/PE e Lauro de Freitas/BA. Essas cidades apresentam a maior concentração de jovens, taxas de desemprego mais elevadas e predominância da inserção da população no mercado de trabalho informal. Ressalta-se que no caso de Lauro de Freitas/BA e Petrolina/PE essas características relacionam-se especificamente à população jovem de 15 a 29 anos. Acresce-se ainda o fato de que no estudo feito em Paulista/PE e Jaraguá do Sul/SC sobre os homicídios na população geral, os relatos dos sujeitos entrevistados apontam que são os jovens desses municípios aqueles que vivenciam mais intensamente as condições locais que ampliam ou reduzem a sua vulnerabilidade aos homicídios.

Entre os municípios do Nordeste, Lauro de Freitas/BA se destaca como aquele com as melhores condições sociais, econômicas e mais intensa urbanização. Apresentou o IDH mais elevado em 2010 (Lauro de Freitas/BA: 0,75; Paulista/PE: 0,73; Petrolina/PE: 0,69). Por outro lado, considerando-se o Índice de Gini, revelou-se como o município em que são igualmente maiores, as desigualdades sociais (Lauro de Freitas/BA: 0,65; Petrolina/PE: 0,62; Paulista/PE: 0,50), embora todos eles tenham se mostrado bastantes desiguais.

Esses indicadores apontam que o desenvolvimento alcançado em Lauro de Freitas/BA, pelo turismo ecológico e cultural, e em Petrolina/PE, pela fruticultura irrigada, elevou o IDH das cidades, no entanto não contribuiu para reduzir as desigualdades sociais. Esses achados coincidem com os avanços sociais alcançados pelo Brasil nas últimas décadas que igualmente ainda não foram capazes de reduzir tais desigualdades. No caso particular de Paulista/PE a crise econômica vivenciada entre os anos de 1980 e 1990 provocou o fechamento das fábricas e, à época da realização da pesquisa, a população da cidade ainda sofria com o desemprego gerado pelo processo de desindustrialização que, por sua vez, pode ter influenciado no aprofundamento das desigualdades sociais, pobreza e nas taxas de homicídios.

Os indicadores dos Estados do Nordeste aqui mostrados – Bahia e Pernambuco – refletem características regionais marcantes: alta concentração de jovens na população, elevada proporção desse grupo sem instrução ou com baixa escolaridade, altas taxas de desemprego em maiores de 16 anos e elevado engajamento de jovens no mercado informal com rendimento inferior aos municípios analisados.

Jaraguá do Sul/SC, situado na região metropolitana de Joinville, possui um histórico de maior diversificação da sua produção industrial baseada, inicialmente, no engenho de açúcar, serraria e olaria e, mais tarde, nas atividades da indústria alimentícia. Registrou, durante a década de 1890, forte fluxo de imigrantes estrangeiros. A diversificação da sua economia possibilitou a superação da crise econômica brasileira que emergiu com o fim do milagre econômico dos anos 1960. Destaca-se dentre os municípios aqui estudados por apresentar melhor IDH (0,80) e melhor Índice de Gini (0,43), melhores condições materiais de vida, maior estabilidade econômica e menores taxas de analfabetismo e de desemprego em maiores de 15 e 16 anos, respectivamente.

O recorte dos municípios brasileiros abordados remetem às diferenças regionais relacionadas ao desenvolvimento social e econômico presentes, historicamente, no Brasil. Ressalta-se que tais disparidades também se refletem nos índices de criminalidade e nas taxas de homicídios de jovens de 15 a 29 anos que se mostraram mais elevadas no Nordeste (72,9/100.000), seguido pelo Norte (69,8), Centro Oeste (58,6), Sul (47,1) e Sudeste (39,5) em 2010. Nesse mesmo ano, a taxa brasileira correspondeu a 54,4/100.000 habitantes.

Kahn (2013)⁸⁰ aponta que, o acelerado crescimento social e econômico que ocorreu no Brasil na última década produziu impactos diferenciados sobre a criminalidade no país, em decorrência do contexto socioeconômico prévio das suas diferentes regiões. O autor afirma que, por volta do ano 2000, o Brasil poderia ser dividido de acordo com o perfil socioeconômico dos Estados, em duas grandes regiões. No primeiro grupo predominam os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste nos quais são precárias as condições de saneamento, os índices de analfabetismo são elevados, assim como são mais baixos a renda média em reais, o Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita* e o comércio varejista é menos desenvolvido. Já no segundo grupo, composto pelos Estados do Sul e Sudeste, há uma alta cobertura da rede de esgoto, a proporção de analfabetos na população é reduzida, o comércio é mais desenvolvido e os indicadores econômicos, anteriormente citados, são mais elevados. Kahn⁸² reforça que a renda e a atividade econômica em ambos os grupos cresceram nos últimos anos, no entanto as disparidades continuam sendo significativas entre as regiões. Ressalta-se que esta análise reflete os achados desta pesquisa que indicam que, dentre os municípios estudados, Jaraguá de Sul/SC, situada no Sul do país, apresenta os melhores indicadores socioeconômicos e as menores taxas de homicídios na população geral, ao contrário dos municípios do Nordeste.

Chama a atenção a intensidade com que essas mortes violentas atingem os jovens em Lauro de Freitas. A taxa de mortalidade de jovens por homicídios nesse município aumentou 1.660% entre 1990 e 2010 (1990: 15,0/100.000 habitantes; 2010: 264/100.00 habitantes), apresentou seu pico no ano de 2009 (268/100.00 habitantes) e declinou discretamente no último ano da série. Já em Petrolina as TMH de jovens apresentaram redução de 7,14% no período estudado e mostraram oscilações ao longo da série. O pico desse índice no município foi alcançado em 1995 (117,0/100.000 habitantes) e o declínio progressivo se deu entre 2006 (94/100 habitantes) e 2009 (45/100.000 habitantes).

O comportamento dessas taxas pode ser melhor compreendido ao se observar o contexto local dos municípios, uma vez que este parece influenciar na dinâmica desses eventos. O caso de Paulista/PE apresenta algumas condições que são comuns e espelham o contexto de Lauro de Freitas/BA e, em parte, o de Petrolina/PE auxiliando nesse entendimento.

Entre os resultados encontrados neste estudo o tema das drogas foi apontado como a causa principal para a ocorrência de homicídios, tanto na população geral em Paulista/PE, como entre os jovens em Lauro de Freitas/BA e Petrolina/PE, configurando-se, na percepção dos entrevistados, como o principal problema a ser enfrentado. A intensidade com que as drogas se constituem como elemento explicativo central para as mortes violentas dos jovens nesses municípios pode ser compreendida na medida em que esta temática é mencionada em todas as dimensões do modelo ecológico. Na dimensão individual revelou-se pelo consumo de drogas; na dimensão relacional expressou-se pelas relações de poder estabelecidas entre os jovens no contexto do tráfico; na dimensão comunitária manifestou-se na disputa e domínio do território para o comércio ilegal de drogas que desencadeia conflitos armados na comunidade e a própria violência policial nas tentativas de retomada desses territórios e enfrentamento ao uso e ao comércio ilegal dessas substâncias; e na dimensão social, pela própria presença do tráfico nos municípios. Esse cenário foi bastante marcante em Lauro de Freitas e revelou-se na história de vida de Leandro.

Neste contexto se faz necessário destacar que o consumo e o tráfico de drogas e o seu enfrentamento se configuram como uma questão internacional que se reflete nos contextos locais dos municípios estudados e no Brasil como um todo. Ressalta-se que a produção e o comércio de drogas não são em si mesmas atividades violentas. É a proibição em torno dessas substâncias que cria situações de conflitos entre os vendedores de drogas na disputa pela manutenção do território e entre esses e a polícia

no combate ao uso e ao comércio varejista tendo suas ações repressivas legitimadas pelas políticas antidrogas e pela própria sociedade.

Nesse contexto, Arendt⁸³ destaca o caráter instrumental da violência uma vez que sua utilização é regida pela categoria meio/objetivo e precisa ser justificada para atingir um determinado fim. No entanto, essa autora reforça que a utilização da violência pode ser justificada, mas nunca legitimada. A autora afirma ainda que o uso de determinadas políticas pelos governos e o emprego do poder que os governantes possuem tem por meta alcançar objetivos específicos e manter, para além desses, a estrutura do poder.

Neste sentido, faz-se necessária a compreensão de que as drogas, historicamente presentes na sociedade, não podem ser consideradas como o problema central a ser enfrentado por meio da implantação e implementação de políticas de segurança pública que consideram o comerciante a causa principal da criminalidade. Essa abordagem possibilita justificar o uso da violência como um meio para o almejado alcance de uma sociedade sem drogas. Assim, faz-se necessário ampliar a discussão envolvendo as conexões complexas estabelecidas entre o consumo e o tráfico com os contextos sociais, políticos, econômicos e individuais.

A percepção cristalizada dos sujeitos de que os homicídios na população geral e entre os jovens são ocasionados pelo consumo de drogas ilícitas e pelo narcotráfico, é reforçada pela mídia e justifica as ações repressivas de segurança pública. Além disso, oculta outras questões bastante complexas que se revelam no estudo sobre os homicídios de jovens, tais como o consumo do álcool e o racismo, mencionados entre as dimensões individuais em Lauro de Freitas/BA e Petrolina/PE.

Reforçando esta concepção, Misse⁸⁴ pontua que as explicações para a violência cotidiana não podem ser reduzidas ao consumo e ao mercado ilegal de drogas uma vez que estes não explicam os homicídios que decorrem das brigas de rua, bares e na vizinhança e nem as práticas de extermínio, configurando-se como um processo complexo que não deve ser simplificado. Para o autor, essa violência é alimentada pelo desemprego, pela falta de perspectiva para os jovens, pela privação relativa das populações jovens de baixa renda e pelas desigualdades sociais. Acresce-se a estes motivos tanto o afrouxamento das regras sociais e como o enrijecimento de outras normas que afetam a família, o mercado de trabalho e o próprio indivíduo.

O consumo de álcool, que em Petrolina/PE foi relevante nas falas dos entrevistados e pode ser percebida no relato da história de vida de Paulo, aponta para o fato de que no Brasil prevalece o consumo de drogas legalizadas, dentre as quais o

álcool, o tabaco e os calmantes são as substâncias que provocam maior dano por abuso ou uso indevido. O II Levantamento Nacional sobre o padrão de consumo de álcool no Brasil mostra que 52% da população consome bebida alcoólica e destes, 16% fazem uso abusivo ou são dependentes de álcool⁸⁵. Além disso, dentre todas as drogas, é o álcool a única que possui intensa relação com diferentes práticas violentas, tais como homicídios e violência doméstica⁸⁶. Ressalta-se neste contexto que a ingestão de bebida alcoólica é aceita e incentivada pela mídia, que a divulga como representação de bem estar e status social. Essa postura de aceitação e naturalização do uso do álcool, que foi incorporada à cultura, dificulta ou mesmo impede que essa substância seja reconhecida como uma droga com potencial nocivo igual ou maior a qualquer outra droga ilícita.

Ainda entre as dimensões individuais a cor da pele, principalmente a preta, foi identificada como uma condição que amplifica a vulnerabilidade dos jovens ao homicídio. Ressalta-se que a questão racial não foi mencionada pelos participantes do estudo sobre homicídio na população geral, em Paulista/PE e Jaraguá do Sul/SC⁸⁷, o que pode indicar que quando se refere aos jovens esse atributo se torna mais evidente. A percepção de que os jovens negros são vítimas preferenciais dos homicídios coincide com diversos estudos^{88,89} remete à cultura racista, ainda muito marcante no Brasil, que se expressa na sociedade mediante a discriminação, estereótipos raciais e preconceito em relação aos negros. Por sua vez, a discriminação racial caracteriza-se por qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências que se fundamentam na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica⁹⁰.

Vale ressaltar que o racismo acentua as situações de exclusão social e econômica dessa parcela da população e que nem sempre as manifestações discriminatórias ocorrem de forma explícita, o que dificulta a identificação dessas práticas, tanto por suas vítimas como por seus autores. Esta invisibilidade acaba por expor negros a situações de violência das mais veladas às mais extremas, podendo expressar-se nos homicídios. Domingues *et al.*,⁹¹ pontuam que a dificuldade em se perceber a discriminação racial pode ser, em parte, atribuída ao mito da democracia racial que camufla as expressões de racismo fazendo com que as relações entre os distintos grupos raciais pareçam harmoniosas e subentendendo que, no Brasil, o racismo é inexistente, o que sustenta a reprodução histórica das relações desiguais de raça.

Na dimensão relacional as famílias qualificadas pelos entrevistados como “desequilibradas” foram, muitas vezes, apontadas como responsáveis pelo

envolvimento de seus filhos com a violência letal em Lauro de Freitas/BA, Petrolina/PE e Paulista/PE. Ao se verificar a renda per capita média em reais desses municípios, no ano de 2010, percebem-se as semelhanças entre os valores mais baixos encontrados em Petrolina/PE (R\$584,31) e Paulista/PE (R\$507,98) e mais elevados em Lauro de Freitas (R\$998,63) e Jaraguá do Sul/SC (R\$1.091,86). Nesses últimos, os valores se mostram curiosamente similares e superiores à renda do Brasil (R\$767,02). Quanto ao rendimento mensal médio de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, estes se mostram mais elevados em Lauro de Freitas/BA (R\$713,41) que em Petrolina/PE (R\$592,46). No Brasil o rendimento mensal médio neste grupo etário corresponde a R\$731,61.

As semelhanças entre renda per capita média e o rendimento mensal dos jovens em Lauro de Freitas/BA e Jaraguá do Sul/SC se mostram insuficientes para explicar os contextos locais nos quais vivem as famílias nessas cidades. Em Lauro de Freitas/BA e Petrolina/PE as famílias vivem em situações de vulnerabilidade social caracterizadas por diferentes privações. Em ambos os municípios, mas especialmente em Lauro de Freitas/BA, foi relatada a fragilidade das redes de apoio social às famílias. Assim, as distintas privações associadas à escassez de apoio social, impedem que essas famílias em situação de vulnerabilidade possam oferecer condições sociais e materiais de vida para que seus filhos sejam protegidos da violência, o que também foi identificado em Paulista/PE. Já em Jaraguá do Sul/SC, as relações familiares, na visão dos entrevistados, foram caracterizadas pelos vínculos sólidos, se dão em contextos de melhores condições materiais de vida e são apontadas como o principal meio de socialização e lazer, o que a qualifica como protetora em relação ao envolvimento com a violência e, em particular, com os homicídios. Esses achados reforçam que em famílias nas quais os laços afetivos são esgaçados, que vivem em situações múltiplas de privação e instabilidade econômica e que, ao mesmo tempo são desassistidas pelas políticas públicas se percebem incapazes de responder às necessidades de seus membros⁹² e, nessa arena, a violência letal entre jovens encontra um terreno fértil para se manifestar.

Considerando-se a evolução das taxas de mortalidade de jovens entre os sexos e grupos etários, verifica-se que em Lauro de Freitas estas aumentaram em todos os estratos e em ambos os sexos. Em 2010, houve um aumento importante entre os homens de 20 a 24 anos (643,5/100.000 habitantes) configurando-se no grupo que mais morre por homicídio, seguidos pelo de 15 a 19 anos (509/100.000 habitantes) e pelos 25 a 29 anos (379/100.000). Apesar de mostrarem TMH bem inferiores às dos homens, as mulheres de 20 a 24 anos (37,5/100.000 hab.) e de 25 a 29 anos (33,4/100.000 hab.) se destacaram entre as maiores taxas em 2010.

Em Petrolina, comparando-se o início e o final do período percebe-se uma redução das TMH entre os homens de 20 a 24 anos (1990: 122,0; 2010; 115,2) e de 15 a 19 anos (1990: 108,7; 2010; 41,7). Entre os jovens de 25 e 29 anos a taxa praticamente dobrou (1990: 71,8; 2010; 140,6). No sexo feminino, houve decréscimo nas TMH nos três grupos etários, sendo as jovens de 15 a 19 anos (13,5) as mais vitimizadas em todo o período.

Essa diferenciação dos índices de homicídios entre os sexos revela a sobremortalidade dos homens jovens, apontada em diversos estudos (Souza et al. 2012)⁸⁶; (Souza et al., 2012)⁸⁵, e remete aos modelos culturais de gênero que marcam distinções entre os homicídios de homens e de mulheres. Meneguel *et al.*,⁹³ pontua que as mortes violentas de mulheres que envolvem conflitos de gênero, definidos como femicídios, e que são perpetradas por parceiros íntimos representam uma taxa elevada desses óbitos em todas as regiões do mundo.

Ressalta-se que nesta pesquisa os gestores e profissionais apontaram, na dimensão relacional, que a vivência de violência intrafamiliar e entre parceiros íntimos configura-se como favorável a ocorrência de homicídios. Estas manifestações violentas foram indicadas na pesquisa sobre os homicídios de jovens e na população geral, sendo mais enfatizadas em Petrolina/PE, Paulista/PE e Jaraguá do Sul/SC, o que denota que se faz necessário intervir sobre o padrão cultural machista, marcante, tanto na região Nordeste quanto no Sul do Brasil. Corroborando esta afirmação Souza *et al.*,⁸⁹ pontuam que, sobretudo no Nordeste a cultura machista é profundamente arraigada e permanece como estruturante da virilidade masculina e da cultura de gênero.

Em Lauro de Freitas, apesar das taxas de mortalidade de mulheres serem bem superiores às de Petrolina/PE, a violência intrafamiliar e entre parceiros íntimos, foi relatada com menor ênfase pelos participantes da pesquisa. Isso pode ser atribuído à intensidade com que a violência interpessoal, expressa nos altos índices de mortes entre homens jovens, se manifesta no município.

Neste contexto, ainda na dimensão relacional, revelaram-se as relações de poder estabelecidas entre os jovens. Tais relações acontecem no contexto do tráfico de drogas no qual o jovem busca a sua autoafirmação perante o seu grupo e os demais grupos, além de garantir o domínio sobre o território. A necessidade de autoafirmação e de construção de uma identidade é inerente à juventude e envolve aspectos subjetivos da constituição do jovem enquanto sujeito capaz se construir, dominar a sua experiência e produzir as suas escolhas¹⁴.

Ressalta-se que nem todos os grupos de jovens estão associados ao narcotráfico. A pertença a grupos é parte do processo de constituição da identidade do jovem que se integram em turmas, comumente chamadas de ‘galera’, que se organizam em torno de uma atividade identitária tais como a música, o futebol, os movimentos sociais ou mesmo a igreja. Misse⁸⁴ afirma que há inúmeras ‘galeras’ e que estas possuem uma estruturação de grupo que são relativamente territorializadas, que possuem alguma hierarquia interna e envolvem dezenas de jovens. Além disso, são identificadas por um nome ou símbolo. Por outro lado, há também ‘galeras’ são constituídas por jovens que efetuam delitos, tais como roubos, assaltos e o próprio tráfico e podem produzir, no âmbito de seus conflitos internos, lesões graves e mortes. Assim, situações nas quais a constituição do jovem enquanto sujeito e a sua afirmação de identidade estão ameaçadas, pelas próprias tensões e ansiedades da juventude, podem demandar comportamentos agressivos para reforço dessa identidade ameaçada, transformando-o em agentes ou vítimas da violência⁹⁴.

O tráfico de drogas traz em seu contexto, além da constituição de poder entre os jovens, a exposição a outras situações de vulnerabilidade relatadas pelos sujeitos na dimensão comunitária: a disputa de território, a violência armada e a violência policial.

A disputa de território associada à vivência de violência armada na comunidade foi enfaticamente relatada pelos jovens de Lauro de Freitas/BA. Estas ocorrem por dois motivos principais: pela necessidade dos grupos de narcotraficantes de dominar o mercado de venda de drogas e pelos conflitos internos entre grupos rivais e entre estes grupos e a polícia. Tais confrontos são facilitados pelo acesso às armas de fogo e cerceam, mediante a sensação de medo, a mobilidade dos jovens no território, conforme pode ser observado na história de Leandro. O estudo quantitativo também reforça essas características contextuais uma vez que revela que são as armas de fogo os instrumentos principais utilizados para a perpetração desses homicídios na proporção de 87,0% em Lauro de Freitas/ BA e de 71,7% em Petrolina/PE.

É importante ressaltar que, nesse contexto, a violência com o uso do aparato bélico, se estabelece como um recurso para regular e manter o domínio do território para a venda a varejo de substâncias ilícitas, bem como para o enfrentamento ao tráfico e retomada desses mesmos territórios por parte das forças policiais. Sobre a questão da utilização das armas, Arendt⁸³ afirma que a revolução da tecnologia e dos processos de fabricação de armas, acabou por manifestar-se no conflito armado como um instrumento necessário à violência. Além disso, na busca por uma identidade social e autoafirmação que lhes resgate da invisibilidade social a que são fadados, os jovens visualizam na

posse de armas uma possibilidade de acesso ao poder, status e reconhecimento no território em que vivem, auxiliando a recuperar a sua visibilidade enquanto sujeitos⁹⁵.

A violência policial nas comunidades aparece como um elemento importante que influencia nas mortes desses jovens mediante a sua exposição às ações violentas, legitimada pelo Estado, durante as incursões de seus agentes nos territórios. Tais ações, fundamentadas essencialmente na repressão, também contribuem para o incremento das taxas de homicídio de jovens e devem ser consideradas na abordagem da vitimização desse grupo específico. A problemática da violência policial também foi relatada pelos jovens de Paulista/PE no estudo sobre homicídios na população geral, inclusive com referência a presença de grupos de extermínio ligados à corporação policial atuante no município.

Estes achados apontam para a ineficiência das políticas de segurança pública vigentes nesses municípios que, de alguma forma, refletem a concepção repressiva e punitiva dessas políticas no Brasil, o que pode ser observado nas ações padronizadas das polícias em todo o território brasileiro, principalmente a corporação militar. Foi perceptível nos relatos que, quando as ações policiais ocorrem no contexto do enfrentamento ao tráfico de drogas e são direcionadas a jovens, negros, de classes menos favorecidas e nas periferias das cidades, as violações aos direitos humanos são comuns e a violência empregada, bem como as possíveis mortes, são naturalizadas. Alarcon⁹⁶ afirma que, principalmente para os jovens pobres, as ações do poder público são restritas, violentas e indicam a distribuição cultural e historicamente racista do que a sociedade entende por direitos humanos.

Associado à isso, a formação militar oferecida ao policial, que tem a disciplina e a hierarquia arraigadas na cultura institucional interna da polícia, minimiza a capacidade de crítica desses profissionais acerca das atividades desenvolvidas cotidianamente no âmbito da segurança pública em um contexto democrático. Sobre essa concepção, Muniz⁹⁷ afirma a necessária reflexão da instituição policial acerca da hierarquização, uma vez que durante a prática de suas ações ostensivas, os policiais expõem-se a situações que requerem presteza para solução e não podem simplesmente ser abordadas através de técnicas tradicionais de adestramento militar. Além disso, ressalta-se a necessidade de democratização da polícia e de seu controle social sobre as quais Cano⁹⁸ aponta que as forças policiais precisam ser submetidas ao controle da sociedade. Do contrário, ela poderá perseguir seus próprios objetivos que, nem sempre serão condizentes com os dos cidadãos.

Na dimensão comunitária, descortinou-se ainda, em ambos os municípios, a precariedade da educação pública e da escola que foram mencionadas como justificativa para o abandono escolar, revelado nas trajetórias de Leandro e Paulo. A mesma realidade foi observada em Paulista/PE. Em contrapartida, em Jaraguá da Sul/SC há fortes investimentos na educação formal. Em 2010 a maior taxa de analfabetismo em pessoas com mais de 15 anos foi verificada em Paulista (32,2%), seguido por Petrolina (11,4%), Lauro de Freitas (4,5%) e Jaraguá do Sul (1,8%), mostrando-se mais de três vezes superior à do Brasil (9,6%). Quanto aos jovens, 36,1% em Petrolina e 30,0% em Lauro de Freitas permanecem sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, o que reforça o contexto de debilidade da educação formal pública nesses municípios.

Assim, a evasão escolar e a falta de acesso dos jovens a educação profissionalizante tornam a sua inserção social, mediante o mercado de trabalho, imprevisíveis. No intuito de obter uma melhor escolaridade, esses jovens buscam os cursos profissionalizantes que, por sua vez, viabilizam a manutenção de uma jornada de trabalho exaustiva, que lhes garante alguma renda e, ao mesmo tempo, a possibilidade de estudar.

Ressalta-se que as incertezas presentes na trajetória de vida dos jovens se revelam de forma mais intensa no âmbito do trabalho na qual a flexibilização, que caracteriza as relações de trabalho no capitalismo contemporâneo, faz com que as suas experiências neste contexto sejam instáveis e imprevisíveis. Quando superada a dificuldade de inserção e obtenção do primeiro emprego o jovem é, pela falta de experiência requerida e escassez de vagas no mercado formal, muitas vezes, inserido de forma precária, sofre com a informalidade e com as baixas remunerações^{94,56}. Observa-se que a taxa de desemprego de pessoas com mais de 16 anos se mostrou mais elevada em Paulista (14,3%), seguida por Lauro de Freitas (10,9%), Petrolina (10,0%) e Jaraguá do Sul (2,6%). Por sua vez todos os municípios do Nordeste apresentaram taxas superiores às do Brasil (7,4%). No que se refere à proporção de jovens que exercem atividades laborais com vínculo formal, Petrolina (36,1%) se apresenta em melhores condições do que Lauro de Freitas (30,0%), ambas com proporções maiores quando comparadas ao Brasil (29,0%). Estes índices podem indicar que a sazonalidade das oportunidades de trabalho geradas pelo turismo em Lauro de Freitas está se refletindo sobre a inserção social do jovem por meio do mercado de trabalho formal.

Reforça-se que para os jovens de classes sociais menos favorecidas esses mecanismos alimentam um ciclo de desproteção social^{56, 94}. Assim, diante desse

contexto de instabilidade e incerteza, o jovem passa a vislumbrar oportunidades de inserção no mercado de trabalho informal ou mesmo em atividades ilegais.

Na dimensão social, o crescimento rápido e desordenado de Lauro de Freitas/BA e Petrolina/PE parece ter aprofundado as desigualdades sociais, conforme mostram os Índices de Gini. Além disso, podem ter influenciado no processo de segregação social dessas cidades. Ressalta-se que a segregação é a manifestação espacial urbana mais evidente da desigualdade que caracteriza a nossa sociedade⁹⁹. Nesses espaços, em que a segregação social é flagrante, a população a eles adscrita sofre com a constante violação de direitos humanos e exclusão dos processos de desenvolvimento econômico e social. Esta realidade foi também apontada em Paulista e ajuda a lançar luz sobre esse contexto mais estrutural no qual ocorrem os homicídios de jovens.

Em relação às políticas sociais, há distinções marcantes entre os municípios. Em Lauro de Freitas a ausência de políticas e de projetos sociais parece comprometer a proteção, inclusão e participação social de jovens e a garantia do seu acesso a atividades de cultura e lazer. Os relatos de todos os entrevistados na cidade mencionaram a retirada do programa “Cadete Mirim”, que trazia uma oportunidade de inserção social do jovem no qual era possível vislumbrar o ingresso no mercado de trabalho e o acesso à qualificação profissional.

Já em Petrolina, há investimentos em políticas de inclusão, principalmente, por meio da profissionalização de jovens para a inserção no mundo do trabalho. No que se refere à prevenção e ao enfrentamento da violência foi implantado no município o Núcleo de Prevenção de Violência e Acidentes e Cultura de Paz. Na perspectiva do setor de segurança pública, há esforços no sentido de implementar programas direcionados à redução dos crimes contra a vida. Foi bastante mencionado o “Pacto pela Vida” que integra o Plano Estadual de Segurança Pública, no qual são desenvolvidos projetos de prevenção e controle da criminalidade. Entretanto, não se pode atribuir a redução das taxas de homicídios de jovens em Petrolina/PE às referidas políticas uma vez que o seu real impacto sobre esse índice não foi avaliado.

Vale ressaltar que as intervenções sociais, por meio de políticas públicas efetivas e inclusivas, são extremamente importantes para provocar mudanças no padrão das taxas de homicídios de jovens. Nesse sentido, os processos históricos de criminalidade e o excesso de homicídios podem ser alterados quando se une esforços a favor da vida e da inclusão social⁸¹.

Em ambos os municípios o apelo ao consumo, potencializado pela mídia, parece intensificar o campo de tensão entre os jovens que se mostram impotentes a esse apelo e

não possuem meios para o acesso aos bens de consumo. Wasum¹⁰⁰ pontua que a participação dos jovens na sociedade de consumo os torna mais felizes. A exemplo dessa afirmação de Wasum, vivenciamos recentemente o fenômeno dos “rolezinhos”, caracterizados pelas reuniões de jovens de diferentes classes sociais, agendados nas redes sociais, em shoppings dos centros urbanos localizados em bairros considerados “nobres”. Em uma sociedade capitalista, na qual a inclusão social vem ocorrendo pela via do consumo e não pelo acesso a bens e serviços, os shoppings, representantes do capitalismo e do desejo de consumo se tornam o espaço propício para a expressão da necessidade do jovem de incluir-se integralmente - pelo consumo e pela garantia de direitos -, além da aspiração do seu reconhecimento enquanto ser social.

No entanto, a reação da sociedade aos rolezinhos com base na diferenciação de classe social e no critério de poder de consumo acabou por criminalizar esses movimentos destituindo-os do seu caráter lúdico e limitando o direito de ir e vir desses jovens reafirmando e aprofundando a segregação, desigualdades e a exclusão social.

Nesse contexto, Telles⁶⁰ afirma que o empobrecimento das possibilidades de pensamento e sonhos desses jovens, que acabam tendo o consumo como uma meta a alcançar, associado a sua precária inserção no mundo do trabalho, muitas vezes os leva, ao endividamento na compra desses bens e serviços ou mesmo ao uso do dinheiro do tráfico para tal e acabam sendo mortos.

Este estudo ajudou a lançar luz acerca da problemática dos homicídios de jovens. De forma geral, é possível afirmar que nos municípios nos quais há uma tendência de redução das taxas de homicídios, Jaraguá do Sul/SC e Petrolina/PE há uma maior sinergia entre as políticas macrossociais e macroeconômicas e os contextos locais que envolvem a organização social do município e a participação comunitária. Já naqueles nos quais se observa a tendência de aumento nas taxas de homicídios são vivenciadas situações de privação da oferta de serviços públicos e de proteção social e as políticas sociais de educação, geração de emprego e renda, saúde, segurança pública, habitação entre outras, pareceram bastante frágeis.

No que toca às questões relativas aos contextos de Lauro de Freitas/BA e Petrolina/PE nota-se que neles se reproduzem semelhanças com outras cidades do país, mas também singularidades. Da mesma forma acontece com as trajetórias de vida de diversos Paulos e Leandros que tiveram suas vidas abreviadas pela violência extrema.

Imersos em contextos nos quais se manifestam distintas violências, os jovens se encontram expostos à violência cultural expressa, neste estudo, pelo racismo e pelas relações desiguais de gênero; à violência estrutural que os submete a situações de

extrema desigualdade e exclusão, potencializadas pela falta de acesso à escola, à educação de qualidade e à profissionalização, o que dificulta a sua integração ao mercado de trabalho formal. Neste contexto, o narcotráfico se apresenta ao jovem como uma possibilidade de inclusão, no sentido de configurar-se como fonte de renda que lhes permite adotar os padrões de consumo capitalista. Ao mesmo tempo, as estratégias utilizadas para o enfrentamento ao tráfico de drogas, estabelecidas pelo Estado, criam a imagem do inimigo que deve ser combatido em cenários semelhantes aos vivenciados nas guerras, permeados pela violência interpessoal na qual os conflitos entre os grupos jovens, entre estes grupos e a polícia são uma experiência cotidiana nos espaços comunitários. Inscritas nesta realidade violenta, as famílias vivenciam a violência intrafamiliar e entre parceiros íntimos que, no imaginário social, por ser considerada ‘esfera privada’ não há espaço para intervenções externas, e assim expõem-se à possibilidade de desfecho dos episódios violentos em crimes passionais.

Ressalta-se que a necessidade de afirmação de identidade e de construção enquanto sujeito reconhecido socialmente é inerente ao jovem. É também característica da juventude o imediatismo na busca de realização dos próprios sonhos. Para os jovens pertencentes às classes médias e altas, as dificuldades encontradas para concretizar os sonhos podem adiá-los, no entanto estes são instrumentalizados para buscá-los. No caso dos jovens das classes menos favorecidas, a possibilidade de concretização dos sonhos nem sempre é vislumbrada. Na busca dessa realização, alguns desses jovens podem visualizar nas transgressões uma forma de inclusão social, afirmação de identidade e visibilidade que possibilitam o alcance dos seus sonhos.

Neste contexto, destaca-se a urgência de se criar para o jovem, espaços de escuta e participação comunitária, construir redes de apoio social que se comuniquem e se fortaleçam ao longo do tempo e conceber políticas sociais efetivas de inclusão e direcionadas aos jovens visando consolidar a sua cidadania e protegê-los das mortes violentas.

No entanto, para que tais ações possam ser desenvolvidas é preciso repensar a forma como a sociedade atual está configurada. A sua estrutura social capitalista que prioriza os sistemas financeiros, o lucro e a concentração de riqueza, fomenta as desigualdades, a disparidades de poder econômico e político, e conseqüentemente a exclusão e a opressão de grupos específicos da população, em especial o jovem que, não conseguindo meios para a sua inserção social, fica à margem dos processos de desenvolvimento.

Nos municípios, principalmente os de região metropolitana, como é o caso de Lauro de Freitas/BA e Paulista/PE, verifica-se um esgaçamento econômico e social. Apesar de localizarem-se próximos às capitais dos Estados, que detem o maior potencial de expansão econômica e concentração de renda, estes municípios não conseguem participar de forma igualitária deste crescimento econômico. Neles se vivencia a baixa credibilidade nas instituições públicas com precariedade na oferta dos serviços públicos, tais como educação formal e profissionalizante, saúde e o acesso a justiça e o ingresso do jovem ao mercado de trabalho é dificultado. Assim, o engajamento no mercado informal a exemplo do tráfico de drogas se mostra como uma opção de inclusão social.

Nesse cenário, as diversas precariedades e privações se refletem na produção das subjetividades e na construção da autoestima dos jovens que podem vislumbrar na adoção de comportamentos violentos uma forma de contruir-se e autoafirmar-se enquanto sujeito.

Diante desses entraves que tocam diretamente a problemática das mortes violentas de jovens, há que se buscar caminhos para a ampliação e fortalecimento da democracia. Uma sociedade capitalista menos excludente, que fortaleça políticas de distribuição de renda mais igualitária e garanta o acesso à direitos básicos como habitação, saúde, educação, alimentação, entre outros direitos. Além destes, a participação da juventude nos diversos espaços sociais e esforços no sentido de tornar a sociedade mais inclusiva são desafios a serem superados diante do fenômeno dos homicídios de jovens.

7. REFERÊNCIAS

1. Minayo MCS. A Violência Dramatiza Causas. In: Minayo MCS, Souza ER, organizadores. *Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p. 23-47.
2. Minayo MCS. Relaciones entre procesos sociales, violencia y calidad de vida. *Salud Colectiva* 2005; 1(1): 69-78.
3. Krug EG, Dahlberg LL, Mercy JÁ, ZWI AB, Lozano R. *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra: OMS; 2002.
4. Karch DL. Surveillance for violent deaths. National violent of death reporting system, 16 states, 2006. *Morbidity and Mortality Weekly Report CDC Surveillance Summaries*. Atlanta; 2009.
5. Organização Mundial de Saúde. Manual da classificação estatística internacional de doenças, lesões e causa de óbitos. Décima revisão. São Paulo: Centro de Classificação de Doenças em Português; 1996.
6. Bastos MJRP et al. Análise ecológica dos acidentes e da violência letal em Vitória, ES. *Rev. Saúde Pública* 2009; 43(1): 123-32.
7. Reichenheim ME, Souza ER, Moraes CL, Mello Jorge MH, Silva CMFP, Minayo MCS. Violência e lesões no Brasil: efeitos, avanços alcançados e desafios futuros. *The Lancet* 2011; 6736(11): 75 – 89.
8. Peres MFT, Vicentin D, Nery MB, Lima RS, Souza ER, Cerda M, Cardia N, Adorno S. Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva. *Rev. Panam Salud Publica* 2011; 29(1):17-26.
9. DATASUS. Departamento de Informática do SUS. *Indicadores e Dados Básicos do Brasil – 2011*. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm#mort>
> Acesso em: 09 fev. 2014.
10. United Nations Office on Drugs and Crime. *2011 Global study on homicide: trends, contexts, data*. Vienna: UNODC; 2011.

11. Waiselfisz JJ. *Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros 2008*. Brasília: Ministério da Saúde; 2008.
12. Waiselfisz JJ. *Mapa da Violência 2013: homicídios e juventude no Brasil*. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.
13. Domenach J. La violência. In: Unesco, organizadores. *La violencia y sus causas*. Paris: Unesco; 1981. p.33-45.
14. Wiewiorka M. Violência hoje. *Ciênc. Saúde Coletiva* 2007; 11(Supl. 1): 1147-53.
15. Minayo MCS. Conceitos, teorias e tipologias da violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: Njaine K, Assis SG, Constantino P, organizadores. *Impactos da violência na saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2009. p. 21-42.
16. Santos JVT. Microfísica da violência, um questão social mundial. *Ciência e Cultura* 2002; 54(1): 39-43.
17. Santos BS. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez; 2000.
18. Parker RN. Poverty, subculture of violence, and type of homicide. *Social Forces* 1989; 4(67): 983-1007.
19. Beato Filho CC. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. *Rev. Bras Ciênc. Sociais* 1998; 13(37): 74-87.
20. Durkheim É. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos; 1978.
21. Blau JR, Blau PM. The cost of inequality: metropolitan structure and violent crime. *American Sociological Review* 1982; (47): 114-29.
22. Minayo MCS. Bibliografia comentada da produção científica brasileira sobre violência e saúde. *Panorama/ENSP*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 1990.
23. Briceño-Leon R. Urban violence and public health in Latin America: a sociological explanatory framework. *Cad. Saúde Pública* 2005; 21(6): 1629-64.
24. Briceño-Leon R. La nueva violencia urbana de América Latina. *Sociologias* 2002; 4(8): 34 -51.
25. Brasil. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências*. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.

26. Minayo MCS. Inequality, violence and ecology in Brasil. *Cad. Saúde Pública* 1994; 15(1): 241-50.
27. Cano I, Ribeiro E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: Cruz MVG, Batitucci EC, organizadores. *Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV; 2007. p. 51-78.
28. Franco S. La violencia homicida y su impacto sobre la salud em América Latina. In: Minayo MCS, Coimbra Jr CEA, organizadores. *Críticas e atuantes: Ciências Sociais e Humanas em Saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2005. p. 637 – 48.
29. Cano I, Santos N. *Violência letal, renda e desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras; 2007.
30. Dollard J, Doob L, Miller N, Mowrer O, Sears, R. *Frustration and aggression*. New Haven, CT: Yale University Press; 1939.
31. Viano EC. Homicídio: uma perspectiva vitimológica. In: Cruz MVG, Batitucci EC, organizadores. *Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV; 2007. p. 105-124.
32. Andrade SM, Soares DA, Souza RKT, Matsuo T, Souza HD. Homicídios de homens de quinze a 29 anos e fatores relacionados no estado do Paraná, de 2002 a 2004. *Ciênc. Saúde Coletiva* 2011; 16(Supl. 1): 1281-88.
33. Zaluar A. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. *RBCS* 2009; 4(71): 09-24.
34. Nascimento EF, Gomes R, Rebello LEFS. Violência é coisa de homem? A “naturalização” da violência nas falas dos homens jovens. *Ciênc. Saúde Coletiva* 2009; 14(4): 1151-57.
35. Thomas WI, Znaniecki F. *The polish peasant in Eroupe and America*. Chicago: University Press of Chicago; 1918.
36. Sutherland EH. *Principles of Criminology*. Chicago: University Press of Chicago; 1924.

37. Shaw CR, McRay H. Juvenile delinquency and urban areas. Chicago: University Press of Chicago; 1969.
38. Groppo LA. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL; 2002.
39. Minayo MCS. A condição juvenil no século XXI. In: Minayo MCS, ASSIS SG, Njaine K, organizadores. *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2011. p. 17 – 44.
40. Denstad FY. Youth policy development for South East Europe. In: *Seminar ou youth policy in South East Europe*; 2008, Sep 22-24; Serbia. [acessado 2011 nov 11]. Disponível em: www.salto-youth.net/download/1677.pdf.
41. Organização Panamericana de Saúde. Organização Mundial de Saúde. *La salud del adolescente y el joven en las Américas*. Washington; 1985.
42. Santos BS. Os processos de globalização. In: Santos BS. *A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez; 2002. p. 25-102.
43. Mariano KP. Globalização, integração e o estado. *Lua Nova* 2007, 71: 123 - 168.
44. Westphal MF. Promoção da saúde e prevenção de doenças. In: Campos GWS, Minayo MCS, Akerman M, Júnior MD, Carvalho YY, organizadores. *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006. p. 635 – 66.
45. Barata RB. Desigualdades sociais e saúde. In: Campos GWS, Minayo MCS, Akerman M, Júnior MD, Carvalho YY, organizadores. *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006. p. 457 – 486.
46. Almeida-Filho N. A problemática teórica da determinação social da saúde. *Saúde em Debate* 2009; 33(83): 349-70.
47. Castellanos PL. Epidemiologia, saúde pública, situação de saúde e condições de vida Considerações conceituais. In: Barata RB. *Condições de vida e situação de saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco; 1997. p. 31 – 75.

48. Santos M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record; 2009.
49. Wieviorka M. O novo paradigma da violência. *Rev. Sociol. USP* 1997; 9(1): p. 5 – 41.
50. Santos JVT. A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. In: Cruz MVG, Batitucci EC. *Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV; 2007. p. 11-24.
51. Souza ER. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciênc. Saúde Coletiva* 2005; 10(1): 59-70.
52. Peres MFT. Homicídios, risco e vulnerabilidade: para uma discussão da dinâmica da vitimização por homicídios. In: Cruz MVG, Batitucci EC, organizadores. *Homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV; 2007. p. 125-143.
53. Morin E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2004.
54. Ayres JRJM, França-Júnior I, Calazans GJ, Saletti-Filho HC. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003. p.116-139.
55. Delor F, Hubert M. Revisiting the concept of “vulnerability”. *Soc. Sci. Med* 2000; 50(11): 1557-70.
56. Ruotti C, Massa VC, Peres MFT. Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens. *Interface – Comunic., Saude, Educ.* 2011; 15(37).
57. Barata RB. Epidemiologia Social. *Rev. Bras Epidemiol.* 2005; 8(1): 7-17.
58. Krieger N. A glossary for social epidemiology. *J Epidemiol Community Health* 2001; 5: 693-700.
59. La Mendola S. O sentido do risco. *Tempo Soc.*2005; 17(2): 59-91.

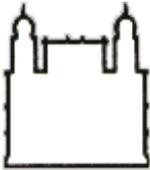
60. Telles VS. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Soc.* 2006; 18(1): 173-95.
61. Zaluar A. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: FGV; 2004.
62. Fontes MB, Laro R. *Fatores determinantes da violência interpessoal entre jovens no DF*. Brasília; 2006.
63. Spagnol AS. Jovens delinquentes paulistanos. *Tempo soc.* 2005;17(2): 275-99.
64. Peres MFT, Santos PC. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. *Rev. Saúde Pública* 2005; 39(1): 58-66.
65. Brofenbrenner U. *La ecologia del desarrollo humano*. Espanha: Paidós; 1987.
66. Denzin NK. *The research act: A theoretical introduction to sociological methods*. Chicago: Aldine; 1970.
67. Jick TD. Mixing qualitative and quantitative methods: Triangulation in action. *Administrative Science Quarterly* 1979; 24: 602-61.
68. André MEDA. Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos. *Cadernos de Pesquisa* 1982; 45: 66-71.
69. Samaja J. La combinación de métodos: pasos para una comprensión dialectica del trabajo interdisciplinario. *Educación Médica y Salud* 1992; 26: 4-34.
70. Minayo MCS, Sanches O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade. *Cad. Saúde Pública* 1993; 9(3): 239-62.
71. Minayo MCS, Assis SG, Souza ER. *Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005.
72. Creswell JW, Clark VLP. Choosing a mixed methods design. In: Creswell JW, Clark VLP, organizadores. *Designing and conducting mixed methods research*. United States of America: SAGE; 2011. p.53-105.
73. Organização Mundial de Saúde. Manual da classificação estatística internacional de doenças, lesões e causa de óbitos. Nona revisão. São Paulo: Centro de Classificação de Doenças em Português; 1978.

74. Minayo MCS. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes; 1994.
75. Thompson P. Des récits de vie a l'analyse du changement social. In: Thompson EP. *The poverty of theory*. London: Merlin; 1978. p. 249-68.
76. Bertaux D. L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. 1980; 69:197-225.
77. Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: HUCITEC; 2006.
78. Luhmann N. System as difference. *Organization*. 2006; 1(3):37-57.
79. Yin R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman; 2010.
80. Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Ética em Pesquisa. *Resolução 196/96*. [acessado em: 2010 abr 22] Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/comissao/conep/resolucao.html>>
81. Minayo MCS, Constantino P. Visão ecossistêmica do homicídio. *Ciênc. Saúde Coletiv*. 2012; 17(12): 3269-77.
82. Kahn T. Crescimento econômico e criminalidade: uma interpretação da queda dos crimes no Sudeste e aumento no Norte/Nordeste. *Rev. Bras. Segur. Pública* 2013; 7(1): 152-64.
83. Arendt H. *Da violência*; 1970.
84. Misse, M. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris; 2011.
85. Laranjeira R. O consumo de álcool no Brasil: tendências entre 2006 e 2012. *II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas*. IPSOS, CNPq, FAPESP: São Paulo, 2012. [acessado em 2014 mar 21] Disponível em: http://inpad.org.br/wpcontent/uploads/2013/04/LLENAD_PressRelease_Alcohol_RVW.pdf

86. Chermack ST. Gender differences in the development of substance-related problems: the impact of alcoholism, family history of violence and childhood conduct problems. *Journal of Studies of Alcohol an Drugs* 2000; 61(6): 845-52.
87. Silva JG, Valadares FC, Souza ER. O desafio de compreender a consequência fatal da violência em dois municípios brasileiros. *Interface – Comunic., Saude, Educ.* 2013; 17(46): 535-47.
88. Souza ER, Melo AN, Silva JG, Franco SA, Alazraqui M, González-Perez GJ. Estudo multicêntrico da mortalidade por homicídios em países da América Latina. *Ciênc. Saúde Coletiva* 2012; 17(12): 3183-93.
89. Souza ER, Gomes R, Silva JG, Correia BSC, Silva MMA. Morbimortalidade de homens jovens brasileiros por agressão: expressão dos diferenciais de gênero. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2012; 17(12): 3243-48.
90. Brasil. Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969. Promulga a Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil* 1969; 10 Dez.
91. Domingues PML, Nascimento ER, Oliveira JF, Barral FE, Rodrigues QP, Santos CCC, Araújo EM. Discriminação racial no cuidado em saúde reprodutiva na percepção de mulheres. *Texto Contexto Enferm* 2013; 22(2): 285-92.
92. Gomes MA, Pereira MLD. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciênc. Saúde Coletiva* 2005; 10(02): 357-63
93. Meneguel SN, Ceccon RF, Hesler LZ, Margarites AF, Rosa S, Vasconcelos VD. Femicídio: narrativas de crimes de gênero. *Interface* 2013; 17(46): 523-33.
94. Latchim SAF, Soares CB. valores atribuídos ao trabalho e expectativa de futuro: como os jovens se posicionam? *Trab. Educ. Saúde* 2011; 9(2): 277-93.
95. Meirelles ZV, Minayo Gomez C. Rompendo com a criminalidade: saída de jovens do tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro. *Ciênc. Saúde Coletiva* 2009; 14(5): 1797-1805.
96. Alarcon S, Jorge MAS. *Álcool e outras drogas: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2012.

97. Muniz JO. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. *Security and Defense Studies. Review* 2001; (1): 177-98.
98. Cano I. Controle externo de polícia no Brasil. *Revista MPD Dialógico*. 2011; Ano VII(32): 24-5.
99. Villaça F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados* 2011; 25(71): 37-58.
100. Wasum TV. A Sociedade de consumo e os adolescentes: uma visão sobre as relações escolares frente à sociedade de consumo. *Revista Thema* 2012; 9(12): 1-15.

ANEXOS

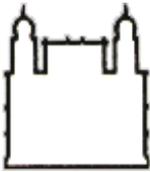


Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP
Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde - CLAVES

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL E EM GRUPO (GESTORES E PROFISSIONAIS)

1. Que formas de violência o(a) senhor(a) considera que se destacam neste município?
2. Como o(a) senhor(a) percebe os jovens neste contexto de violência?
3. Na sua opinião, que fatores contribuem para que os jovens sejam vítimas de homicídios?
 - 3.1. Fatores pessoais
 - 3.2. Fatores familiares e amizades
 - 3.3. Fatores comunitários como a vizinhança, a escola, o trabalho e a igreja, entre outras instituições.
4. Na sua opinião, que fatores contribuem para que os jovens venham a cometer homicídios?
 - 4.1. Fatores pessoais
 - 4.2. Fatores familiares e amizades
 - 4.3. Fatores comunitários como a vizinhança, a escola, o trabalho e a igreja, entre outras instituições.
5. O tema dos homicídios de jovens tem sido alvo da preocupação/atenção do seu setor/instituição? (Em caso positivo: Como?) (Em caso negativo: Por quê?)
6. O que existe no seu município que ajuda a proteger os jovens dos homicídios? E o que poderia ser feito para prevenir esse tipo de violência?
7. O que o(a) senhor(a) acha que os jovens precisam para ter uma vida feliz?
8. O(a) senhor(a) gostaria de falar mais alguma coisa sobre este tema - homicídios de jovens - que nós não perguntamos?

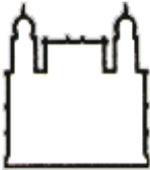


Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP
Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde - CLAVES

ANEXO 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA - GRUPOS DE JOVENS

1. Que formas de violência vocês consideram que se destacam neste município?
2. Como vocês percebem os jovens neste contexto de violência?
3. Na opinião de vocês, que fatores contribuem para que os jovens sejam vítimas de homicídios?
 - 3.1. Fatores pessoais
 - 3.2. Fatores familiares e amizades
 - 3.3. Fatores comunitários como a vizinhança, a escola, o trabalho e a igreja, entre outras instituições.
4. Na opinião de vocês, que fatores contribuem para que os jovens venham a cometer homicídios?
 - 4.1. Fatores pessoais
 - 4.2. Fatores familiares e amizades
 - 4.3. Fatores comunitários como a vizinhança, a escola, o trabalho e a igreja, entre outras instituições.
5. Na opinião de vocês, o tema dos homicídios de jovens tem sido uma preocupação da juventude deste município? (Em caso positivo: Como?) (Em caso negativo: Por quê?)
6. O que existe no seu município que ajuda a proteger os jovens dos homicídios? E o que poderia ser feito para prevenir esse tipo de violência?
7. O que vocês acham que os jovens precisam para ter uma vida feliz?
8. Vocês gostariam de falar mais alguma coisa sobre este tema - homicídios de jovens que nós não perguntamos?



Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP
Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde - CLAVES

ANEXO 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMILIARES DE JOVENS HISTÓRIA DE VIDA

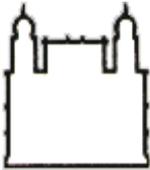
(Falar do anonimato, objetivos da pesquisa e dados pessoais do pesquisador)

1. Estória de vida do Jovem: Gostaria que o Sr.(a) falasse sobre como foi a vida do seu (filho, irmão, neto).
 - Gravidez e nascimento;
 - Infância e posição na família;
 - Escola;
 - Lazer;
 - Trabalho;
 - Relacionamento com a família;
 - Relações: namorado(a), marido/esposa, amigos,

2. Falar sobre a morte do jovem: Agora eu queria que você contasse sobre o que ocorreu com ele.
 - Descrever como ocorreu o fato (onde, quando, horário, se houve outra tentativa, se ele/a falava do risco, se tomava medidas de proteção);
 - O que acha que levou o jovem a morrer; ele teve algum problema com a justiça.
 - Esse evento foi algo inesperado ou já era previsto?
 - Como imagina que poderia ter sido o futuro do jovem?

3. O Sr./Sra. pode falar sobre o impacto da morte deste jovem na família:
 - Algo semelhante já ocorreu com algum outro membro da família?
 - O que aconteceu na família (pais, irmãos etc.) depois da morte do jovem.
Alguém sofreu mais? Mudou a relação com os outros filhos?
 - A morte do jovem mudou os projetos da família? De que forma?
 - Buscou alguma ajuda/apoio (de instituições/pessoas: saúde, assistência social, vizinhos, etc).

Ao final, o pesquisador deve gravar suas impressões



Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP
Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde - CLAVES

ANEXO 4

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA A PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA “Homicídios de Jovens no Brasil: O Desafio de Compreender a Consequência Fatal da Violência” (ENTREVISTA INDIVIDUAL)

Prezado(a) senhor(a),

O Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz (CLAVES/ENSP/FIOCRUZ), pretende desenvolver uma pesquisa sobre “*Homicídios de Jovens no Brasil: O Desafio de Compreender a Consequência Fatal da Violência*” sob a coordenação da pesquisadora Juliana Guimarães e Silva.

O objetivo desta pesquisa é realizar um estudo socio-epidemiológico da mortalidade por homicídios de jovens no Brasil, por meio de uma análise epidemiológica e de estudos de caso em dois municípios da região do país com maior taxa de homicídios de jovens. Estes devem apresentar características distintas em relação aos homicídios de jovens.

Convidamos o(a) senhor(a) para participar desta pesquisa na condição de entrevistado. As questões que serão abordadas na entrevista, que terá duração aproximada de 40 minutos, se referem às expressões da violência nos âmbitos individual, familiar, comunitário e social. Solicitamos sua autorização para gravar a entrevista a fim de sermos fiéis aos seus relatos.

Garantimos que será mantida a CONFIDENCIALIDADE das informações e o ANONIMATO de todos que participarem da pesquisa.

A SUA PARTICIPAÇÃO é VOLUNTÁRIA, o que significa que o(a) senhor(a) poderá decidir se quer ou não participar, bem como desistir de fazê-lo a qualquer momento.

Não há riscos quanto a sua participação e o benefício será o fornecimento de informações para o debate sobre a questão da violência e dos homicídios envolvendo os jovens, visando a sua prevenção.

Em caso de qualquer dúvida, o(a) senhor(a) poderá entrar em contato com a coordenadora do projeto no CLAVES, situado na Avenida Brasil, 4036, sala 700 – Manguinhos – Rio de Janeiro, ou pelo telefone/fax (0xx) (21) 2290-4893, no horário de 9 às 17 horas ; e com o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública- CEP / ENSP na Rua Leopoldo Bulhões, 1.480 - Sala 314, Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ / CEP. 21041-210. Tel e Fax - (21) 2598-2863 no horário de 14:00 às 17:00.

CEP/ENSP - cep@ensp.fiocruz.br

Juliana Guimarães e Silva – ju.guimaraess@gmail.com

Eu _____, declaro estar esclarecido(a) sobre os termos apresentados e concordo em participar da pesquisa.

(rubrica ou assinatura)



Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP
Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde - CLAVES

ANEXO 5

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA A PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA *“Homicídios de Jovens no Brasil: O Desafio de Compreender a Consequência Fatal da Violência”* (ENTREVISTA EM GRUPO)

Prezado(a) senhor(a),

O Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz (CLAVES/ENSP/FIOCRUZ), pretende desenvolver uma pesquisa sobre *“Homicídios de Jovens no Brasil: O Desafio de Compreender a Consequência Fatal da Violência”* sob a coordenação da pesquisadora Juliana Guimarães e Silva.

O objetivo desta pesquisa é realizar um estudo socio-epidemiológico da mortalidade por homicídios de jovens no Brasil, por meio de uma análise epidemiológica e de estudos de caso em dois municípios da região do país com maior taxa de homicídios de jovens. Estes devem apresentar características distintas em relação aos homicídios de jovens.

Convidamos o(a) senhor(a) para participar de uma entrevista em grupo. As questões que serão abordadas na entrevista, que terá duração aproximada de 50 minutos, se referem às expressões da violência nos âmbitos individual, familiar, comunitário e social. Solicitamos sua autorização para gravar a entrevista a fim de sermos fiéis aos seus relatos.

Garantimos que será mantida a CONFIDENCIALIDADE das informações e o ANONIMATO de todos que participarem da pesquisa.

A SUA PARTICIPAÇÃO é VOLUNTÁRIA, o que significa que o(a) senhor(a) poderá decidir se quer ou não participar, bem como desistir de fazê-lo a qualquer momento.

Não há riscos quanto a sua participação e o benefício será o fornecimento de informações para o debate sobre a questão da violência e dos homicídios envolvendo os jovens, visando a sua prevenção.

Em caso de qualquer dúvida, você poderá entrar em contato com a coordenadoras do projeto no CLAVES, situado na Avenida Brasil, 4036, sala 700 – Manguinhos – Rio de Janeiro, ou pelo telefone/fax (0xx) (21) 2290-4893, no horário de 9 às 17 horas ; e com o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública- CEP / ENSP na Rua Leopoldo Bulhões, 1.480 - Sala 314, Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ / CEP. 21041-210. Tel e Fax - (21) 2598-2863 no horário de 14:00 às 17:00.

CEP/ENSP - cep@ensp.fiocruz.br
Juliana Guimaraes e Silva – ju.guimaraess@gmail.com

Eu _____, declaro estar esclarecido(a) sobre os termos apresentados e concordo em participar da pesquisa.



Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP
Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde - CLAVES

Anexo 6

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA A PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA *“Homicídios de Jovens no Brasil: O Desafio de Compreender a Consequência Fatal da Violência”* (RESPONSÁVEIS PELOS JOVENS)

Prezados pais / responsáveis,

O Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz (CLAVES/ENSP/FIOCRUZ), pretende desenvolver uma pesquisa sobre *“Homicídios de Jovens no Brasil: O Desafio de Compreender a Consequência Fatal da Violência”* sob a coordenação da pesquisadora Juliana Guimarães e Silva.

O objetivo desta pesquisa é realizar um estudo socio-epidemiológico da mortalidade por homicídios de jovens no Brasil, por meio de uma análise epidemiológica e de um estudo de caso em dois municípios da região do país com maior taxa de homicídios de jovens. Estes devem apresentar características distintas em relação aos homicídios de jovens.

Para tanto, pedimos sua permissão para convidarmos o(a) seu(sua) filho(a) para participar da pesquisa na qualidade de participante de um grupo de discussão (entrevista em grupo). As questões que serão abordadas na entrevista, que terá duração aproximada de 50 minutos, se referem às expressões da violência nos âmbitos individual, familiar, comunitário e social. Solicitamos também autorização para a gravação destas entrevistas grupos a fim de sermos fiéis aos relatos dos jovens.

Garantimos que será mantida a CONFIDENCIALIDADE das informações e o ANONIMATO de todos que participarem da pesquisa. A PARTICIPAÇÃO de seu(sua) filho(a) é VOLUNTÁRIA, o que significa que ele(a) poderá decidir se quer ou não participar, bem como de desistir de fazê-lo a qualquer momento.

Não há riscos quanto a participação do(a) jovem e o benefício será o fornecimento de informações para o debate sobre a questão da violência e dos homicídios envolvendo os jovens, visando a sua prevenção.

Em caso de qualquer dúvida, você poderá entrar em contato com a coordenadoras do projeto no CLAVES, situado na Avenida Brasil, 4036, sala 700 – Manguinhos – Rio de Janeiro, ou pelo telefone/fax (0xx) (21) 2290-4893, no horário de 9 às 17 horas ; e com o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública- CEP / ENSP na Rua Leopoldo Bulhões, 1.480 - Sala 314, Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ / CEP. 21041-210. Tel e Fax - (21) 2598-2863 no horário de 14:00 às 17:00.

CEP/ENSP - cep@ensp.fiocruz.br

Juliana Guimarães e Silva – ju.guimaraess@gmail.com

Eu _____, declaro estar esclarecido(a) sobre os termos apresentados e concordo em participar da pesquisa

(rubrica ou assinatura)



Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP
Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde - CLAVES

Anexo 7

RESULTADO DO TESTE F DE AJUSTE DO MODELO DE REGRESSÃO LINEAR PARA ANÁLISE

DATENDÊNCIAS DAS TAXAS DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIOS DE JOVENS E DA

QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

Regressão Homicídios de Jovens em Lauro de Freitas/BA

Call:

lm(formula = Lfreitas ~ ano, data = bancohju)

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	-18126.779	4022.736	-4.506	0.000242 ***
ano	9.105	2.011	4.529	0.000229 ***

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 55.81 on 19 degrees of freedom

Multiple R-squared: 0.5192, Adjusted R-squared: 0.4939

F-statistic: 20.52 on 1 and 19 DF, p-value: 0.0002293

Regressão Homicídios de Jovens em Petrolina/PE

Call:

lm(formula = Petrolina ~ ano, data = bancohju)

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	1120.1948	1443.3474	0.776	0.447
ano	-0.514	0.7217	-0.716	0.485

Residual standard error: 20.03 on 19 degrees of freedom

Multiple R-squared: 0.02629, Adjusted R-squared: -0.02496

F-statistic: 0.513 on 1 and 19 DF, p-value: 0.4826

Regressão Lesões que se desconhece a intenção em jovens - Lauro de Freitas/BA

Call:

```
lm(formula = Lfreitas ~ ano, data = bancolju)
```

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	-3786.9032	1551.4680	-2.441	0.0246 *
ano	1.9050	0.7757	2.456	0.0239 *

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 21.53 on 19 degrees of freedom

Multiple R-squared: 0.2409, Adjusted R-squared: 0.201

F-statistic: 6.031 on 1 and 19 DF, p-value: 0.02386

```
> summary(lm(Petrolina~ano,data=bancolju))
```

Regressão Lesões que se desconhece a intenção em jovens – Petrolina/PE

Call:

```
lm(formula = Petrolina ~ ano, data = bancolju)
```

Coefficients:

	Estimate	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	-595.2316	207.8131	-2.864	0.00993 **
ano	0.2996	0.1039	2.883	0.00953 **

Signif. codes: 0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 2.883 on 19 degrees of freedom

Multiple R-squared: 0.3043, Adjusted R-squared: 0.2677

F-statistic: 8.311 on 1 and 19 DF, p-value: 0.009529